



Revista Cadernos
NEPES

ufpi

A política de desenvolvimento

Núcleo de Pesquisa em Estado Democrático e Sociedade
Contemporânea NEPES /UFPI



Revista Cadernos NEPES

Núcleo de Pesquisa em Estado Democrático e Sociedade
Contemporânea NEPES/UFPI

A política de desenvolvimento
v. 1, n. Especial • 2024

Teresina
2024





FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P7679

A Política de desenvolvimento [livro eletrônico] : v.1 : n. especial / Francisco Pereira de Farias... [et al.] ; organização Francisco Pereira de Farias. -- 1. ed. -- Teresina, PI , 2024.
94 p. : il.

Outros autores: Guillaume Azevedo Marques de Saes, Fernanda Rocha Veras e Silva, Luís Carlos Nunes Moraes, Décio Azevedo Marques de Saes, Sérgio Soares Braga, Rosilda da Rocha Veloso.

Bibliografia.

ISBN 978-65-985804-0-7

1. Ciência política 2. Desenvolvimento social 3. Estado democrático 4. Ideologia - Aspectos sociais 5. Políticas públicas 6. Territorialidade I. Farias, Francisco Pereira de. II. Saes, Guillaume Azevedo Marques de. III. Silva, Fernanda Rocha Veras e. IV. Moraes, Luís Carlos Nunes. V. Saes, Décio Azevedo Marques de. VI. Braga, Sérgio Soares. VII. Veloso, Rosilda da Rocha.

CDD-303.44

Elaborado por Marcelo Cunha de Andrade – Bibliotecário CRB/3 1221



Esta obra está licenciada sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.



Organizador

Francisco Pereira de Farias

Autores

Francisco Pereira de Farias

Guillaume Azevedo Marques de Saes

Fernanda Rocha Veras e Silva

Luís Carlos Nunes Moraes

Décio Azevedo Marques de Saes

Sérgio Soares Braga

Rosilda da Rocha Veloso

Revisão

Kessyane Castro Santos

Capa/Projeto Gráfico

Marcelo Cunha de Andrade

Diagramação

Marcelo Cunha de Andrade

A política de desenvolvimento

DOI: <https://doi.org/10.26694/cadnep.v1i1.6318>

Apoio de Publicação pelo



©2024 Revista Cadernos
NEPES


Universidade Federal do Piauí,
Centro de Ciências Humanas e Letras,
Campus Ministro Petrônio Portella, Ininga.
CEP: 64049550 - Teresina, PI - Brasil

Editor Chefe - *Prof. Dr. Francisco Pereira de Farias.*
Editora Executiva - *Thátilla Thaira F. da Silva Porto.*
Editor Técnico - *Marcelo Cunha de Andrad*



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
ARTIGO	6
REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTISMO	6
REFLEXÕES SOBRE O “NOVO-DESENVOLVIMENTISMO”	22
FPE: POLÍTICA E RELIGIÃO NO BRASIL (2003-2022).....	38
MEMORIAL	52
APRESENTAÇÃO DO MEMORIAL DO PROF. DÉCIO SAES.....	52
MEMORIAL DE PROFESSOR TITULAR: BALANÇO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS	56
PEQUENO DEPOIMENTO SOBRE O “GRUPO ALTHUSSERIANO”, LIDERADO PELO PROF. DÉCIO SAES	83
RESENHA	92
AS CONTRIBUIÇÕES DE MAX WEBER SOBRE O SOCIALISMO E A POLÍTICA	92



APRESENTAÇÃO

O leitor tem em mãos o n. 1 da revista Cadernos Nepes\Ufpi. Trata-se de periódico acadêmico editado pelo Núcleo de Pesquisa em Estado Democrático e Sociedade Contemporânea, que está associado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (NEPES\PPGS\UFPI). O periódico objetiva promover a produção e a divulgação de conhecimentos científicos relacionados à temática de “Estado, territorialidades e processos sociais”, composta pelos eixos: 1) Política, desenvolvimento e movimentos sociais e 2) Políticas Públicas, educação e direitos humanos.

Entendemos que a ciência social crítica, em sua forma desenvolvida, não se confunde com uma sociografia e nem se põe no terreno de uma filosofia social. Tal ciência constrói a sua exposição com base no método histórico-dialético e resolve o difícil problema de seu ponto de partida sem fazer uso de proposições axiomáticas.

Gostaríamos de agradecer as informações do Professor Raimundo Batista Junior, sobre a experiência dos Cadernos de Ciência Política (PPGCP\UFPI); os encaminhamentos da editora Thátilla Porto e a edição técnica do bibliotecário Marcelo Andrade; as colaborações da Comissão Editorial; as contribuições dos autores deste número; e apoio de recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O editor.




REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTISMO


*Guillaume Azevedo
Marques de Saes*¹

¹Mestre em História Social, Doutor em História Econômica e Pós-Doutor em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). É autor de trabalhos sobre o projeto de desenvolvimento dos militares brasileiros (1880-1945), sobre a planificação econômica na França durante os Trinta Gloriosos (1945-1975) e sobre as lutas políticas nos primórdios do período republicano no Brasil. Dedicou-se também a escrever livros sobre a história paulista.

¹Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail:
guillaumedesaes@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Resumo

O nosso objetivo é apresentar uma visão do fenômeno histórico, político e econômico do desenvolvimentismo, sem a pretensão (e muito longe disso) de elaborar uma construção teórica definitiva. Pretendemos aqui contribuir para o debate acadêmico sobre o tema, lançando ideias e apontando parâmetros que possam servir para a avaliação dos estudiosos da questão. O conceito de desenvolvimentismo pode englobar tanto uma componente teórica como uma componente política prática (no seu sentido de ação governamental). Ou, em outras palavras, teríamos, de um lado, uma corrente ideológica defensora de um determinado tipo de política econômica, e de outro a política econômica propriamente dita. A estes dois significados acrescentaríamos um terceiro, que designa, no caso brasileiro (e possivelmente latino-americano), um período histórico no qual teriam predominado políticas de Estado muitas vezes com diferenças acentuadas entre elas, mas todas voltadas para um projeto de industrialização acelerada do país.

Palavras-chave: Ideologia desenvolvimentista; Política desenvolvimentista; Período histórico de desenvolvimentismo.

Abstract

Our aim is to present a vision of the historical, political and economic phenomenon of developmentalism, without pretending (and far from it) to elaborate a definitive theoretical construction. Our aim here is to contribute to the academic debate on the subject, launching ideas and pointing out parameters that can be used by scholars to evaluate the issue. The concept of developmentalism can encompass both a theoretical component and a practical political component (in the sense of government action). In other words, we would have, on the one hand, an ideological current advocating a certain type of economic policy and, on the other, the economic policy itself. To these two meanings we would add a third, which designates, in the case of Brazil (and possibly Latin America), a historical period in which state policies predominated, often with marked differences between them, but all aimed at a project of accelerated industrialization of the country.

Keywords: Developmental ideology; Developmental policy; Historical period of developmentalism.

Este artigo consiste no desenvolvimento de uma apresentação virtual com o mesmo título que fizemos em abril de 2024 no seminário interno do projeto coletivo *A política de desenvolvimento, as tecnologias sociais e desigualdades regionais no Brasil contemporâneo* coordenado pelo Professor Francisco Pereira de Farias, da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do qual fazemos parte junto com os Professores Fernanda Rocha Veras e Silva (UFPI) e Sérgio Soares Braga (Universidade Federal do Paraná – UFPR).¹ Agradecemos à contribuição dos nossos colegas de projeto no debate então realizado, mas assumimos inteiramente a responsabilidade pelas ideias aqui apresentadas.

O nosso objetivo aqui é apresentar o que seria a nossa visão *pessoal* do fenômeno histórico, político e econômico do *desenvolvimentismo*, sem a pretensão (e muito longe disso) de elaborar uma construção teórica definitiva; deixamos esta missão a politólogos e a economistas mais qualificados. Queremos aqui tão somente contribuir para o debate acadêmico sobre o tema, lançando novas ideias e apontando novos parâmetros que poderão ser aceitos ou refutados pelos estudiosos da questão. Afinal de contas, o problema do desenvolvimento continua a ser central em um país como o nosso, que possui um território de proporções continentais, muito rico em diferentes tipos de recursos naturais e econômicos, e com uma população numerosa que está tendo de lidar com uma nova fase do capitalismo marcada pela *desindustrialização* e pelo desaparecimento de vários ramos da atividade profissional.

A expressão *desenvolvimentismo* (ou *desenvolvimentista*) é amplamente empregada tanto no meio acadêmico como na imprensa e no meio político, e ela vai adquirindo significados diferentes conforme a orientação ideológica da pessoa que a emprega; esta variação pode fazer com que ela acabe perdendo os contornos necessários para a sua maior precisão. Assim, se para alguns, mais “progressistas”, o desenvolvimentismo está relacionado a um grande esforço de industrialização numa economia atrasada que precisa solucionar os seus problemas sociais, para outros, mais “conservadores”, o termo pode ser empregado para caracterizar, por exemplo, uma política de incremento do agronegócio, da construção civil e até mesmo de algumas atividades terciárias (turismo, promoção de eventos, centros comerciais, etc.). Um dos principais desafios de todo estudioso do assunto é, no nosso entender, conseguir delimitar o conceito de desenvolvimentismo, tornando-o mais preciso e excluindo aspectos que podem transformá-lo num termo genérico e vazio de significado.

Como ponto de partida, usaremos aqui o artigo de Pedro Cezar Dutra Fonseca, intitulado *Desenvolvimentismo: a construção do conceito* (FONSECA, 2015), no qual o autor aponta para dois significados, em geral encontrados na literatura especializada, para o fenômeno em questão: o *desenvolvimentismo* seria, então, usado para designar tanto uma linha de pensamento, uma *ideologia*, quanto uma *política econômica*, uma *política de Estado* característica de um *Estado desenvolvimentista*. Concordamos pessoalmente com esta colocação, e pensamos que de fato o conceito de desenvolvimentismo pode englobar tanto uma componente *teórica* como uma componente *política prática* (no seu sentido de ação governamental). Ou, em outras palavras, teríamos, de um lado, uma corrente ideológica defensora de um determinado tipo de política

¹ Este projeto coletivo conta com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

econômica, e de outro a política econômica propriamente dita. A estes dois significados acrescentaríamos um terceiro, que designa, no caso brasileiro (e possivelmente latino-americano), um *período histórico* no qual teriam predominado políticas de Estado muitas vezes com diferenças acentuadas entre elas, mas todas voltadas para um projeto de industrialização acelerada do país.

Para o mesmo Fonseca, o desenvolvimentismo enquanto tipo de política de Estado pode ser assim definido:

[...] entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2015, p. 40)

Adotaremos aqui esta concepção da política desenvolvimentista que apresenta, no nosso entender, os principais aspectos do fenômeno: *política de Estado* (ou de governo), o que em si já implica o *dirigismo econômico*, isto é, a intervenção do Estado na economia; compromisso com o *crescimento produtivo* sob a liderança do *setor industrial*; resolução dos problemas sociais a partir deste crescimento produtivo; política que procura operar dentro dos *limites do capitalismo*, sem objetivos de revolução social, isto é, sem uma verdadeira ruptura com a ordem social vigente. Ricardo Bielchowsky, em seu livro clássico *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, no qual é trabalhado o fenômeno em questão durante o período 1930-1964, define desta forma o desenvolvimentismo enquanto *ideologia*:

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 18-19)

A componente *industrializante* do desenvolvimentismo é aqui novamente enfatizada junto com a intervenção do Estado na economia. Mesmo atuando dentro dos limites do capitalismo, o pensamento desenvolvimentista não pode contar com as forças do livre-mercado para impulsionar a industrialização numa economia atrasada. Outra colocação importante é de que a função do Estado é a de preencher as lacunas deixadas pela iniciativa privada, isto é, o Estado deve se encarregar de setores importantes da atividade econômica que a iniciativa privada se mostra incapaz ou simplesmente desinteressada em assumir.

Acabamos de apresentar aqui duas definições do desenvolvimentismo, cada uma dizendo respeito a uma faceta deste fenômeno – o desenvolvimentismo enquanto política de Estado e o desenvolvimentismo enquanto corrente ideológica –, e trataremos agora de outro aspecto, que é o desenvolvimentismo enquanto *período da história brasileira*. Antes de mais nada, gostaríamos de esclarecer que, apesar do desenvolvimentismo estar associado ao século XX tanto no Brasil como

no resto do mundo (FONSECA, 2015), e mais especificamente à fase em que as diferentes economias nacionais sentiram mais fortemente a ingerência do Estado (a grosso modo da crise de 1929 até a onda neoliberal da década de 1980), pensamos que o desenvolvimentismo pode existir em qualquer momento histórico desde que situado na era do capitalismo industrial. Quando falamos em *capitalismo industrial* estamos nos referindo à indústria moderna, mecanizada, e estamos excluindo a produção artesanal e manufatureira que já existiam no feudalismo e até mesmo no escravismo. Assim, se o desenvolvimentismo não pode ser situado apenas no século XX, ele não pode, no nosso entender, ser detectado num período anterior ao século XIX, século durante o qual a pioneira economia industrial inglesa passou a inspirar em outros países projetos de industrialização como forma de superar o seu atraso econômico. As políticas de desenvolvimento de Napoleão III na França e, sobretudo, de Bismarck na Alemanha, ambas ocorridas na segunda metade do século XIX – políticas apontadas pelo ideólogo desenvolvimentista brasileiro Hélio Jaguaribe como exemplos emblemáticos de política de desenvolvimento industrial por meio do dirigismo econômico –, seriam, desta forma, casos concretos do desenvolvimentismo em sua primeira fase.² Encontraremos fenômeno semelhante na Itália pós-unificação, na Rússia czarista nas duas últimas décadas do século e, logicamente, na industrialização acelerada do Japão após a Revolução Meiji.

No caso específico do Brasil, o desenvolvimentismo enquanto política de Estado predominou, no nosso entender, entre 1930 e 1990: a primeira data corresponde à revolução política que derrubou a república oligárquica controlada pelas elites exportadoras de café e implantou uma ordem política nacionalista voltada para a industrialização do país; a segunda data corresponde ao início do governo de Fernando Collor de Mello, que inaugura efetivamente a *era neoliberal* no Brasil. É preciso, entretanto, levar em conta que este período de seis décadas deve ser dividido, para a sua melhor compreensão, em diferentes fases, cada uma delas representando uma tendência dentro do desenvolvimentismo, e que os últimos dez anos (1980-1990) devem ser considerados sobretudo como um *período de transição* na qual a política desenvolvimentista vai sofrendo os primeiros impactos do projeto neoliberal então em ascensão no mundo ocidental. As correntes de opinião modernizadoras (exemplo dos positivistas, tanto os civis como os militares) e as poucas ações governamentais para auxiliar o setor industrial brasileiro antes de 1930 podem ser encaixadas no que chamamos aqui de *pré-desenvolvimentismo*, isto é, uma primeira manifestação do desenvolvimentismo que acabou não se completando, tanto em função do caráter vago e embrionário dos projetos industrializadores da época como em função de um contexto histórico desfavorável, marcado por um maior atraso socioeconômico do país e pelo predomínio político absoluto das elites agroexportadoras.³ Já no que diz respeito ao período pós-1990, podemos dizer que há um ressurgimento do desenvolvimentismo, em outro

² Jaguaribe se refere ao *bismarckismo* como conceito designando uma política de desenvolvimento capitalista (e, logicamente, industrial) sob a direção do Estado, este último atuando como protetor e impulsionador das atividades do empresariado nacional (JAGUARIBE, 1962, p. 21-25).

³ Tivemos a oportunidade de analisar o projeto industrializador de representantes desse “pré-desenvolvimentismo” em nossa pesquisa de doutorado (SAES, 2011). Na primeira parte da pesquisa, que aborda o projeto industrializador da oficialidade republicana do final do século XIX, pudemos constatar que a militância deste grupo consistia mais na defesa dos interesses de um empresariado autóctone em estágio pré-industrial (manufatura) do que na defesa de um verdadeiro projeto de transformação industrial do país. O governo militar de Floriano Peixoto (1891-1894) representaria o auge político desta corrente, e Serzedelo Corrêa a sua principal liderança intelectual.

contexto e sob outras formas, durante o período de domínio petista no Brasil (2003-2016). De qualquer forma não é o objetivo deste artigo tratar do que seria esta nova fase do desenvolvimentismo (o “neodesenvolvimentismo” ou “novo desenvolvimentismo”), e não cabe a nós avaliar aqui neste artigo se uma política desenvolvimentista é possível ou não dentro da ordem política instaurada depois de 1985.

Mas, como dissemos logo atrás, este período 1930-1990 precisa ser dividido em fases para que ele possa ser melhor compreendido. Como é de conhecimento dos estudiosos e dos interessados na história brasileira do século XX, há uma grande diferença entre os governos que se sucederam no referido período, diferença que não se limita ao campo político e abrange também o social e o econômico, com concepções distintas e até mesmo antagônicas do desenvolvimento e da industrialização. O desenvolvimentismo não é uniforme, e apresenta *diferentes tendências*, tanto no que diz respeito às ideias como à política econômica colocada em prática. Podemos dizer, portanto, que o que consideramos como o *período desenvolvimentista brasileiro* (1930-1990) pode ser assim dividido: uma primeira fase na qual predomina o chamado *nacional-desenvolvimentismo*, que tem início em 1930 e termina com em meados da década de 1950 com o colapso final do varguismo; uma segunda fase na qual predomina o modelo *desenvolvimentista-associado*⁴, que tem início após a morte de Vargas e a subida de Juscelino Kubitschek ao poder, e que termina em 1980, durante o Regime Militar; uma *fase de transição* entre o período desenvolvimentista e o período neoliberal, e que cobre a década 1980-1990.

A fase *nacional-desenvolvimentista* engloba os dois governos Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e mesmo o governo Dutra (1946-1951), apesar da tentativa malsucedida deste último de trazer o país para o modelo desenvolvimentista-associado.⁵ Embora não necessariamente hostil, pelo menos por princípio, ao capital estrangeiro, o modelo nacional-desenvolvimentista se destacaria pela defesa de um projeto de industrialização mais *autóctone*, o Estado vindo a controlar diretamente setores-chave da atividade industrial conforme se constatasse a incapacidade ou o desinteresse da burguesia privada nacional em assumi-los. Já a fase do desenvolvimentismo-associado surgiu, como dissemos, com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e, após momentos de incertezas – em especial o governo João Goulart (1961-1964), representante de uma tendência mais à esquerda e que procurou sem sucesso trazer o Brasil de volta para o modelo nacional-desenvolvimentista –, se consolidou com o advento do Regime Militar em 1964, o grupo militar instalado no poder e os tecnocratas a seu serviço estando intensamente comprometidos com este modelo. Apesar de não descartar a participação estatal e a parceria com o capital privado nacional, o modelo desenvolvimentista-associado procura apostar no *capital estrangeiro* como

⁴ A expressão tal qual ela aparece nos trabalhos acadêmicos que consultamos aqui é *desenvolvimentista-dependente-associado*, mas optamos por eliminar a palavra *dependente* por ela trazer uma carga ideológica demasiadamente acentuada, dando uma conotação abertamente negativa, similar a *submissão*. Embora simpatizemos mais pessoalmente com o projeto nacional-desenvolvimentista do que com o desenvolvimentista-associado, pensamos que ao adjetivar este último, dando-lhe uma conotação abertamente negativa, pode prejudicar a objetividade do estudo do tema.

⁵ O general Eurico Gaspar Dutra, pró-americano e influenciado por economistas liberais, realizou, na primeira fase de seu governo, uma política de abertura econômica e redução dos gastos públicos com o objetivo de controlar a inflação e atrair capitais estrangeiros. Após dois anos de resultados medíocres, o governo foi obrigado a mudar a sua orientação, retornando ao dirigismo abandonado em 1946 e recorrendo inclusive a uma experiência de planejamento econômico com o plano SALTE (SKIDMORE, 1969; ABREU, 2021).

agente principal da implementação de novos setores de ponta da atividade industrial (exemplo máximo do setor automotivo instalado no país na década de 1950). Pedro Cezar Dutra Fonseca apresenta desta forma os dois modelos citados:

Dois *subtipos* de desenvolvimentismo consagrados na literatura são “nacional-desenvolvimentismo” e “desenvolvimentismo dependente-associado”. Em uma antinomia, ambos apontam para dois estilos de desenvolvimento. [...] pode-se sintetizar que o nacional-desenvolvimentismo, de ideologia mais nacionalista, propunha maior papel ao Estado para alavancar recursos e realizar investimentos tidos como prioritários. A produção centrava-se nos bens de consumo populares, liderada pelo setor privado nacional. Como projeto, propunha avançar a industrialização para os bens de capital e intermediários; e politicamente, expressava-se como uma aliança entre este empresariado, segmentos das “classes médias” (nestes incluídos a burocracia) e trabalhadores urbanos, propondo a “incorporação das massas”, cuja expressão política seria o “populismo”. Já o segundo assentava-se nos investimentos externos, principalmente de grandes empresas oligopolistas, para alavancar um padrão de “industrialização restritiva”, pois que assentado na produção de bens duráveis de consumo e na indústria pesada, cuja demanda voltava-se às camadas de rendas mais altas. Não excluía de vez o Estado nem as burguesias locais, mas estabelecia entre eles outro tipo de associação, numa relação de subordinação ou dependência ao capital estrangeiro. A rigor, as duas estratégias ou estilos de desenvolvimento decorriam da incapacidade ou fragilidade dos grupos empresariais privados latino-americanos para liderar o crescimento industrial, seja pela inexistência de conhecimento tecnológico ou por baixa capitalização. No primeiro modelo, o ator principal seria o Estado, capaz de captar “poupança forçada” para bancar as necessidades de investimento ou financiamento; no segundo, o capital estrangeiro, por meio de investimentos diretos ou de financiamento – a “poupança externa”. (FONSECA, 2015, p. 42-43)⁶

O mesmo autor menciona o trabalho clássico de Fernando Henrique Cardoso *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*, no qual Getúlio Vargas (Brasil) e Juan Domingo Perón (Argentina) aparecem como exemplos de estadistas comprometidos com o nacional-desenvolvimentismo, enquanto que Juscelino Kubistchek (Brasil) e Arturo Frondizi (Argentina) aparecem como estadistas comprometidos com o desenvolvimentismo dependente-associado (FONSECA, 2015). Logicamente, esta divisão entre *nacional-desenvolvimentismo* e *desenvolvimentismo-associado* não é tão simples e nítida na realidade: por um lado, durante o próprio governo Vargas o capital estrangeiro continuou operando em diferentes setores – energia, serviços urbanos e até mesmo na siderurgia com a Companhia Belgo-Mineira, que incrementou a sua capacidade produtiva durante a década de 1930 –, sem que houvesse um movimento claro da parte do poder político no sentido de estatizar essas atividades e expulsar os grupos adventícios; por outro lado, depois de 1955 o papel da empresa estatal continuou sendo central, atuando em parceria com o capital estrangeiro e com o capital privado nacional na produção

⁶ Optamos por não enfatizar aqui a questão trabalhista como fator capaz de diferenciar as duas tendências do desenvolvimentismo que apontamos acima. Para nós, a política de Estado em relação à classe trabalhadora (política trabalhista ou antitrabalhista) independe do fato do grupo no poder ser partidário do nacional-desenvolvimentismo ou do desenvolvimentismo-associado. Se, por um lado, Getúlio Vargas, representante-mor do nacional-desenvolvimentismo, era um aliado do proletariado industrial e o Regime Militar, representante do desenvolvimentismo-associado, é tido como antitrabalhista, Juscelino Kubitschek, outro representante do desenvolvimentismo associado, é em geral associado ao populismo inaugurado pela política trabalhista do varguismo,

industrial brasileira.⁷ Podemos dizer, entretanto, que o período nacional-desenvolvimentista tendeu mais para um tipo de industrialização, enquanto que o período desenvolvimentista-associado tendeu mais para outro tipo, mesmo que os dois tipos de industrialização em questão estivessem presentes na verdade nos dois períodos.

E, finalmente, temos a problemática década 1980-1990, que para o Brasil foi transitória tanto do ponto de vista político como do ponto de vista econômico. Mais especificamente, estamos nos referindo ao governo Figueiredo (1979-1985), último governo do Regime Militar, e ao governo de José Sarney (1985-1990), primeiro da nova ordem política democrática que dura até hoje. Estes dois governos aconteceram quando a estrutura burocrática do período desenvolvimentista ainda era dominante, mas eles ao mesmo tempo tomaram medidas (privatizações, por exemplo) que renunciavam o período posterior.⁸ Além do mais, na década de 1980 os grandes projetos de Brasil potência e de desenvolvimento acelerado era abandonados em nome de uma pretensa visão mais realista. A economia brasileira estagnava e dava sérios sinais de esgotamento após a euforia das décadas de 1960 e 1970, e o fenômeno da desindustrialização, que assombra o Brasil até hoje, já daria os seus primeiros sinais.

Temos aqui, portanto, a caracterização do desenvolvimentismo enquanto política de Estado, enquanto doutrina e enquanto período da história brasileira. Ao comentarmos, neste último caso, a diferença entre o nacional-desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo-associado, acabamos remetendo a outra questão, que é a das *diferentes tendências* dentro do desenvolvimentismo, podendo haver desenvolvimentismos mais radicais e mais moderados, e desenvolvimentismos mais progressistas e mais conservadores. O maior e o menor grau de radicalismo de um governo desenvolvimentista ou de uma corrente de pensamento desenvolvimentista poderá ser detectado conforme eles se comprometerem ou não com bandeiras como a estatização de setores-chave da economia, a reforma agrária, a planificação estatal; o consenso entre as diferentes tendências desenvolvimentistas é a defesa da promoção do desenvolvimento industrial do país por meio de um Estado intervencionista.⁹ Em nossa pesquisa de doutorado sobre o projeto de desenvolvimento dos militares brasileiros no período 1880-1945, pudemos comparar dois projetos militares da década de 1930, um mais radical (o do grupo

⁷ Isso para não falar das estatizações ocorridas a partir da segunda metade da década de 1970, em pleno Regime Militar, com o objetivo de salvar empresas que estavam perto da falência.

⁸ O governo Figueiredo criou, em 1981, a Comissão Especial de Desestatização visando empresas controladas pelo governo federal; o resultado foi pífio, com poucas empresas privatizadas em relação aos objetivos do programa. O governo Sarney, por sua vez, procurou apoiar o seu programa de privatizações na ação do BNDES, e mais especificamente numa subsidiária deste último, a BNDESPAR. Os resultados também foram pequenos, o que reforça a tese de que entre 1980 e 1990 houve medidas neoliberais tomadas dentro de um Estado desenvolvimentista. Este último seria apenas destruído a partir de 1990. Sobre as privatizações dos governos Figueiredo e Sarney, ver o texto de Armando Castelar Ribeiro e Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, *Privatização no Brasil: passado, planos e perspectivas* (RIBEIRO; OLIVEIRA FILHO, 1991).

⁹ Em nossa pesquisa de pós-doutorado sobre a planificação econômica na França durante os Trinta Gloriosos (1945-1975) pudemos notar que planificação e intervencionismo estatal não são sinônimos: se a planificação econômica depende da presença de um Estado que intervêm na economia, a recíproca não é verdadeira, podendo haver um Estado altamente dirigista, mas que dispense a elaboração de planos econômicos. Se a França do pós-1945, a União Soviética, a Alemanha nazista e o Egito nasserista fizeram uso da planificação econômica, o Brasil durante os dois governos Vargas e a Itália fascista se apoiaram num dirigismo acentuado sem recorrer à planificação.

tenentista), que defendia uma política de industrialização acompanhada de uma reforma agrária (difusão da pequena propriedade) e de um combate mais agressivo ao poder político e econômico das elites agroexportadoras, e outro mais moderado e conservador (o da cúpula militar do Estado Novo), que defendia uma política de industrialização acelerada sem reformas que abalasses a estrutura social brasileira (sobretudo no que diz respeito à manutenção do poder do latifúndio). Temos aqui, portanto, dois exemplos de projeto desenvolvimentista, um mais progressista e radical, outro mais moderado e conservador.

Ricardo Bielchowsky apresenta três tendências dentro da ideologia desenvolvimentista no Brasil. A primeira seria uma corrente desenvolvimentista ligada ao setor privado da economia: esta corrente seria favorável ao apoio estatal à acumulação privada e teria posições variáveis tanto em relação ao grau de intervenção do Estado na economia quanto em relação à participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento brasileiro. A segunda seria um desenvolvimentismo do setor público “não nacionalista”, que, mesmo defendendo o apoio estatal à industrialização, apresentaria marcada preferência por soluções privadas – leia-se estrangeiras, em função da fragilidade da burguesia nacional – para o problema do desenvolvimento brasileiro. E o terceiro seria um desenvolvimentismo do setor público nacionalista, que defenderia inversões estatais em setores considerados estratégicos para a continuidade do processo de industrialização (mineração, energia, transporte, telecomunicações e algumas indústrias básicas). Nas palavras do autor:

O desenvolvimentismo [...] foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza brasileiros. É possível distinguir [...] três correntes desenvolvimentistas. Seus traços de união fundamentais eram o projeto comum de formar um capitalismo industrial moderno no país e a perspectiva comum de que, para isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção governamental.

Seus aspectos diferenciais básicos podem ser resumidos da seguinte forma:

a) Os economistas desenvolvimentistas tinham, segundo sua carreira profissional, preocupações e linguagens algo distintas. Aqueles que atuavam no setor privado privilegiavam a defesa dos interesses empresariais de uma forma que não ocorreria aos que trabalhavam no setor público, por força dos compromissos que naturalmente assumiam.

b) No setor público havia duas posições desenvolvimentistas básicas quanto à intervenção estatal: os economistas que denominamos “não nacionalistas” preconizavam soluções privadas, de capital estrangeiro ou nacional, para projetos de inversão na indústria e na infraestrutura, admitindo a intervenção estatal apenas em último caso; e os “nacionalistas”, ao contrário, advogavam a estatização dos setores de mineração, transportes, energia, serviços públicos de modo geral e alguns segmentos da indústria de base. Já entre os desenvolvimentistas do setor privado, as posições sobre o assunto não eram uniformes, encontrando-se economistas que se aproximavam da primeira posição e outros de visão mais nacionalista.

c) As três correntes desenvolvimentistas tinham posições distintas sobre o problema do controle da inflação: a corrente “não nacionalista” inclinava-se para programas de estabilização monetária, no que divergia das outras duas, que, por sua vez, diferenciavam-se na análise do problema. No setor privado, a preocupação maior era evitar a retração do crédito, e não se adotou a argumentação estruturalista; já os nacionalistas do setor público preocupavam-se tanto com a retração creditícia quanto com a descapitalização do Estado; nos

anos 50, eles amadureceram uma visão estruturalista da questão inflacionária. (BIELCHOWSKY, 2000, p. 113-114)

Entre os nomes que o autor aponta como representando a corrente desenvolvimentista do setor privado, destaca-se o do famoso industrial Roberto Simonsen, que se notabilizaria, nas décadas de 1930 e 1940, por sua militância pela industrialização do Brasil. Já a corrente desenvolvimentista do setor público “não nacionalista” é representada pelo nome do economista Roberto Campos antes de sua conversão ao neoliberalismo. Finalmente, a corrente desenvolvimentista do setor público “nacionalista” teria como um de seus principais representantes o economista Celso Furtado. Bielchowsky exclui as correntes socialistas – exemplo do Partido Comunista Brasileiro – do conceito de desenvolvimentismo: embora ele reconheça as aspirações industrializadoras dos ideólogos socialistas, ele ao mesmo tempo delimita o conceito de desenvolvimentismo dentro dos marcos do capitalismo. Apesar de entendermos esta argumentação, discordamos dela, já que com algumas exceções – por exemplo, a China maoista e o regime de Pol Pot no Camboja –, os regimes socialistas não implementaram de fato o socialismo, e sim um *capitalismo de Estado* (ou *capitalismo burocrático*), o setor público vindo apenas a tomar o lugar da burguesia privada na economia do país, o que para nós não exclui de forma alguma o desenvolvimentismo.¹⁰ Na própria União Soviética, os períodos leninista e stalinista podem ser apresentados como *desenvolvimentistas*, já que neles foi implementada uma política de industrialização acelerada com o objetivo de recuperar o atraso industrial do país, dando continuidade, embora de outra forma, à política de industrialização das últimas décadas do regime czarista.¹¹ De qualquer forma, a divisão proposta por Bielchowsky ilustra bem a tese das diferentes tendências dentro do desenvolvimentismo, o que procuramos mostrar à nossa maneira logo atrás.

Outra componente do desenvolvimentismo que consideramos decisiva na caracterização do fenômeno é o *contexto histórico* no qual ele está inserido, isto é, a política e a ideologia desenvolvimentistas apenas podem florescer em economias que estão em *relativo atraso industrial*. O desenvolvimentismo tem como função, como papel, promover uma industrialização acelerada de países que estão em posição de desvantagem em relação às grandes potências industriais. Isso vale tanto para economias agrárias como para potências industriais medianas que não estão nas primeiras posições do ranking do capitalismo mundial. Assim, se o desenvolvimentismo é em geral associado à América Latina (Vargas no Brasil, Perón na Argentina, Cárdenas no México, etc.) e a outras regiões do mundo em desenvolvimento (regime militar sul-coreano, regimes nacionalistas árabes, etc.), ele também pode ser encontrado em países europeus já

¹⁰ Os autores marxistas egípcios Mahmoud Hussein, de orientação maoista, explicavam, em livro publicado no início da década de 1970 sobre o Egito de Nasser, a diferença entre socialismo e economia estatizada, e procuravam demonstrar como uma economia estatizada pode ser considerada capitalista se as relações entre a burocracia que controla as empresas estatais e a classe trabalhadora seguir o mesmo princípio das relações entre patrões e trabalhadores no capitalismo privado. Para os autores citados, tanto o sistema soviético como os regimes nacionalistas militares do mundo árabe (que recorreram amplamente à estatização) consistiriam numa forma de capitalismo, diferente do capitalismo clássico pelo fato dos principais setores da economia serem estatais, mas que manteve os mesmos princípios nas relações de trabalho (HUSSEIN, 1971).

¹¹ É bom lembrar que Nelson Werneck Sodré, militar, historiador e um dos principais intelectuais do Partido Comunista Brasileiro, se destacava mais por sua militância desenvolvimentista e nacionalista de esquerda do que por projetos de revolução proletária e implantação do socialismo.

industrializados – alguns deles podem mesmo ser considerados potências – que se veem em situação de atraso em relação a grandes potências industriais como a Inglaterra no século XIX, e os Estados Unidos e a Alemanha no século XX.

Estadistas como Bismarck na Alemanha e Napoleão III na França são representantes do desenvolvimentismo do século XIX, quando potências europeias ainda pré-industriais procuravam recuperar o seu atraso em relação à grande potência industrial da época, a Inglaterra; o mesmo pode ser dito da industrialização japonesa na era Meiji.¹² Já no século XX, a França do pós-Segunda Guerra, abalada pela derrota militar para uma potência rival industrialmente mais forte, daria início a uma política sistemática de modernização de suas estruturas produtivas por meio de um Estado planejador; a Itália, que já no período fascista experimentara uma experiência estatizante e industrializadora, continuaria no pós-guerra a promover um desenvolvimento industrial acelerado. Finalmente, temos o exemplo atual da China, que após a experiência socialista radical do período maoista adotou o desenvolvimentismo como forma de acelerar o seu crescimento capitalista. Estamos enfatizando este aspecto porque, no nosso entender, o conceito de desenvolvimentismo não deve ser aplicado em exemplos de política intervencionista em países que já estão entre as principais potências industriais do mundo. O desenvolvimentismo não se aplica, segundo a nossa visão do fenômeno, em casos como o da política do *New Deal* durante o governo Roosevelt nos Estados Unidos na década de 1930, ou como o da política de forte intervencionismo econômico e de planificação estatal da Alemanha hitlerista. Ambos os casos são exemplos de política intervencionista com o objetivo de socorrer uma grande economia capitalista em crise, e não se trata, portanto, de uma política de recuperação do atraso industrial do país. O desenvolvimentismo está, no nosso entender, associado a projetos de longo prazo, e não a políticas emergenciais de curto prazo.¹³

Outro aspecto importante a ser enfatizado é que o desenvolvimentismo, mesmo em sua vertente doutrinária e ideológica, se apoia em *projetos concretos* de industrialização, e, portanto, vai além da mera retórica (FONSECA, 2015). Discursos vagamente industrializadores ou modernizadores, como encontramos por vezes entre os neoliberais – por exemplo, a defesa da flexibilização da legislação trabalhista e da redução do investimento público como forma de desonerar a classe empresarial e incentivar os investimentos privados na indústria –, não são suficientes para caracterizar uma postura desenvolvimentista. O mesmo podemos dizer, como apontamos na parte introdutória deste artigo, da defesa de certas medidas que podem promover a vinda de capitais, mas que nada têm a ver diretamente com o setor produtivo da economia, como a realização de eventos, o incremento ao turismo (rede hoteleira, restaurantes, casinos, etc.) e a expansão das grandes cadeias comerciais (shopping centers). A expansão da construção civil (obras públicas, projetos imobiliários) pode contribuir muito para a industrialização, mas ela não é em si mesma uma atividade industrial, e ela não pode, por si só, ser considerada uma manifestação de política desenvolvimentista. Finalmente, o incremento do agronegócio, que pode

¹² Um dos principais estudiosos das industrializações retardatárias na Europa é o historiador econômico russo radicado nos Estados Unidos Alexander Gerschenkron, autor do famoso ensaio *O atraso econômico em perspectiva histórica*, entre outros trabalhos (GERSCHENKRON, 2015).

¹³ Os Estados Unidos e a Alemanha já eram, na época, a primeira e a segunda potências industriais do mundo respectivamente. Ambos os países recorreram ao dirigismo econômico para salvar as suas economias dos efeitos da crise de 1929. No caso da Alemanha hitlerista, havia também o plano de preparar a economia do país para uma política de expansionismo militar (*economia de guerra*).

ser considerado por setores mais conservadores como o exemplo-mor de progresso econômico e social, em função da tese da “vocação agrícola do Brasil”, também não pode, por si só, ser associado ao desenvolvimentismo.¹⁴ A indústria é o carro-chefe do projeto desenvolvimentista, e os demais setores (agrícola, comercial, infraestrutura, etc.) devem girar em torno dela.

Os resultados econômicos de um governo ou de um regime político também não são suficientes para determinar o seu caráter desenvolvimentista: um projeto industrializador pode fracassar em função de um contexto político desfavorável (oposição da classe empresarial, sabotagem da burocracia, pressões imperialistas), e o crescimento industrial de um país pode ser dar a despeito da orientação do governo, por exemplo, um desenvolvimento industrial ocorrido em função de reformas promovidas anteriormente, mesmo que sem o estímulo do governo atual. Podemos citar, como exemplos do primeiro caso, o regime nasserista no Egito (1952-1970), que possuía ambicioso projeto de industrialização e cujos resultados econômicos foram p fios. Como exemplo do segundo caso, temos a industrialização da França a partir da década de 1880, que se deveu mais aos efeitos de longo prazo da política de Napoleão III (1848-1870) do que a uma orientação industrializante do regime da Terceira República instaurado em 1870.¹⁵ Esta ideia está presente no artigo de Pedro Cezar Dutra Fonseca que estamos citando aqui, conforme mostra o trecho seguinte:

[...] as variáveis *ex post* (como crescimento do produto interno bruto – PIB – ou da indústria) podem auxiliar na pesquisa, mas são inapropriadas para responder se houve ou não projeto identificado com desenvolvimentismo, podendo levar a um falso positivo (o crescimento ser resultante de uma variável exógena, como a conjuntura internacional, ou mera decorrência dos ciclos econômicos) ou a um falso negativo (o governo, embora identificado com desenvolvimentismo, não tenha conseguido implementar seu projeto devido à conjuntura econômica ou política). São os casos de governos como Alfonso López Pumarejo (Col mbia) e João Goulart (Brasil), que propuseram medidas de envergadura francamente associadas ao desenvolvimentismo, mas se defrontaram com enormes dificuldades políticas para implementá-las. (FONSECA, 2015, p. 33)

Finalmente, algumas medidas isoladas para auxiliar o setor industrial – exemplo da política emissionista de Rui Barbosa no início do período republicano no Brasil, vista por muitos como sendo de caráter industrializador – também não são suficientes para caracterizar um governo como sendo de tendência desenvolvimentista: a política desenvolvimentista implica a criação de um *arcabouço estatal* voltado para a industrialização, ou, em outras palavras, um *Estado industrializador*, com a formação de uma burocracia comprometida com o desenvolvimento industrial, além do surgimento de um conjunto de órgãos técnicos e de um sistema financeiro (banco de desenvolvimento, por exemplo) voltados para a industrialização. Esta foi sem d vida a grande obra política da Revolução de 1930 no Brasil, que ao derrubar o regime oligárquico

¹⁴ A história brasileira nos mostra quantas vezes o setor agroexportador foi hostil   industrialização, não somente pelo risco de a indústria absorver parte dos recursos financeiros do país (crédito que poderia ser destinado exclusivamente ao setor agrícola), mas também pelo risco de fechamento dos mercados externos dos quais dependia a agricultura de exportação e pelo risco de encarecimento dos insumos no caso destes últimos começarem a ser produzidos pela indústria brasileira.

¹⁵ Podemos mencionar também, embora não se trate de uma transformação industrial do país, o surgimento de um setor industrial ligado a bens de consumo leves no Brasil durante a Primeira República, surgimento que se deveu aos efeitos do desenvolvimento da economia cafeeira, e não a uma política de Estado.

defensor dos interesses agromercantis promoveu uma transformação do Estado brasileiro no sentido de colocá-lo a serviço da industrialização do país (SAES, 1984).

A título de conclusão, gostaríamos de sintetizar os tópicos apresentados aqui e apresentar a nossa própria definição, ou melhor, a ideia que fazemos do conceito de *desenvolvimentismo*. Este último teria, portanto, as seguintes características:

1) Um *triplo significado*: o desenvolvimentismo enquanto *política de Estado*, enquanto *corrente de pensamento* e, no caso mais específico do Brasil, enquanto *período histórico* situado no século XX.

2) Um *projeto concreto de modernização* do país, tendo o *setor industrial* como carro-chefe e destinado a países agrários ou já industrializados, mas que estão em situação de atraso em relação às principais potências industriais; este projeto, mesmo que elaborado e colocado em prática dentro dos marcos do capitalismo, deve se apoiar num *Estado intervencionista* e não apostar nas forças do mercado.

3) O desenvolvimentismo não é uniforme e deve ser dividido em *diferentes tendências*, o seu grau de radicalismo variando conforme a tendência desenvolvimentista se posiciona em relação à intensidade do dirigismo econômico e à dimensão do reformismo social. No caso brasileiro, duas tendências se manifestaram durante o ciclo desenvolvimentista 1930-1990: o *nacional-desenvolvimentismo*, mais nacionalista e que se apoiou em grande parte na participação estatal direta em setores-chave da atividade industrial, e o *desenvolvimentismo associado*, que privilegiava uma política de industrialização em parceria com o capital estrangeiro.

Antes de encerrarmos este esboço teórico, gostaríamos de ilustrar o conteúdo aqui apresentado por meio da transcrição de trechos extraídos de textos de representantes do pensamento desenvolvimentista. Poderíamos ter usado, neste item, trechos de autores desenvolvimentistas já bastante conhecidos pelos estudiosos do assunto, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Raul Prebisch e Bresser-Pereira, mas isto seria mera repetição do que já foi produzido sobre o tema. Preferimos usar aqui autores que tiveram importância central em nossas pesquisas anteriores, e que também ilustram bem, no nosso entender, o pensamento desenvolvimentista.

O primeiro trecho é extraído de um texto do brasileiro Edmundo de Macedo Soares, engenheiro militar que, enquanto integrante do quadro técnico do Estado Novo (1937-1945), foi um dos principais responsáveis pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), pela construção da usina de Volta Redonda e pela implementação da siderurgia em larga escala no Brasil (SAES, 2011).¹⁶ Trata-se de um verdadeiro ideólogo da industrialização, como podemos constatar no trecho abaixo, extraído de conferência proferida em maio de 1945:

Como se faria a troca se predominasse o ponto de vista das nações industriais? Os países detentores dos produtos agrícolas ou matérias primas se especializariam na sua produção e importariam as manufaturas dos grandes países industriais. A fórmula parece simples e proveitosa. Verdadeiramente ela

¹⁶ Depois de 1945 Macedo Soares seria ministro nos governos Dutra e Costa e Silva, presidente da CSN e da Confederação Nacional da Indústria, além de diretor da Mercedes-Benz do Brasil, tornando-se um expoente do *desenvolvimentismo-associado*. Durante o Estado Novo, independentemente de suas preferências pessoais, ela atuara como agente do projeto *nacional-desenvolvimentista*.

é enganosa. [...] O fato é que as potências industriais, com suas colônias e indústrias químicas, conseguem produzir quase todas as matérias primas de que necessitam e, em particular, os produtos das regiões tropicais (café, borracha, algodão, cacau, fibras, etc.); ora, essas são as mercadorias em que o Brasil poderia estribar as esperanças do seu comércio internacional. As metrópoles industriais, embora sempre tenham lutado contra as pautas alfandegárias dos outros Estados, nunca deixaram de explorar, na faixa tropical, terras semelhantes às nossas, empregando um braço colonial [...] mais barato que o brasileiro. [...] Bem poucos são os elementos de troca com que poderá contar o Brasil para aumentar sua riqueza; compreendemos, em consequência, que, diante da política econômica que a posse de vastas extensões de territórios, em várias latitudes, permite às nações industriais, o futuro do Brasil, como produtor apenas de matérias primas tropicais, está seriamente ameaçado.

O passado nos faz refletir e perguntar a nós mesmos: como, não podendo produzir riqueza exportável senão em pequenas quantidades, poderá o Brasil importar os elementos de que necessitará para a sua vida normal de Estado Independente? Como, diante dessa impossibilidade, obter, dentro do País, o que não poderá ser importado por falta de meios?

Chegamos a uma grave alternativa econômica: ou produzirmos os elementos básicos para a nossa vida de povo livre, ou definharmos pela insuficiência de nossos meios de trocas. [...] A especialização do Brasil, como país produtor de matérias primas e produtos agrícolas, não permitirá a elevação do nível do nosso povo, rapidamente, como desejamos.

A especialização, também denominada “divisão territorial do trabalho”, nos levaria a continuar tendo, como bem notou Charles Hérisson, uma economia “vulnerável e instável”. “Só a economia complexa permite a utilização dos recursos humanos. Para elevar o nível de vida dessa população tão importante que vive hoje da agricultura, é mister realizar a industrialização dos países agrícolas”. (SAES, 2011, p. 267-268)

A ideia da fragilidade das economias agroexportadoras, dependentes de um mercado externo mais do que incerto – ideia que nos dias de hoje, nos quais a tese da vocação agrícola do Brasil parece ter retomado o controle da opinião pública, seria considerada uma heresia –, é típica de um discurso desenvolvimentista de um país ainda agrário que está iniciando um processo de industrialização acelerada. Nesta fase incipiente da industrialização, as autoridades comprometidas com o projeto desenvolvimentista precisam convencer a opinião pública da situação de vulnerabilidade de uma economia agrária e voltada para a exportação. A própria diferença de valor econômico entre um produto agrícola e um produto industrial – por exemplo, um produto agrícola valendo X e um produto industrial valendo 2X – é também um argumento bastante usado neste tipo de discurso para mostrar como uma economia que exporta produtos agrícolas e importa produtos industriais está condenada ao déficit na balança comercial e, portanto, ao colapso.

Nos dois trechos que transcrevemos agora abaixo, de autoria do economista francês Pierre Massé, diretor do Comissariado Geral do Plano entre 1959 e 1966, encontramos o que seria o ponto de vista de um desenvolvimentista situado num país já industrializado que está procurando recuperar o seu atraso em relação às principais potências industriais. Neste trecho, o autor discorre sobre o papel ideológico da planificação econômica, no sentido de sedimentar na população uma mentalidade comprometida com o desenvolvimento:

A sua primeira legitimação [*da planificação francesa*] é a de simbolizar a *consciência do desenvolvimento*. A nossa época não é caracterizada apenas por um crescimento

econômico, tanto das nações jovens do Terceiro Mundo como das nações rejuvenescidas do oeste do continente europeu, mais rápido do que o do século XIX. É caracterizada, talvez mais ainda, pela tomada de consciência do desenvolvimento. O crescimento não está apenas nos fatos, está nas ideias e nas vontades. (SAES, 2021, p. 106-107)

[...] se o plano deriva da consciência do desenvolvimento, esta, por seu turno, é favorecida e enriquecida pelo plano. Os milhares de funcionários, de chefes de empresa e de sindicalistas que participam nas comissões de modernização adquirem nela uma vasta e segura informação sobre as realidades econômicas, uma iniciação aos mecanismos do crescimento equilibrado e um conhecimento das leis que se não pode transgredir sem prejuízo. O Estado e o patronato informam-se das preocupações dos trabalhadores. Os chefes de empresas aprendem a melhor considerar o seu meio circundante e a tornarem-se melhores “cidadãos industriais”. Os funcionários adquirem uma visão mais exata das sujeições das empresas. O plano, como o disse Marcel Demonque, “desmistifica os problemas industriais e cria progressivamente uma ética”. Tal é, parece-me, a justa resposta aos medos, por vezes expressos, de ver a planificação converter-se num dirigismo opressivo, ou, pelo contrário ser levada a fazer demasiadas concessões importantes aos interesses privados. (SAES, 2021, p. 107-108)

O desenvolvimentismo aparece aqui não somente como instrumento da industrialização, mas também como fator de união das classes sociais – apesar de progressista, o desenvolvimentismo não é revolucionário, isto é, ele procura evitar a luta de classes – e como arma ideológica dos defensores do desenvolvimento que procuram mobilizar a população em torno do seu projeto econômico. Trata-se da ideia segundo a qual o desenvolvimento econômico e a industrialização de uma economia em relativo atraso não pode florescer se a *consciência do desenvolvimento* não estiver incutida nos diferentes segmentos da população (empresariado, trabalhadores, burocracia, etc.); uma ideologia derrotista ou passadista (nostalgia do agrarismo) só poderá contribuir para frear o desenvolvimento.

Finalmente, gostaríamos agora de inserir um trecho de Alexander Gerschenkron, notório estudioso das industrializações retardatárias e de certa forma um dos principais teóricos do desenvolvimentismo (embora ele não empregue este termo nos textos que consultamos). Neste trecho a sua visão do processo de industrialização dos países economicamente atrasados aparece com clareza:

[...] em aspectos importantíssimos, o desenvolvimento de um país atrasado, em virtude de seu próprio atraso, pode ser muito diferente do desenvolvimento de um país adiantado. [...] em diversos casos históricos importantes, os processos de industrialização, ao serem finalmente lançados em países atrasados, exibiram diferenças consideráveis, se comparados às nações mais adiantadas. Isso ocorre não só no tocante à velocidade do desenvolvimento (a taxa de crescimento industrial), mas também às estruturas produtivas e organizacionais da indústria que emergiu desses processos. Em considerável medida, tais diferenças na velocidade e no caráter do desenvolvimento industrial resultam da ação de instrumentos institucionais com pouco ou nenhum equivalente nos países industriais avançados. Além disso, o clima intelectual em que se dá a industrialização – seu “espírito” ou “ideologia” – difere bastante entre países adiantados e atrasados. Por último, o grau em que esses atributos ocorrem em cada caso parece variar na proporção direta do grau de atraso e das potencialidades industriais naturais dos países em questão. (GERSCHENKRON, 2015, p. 69)

Encontramos aqui uma ideia que vai contra o discurso neoliberal segundo o qual os países retardatários deveriam se mirar no exemplo norte-americano para se industrializar, isto é, deveriam seguir a via “liberal” que esta potência seguiu quando se industrializou no século XIX. O trecho acima deixa claro que cada contexto nacional possui as suas peculiaridades e que a industrialização de um país retardatário nunca poderá ser feita da mesma forma como aconteceu no país modelo.¹⁷ Em outras palavras, para fazer uma economia recuperar o seu atraso industrial, deverá se fazer uso de um Estado mais atuante na área econômica, e não seguir a via de uma “industrialização espontânea” apoiada nas forças do mercado.

REFERENCIAS

- ABREU, Israel de Melo Abreu. **Política econômica do governo Dutra (1946-1950): a reestruturação econômica do Brasil no pós-guerra.** Orientador: Thiago Fontelas Rosado Gambi. 2021. Trabalho de conclusão (Bacharel em Ciência e Economia) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alfenas. Varginha-MG, 2021.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade.** Campinas, v. 21, p. 779-810, dez. 2012.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito.** Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2015.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção.** São Paulo: Brasiliense, 1999.
- GERSCHENKRON, Alexander. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2015.
- HUSSEIN, Mahmoud. **La lutte de classes en Égypte - deuxième édition mise à jour (1945-1970).** Paris: François Maspero, 1971.
- JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- PINHEIRO, Armando Castelar; OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysóstomo de. **Privatização no Brasil: passado, planos e perspectivas.** Brasília/Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1991.
- SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

¹⁷ A ideia de que a industrialização norte-americana se fez de forma espontânea, pela via liberal, a exemplo da Inglaterra, é contestada por diversos autores. Muitas vezes os defensores do liberalismo econômico confundem o predomínio da empresa privada com a ausência de intervenção do Estado na economia. O Estado pode muito bem dirigir a economia do país sem estatizar as suas principais empresas (exemplo máximo do dirigismo econômico na Alemanha nazista e do próprio complexo militar-industrial norte-americano montado a partir da Segunda Guerra Mundial).

SAES, Décio. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **Capitalismo planejado: a planificação econômica na França dos “Trinta Gloriosos” (1945-1975)**. São Paulo: Independently published, 2021.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **Militares e desenvolvimento no Brasil**: uma análise comparada dos projetos econômicos da oficialidade republicana de fins do século XIX, do tenentismo e da cúpula militar do Estado Novo. Orientador: Nelson Nozoe. 2011. Tese (Doutorado em História Econômica) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SCHNEIDER, Ben Ross. **O estado desenvolvimentista no Brasil**: perspectivas e comparadas. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.



REFLEXÕES SOBRE O “NOVO-DESENVOLVIMENTISMO”


*Fernanda Rocha Veras e Silva*¹

¹Mestre em Economia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e doutora em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora e Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Áreas de interesse: economia e política de desenvolvimento e de C&T; economia da inovação; interação universidade - empresa; arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais; economia regional.

¹ Universidade Federal do Piauí, Piauí, Brasil.

E-mail: fernandaveras@ufpi.edu.br

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Resumo

O presente artigo, elaborado em primeira versão, é resultado de uma discussão realizada em seminário interno do projeto coletivo intitulado A política de desenvolvimento, as tecnologias sociais e desigualdades regionais no Brasil contemporâneo. A proposta é fazer algumas reflexões preliminares que possam ser relevantes para um projeto de desenvolvimento no Brasil contemporâneo e suas implicações sobre as esferas nacional, regional e local. Como existe uma ampla e rica literatura sobre desenvolvimentismo, tratando do conceito e seus subtipos, a escolha metodológica consiste em partir de alguns estudos para identificar elementos, percepções e limitações que contribuam para enriquecer os estudos futuros, nos quais tais questões serão detalhadas em profundidade. Apesar de simplificadora, considerando os excelentes trabalhos existentes e não utilizados nessa oportunidade, entende-se que o uso dos conceitos radiais existentes é um caminho frutífero, pois refletem abordagens atualizadas de desenvolvimentismo compatíveis com a realidade de um país de renda média, que já possui uma estrutura produtiva diversificada, mas que passa por desindustrialização prematura. Os resultados da pesquisa fortaleceram a percepção de que mudanças complexas exigem diálogo não somente entre os subtipos de desenvolvimentismos, mas entre diferentes abordagens, como o desenvolvimentismo clássico, e as recentes contribuições neoschumpeterianas e institucionais. Mais especificamente, isso significa que, no caso brasileiro, faz-se necessária a introdução de políticas que fortaleçam as instituições, emprego de políticas industriais efetivas e voltadas para atividades produtivas sofisticadas, mas com foco também em cadeias locais e regionais, existentes ou construídas, que podem contribuir para modernizar regiões menos favorecidas.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Novo-Desenvolvimentismo; Social-Desenvolvimentismo.

Abstract

This article, prepared in its first draft, is the result of a discussion held at an internal seminar of the collective project entitled Development policy, social technologies and regional inequalities in contemporary Brazil. The proposal is to make some preliminary reflections that may be relevant to a development project in contemporary Brazil and its implications for the national, regional and local spheres. Since there is a broad and rich literature on developmentalism, dealing with the concept and its subtypes, the methodological choice consists of starting from some studies to identify elements, perceptions and limitations that contribute to enriching future studies, in which such issues will be detailed in depth. Although it is simplistic, considering the excellent existing works that were not used at this opportunity, it is understood

that the use of existing radial concepts is a fruitful path, since they reflect updated approaches to developmentalism that are compatible with the reality of a middle-income country, which already has a diversified productive structure, but is undergoing premature deindustrialization. The results of the research reinforced the perception that complex changes require dialogue not only between subtypes of developmentalism, but also between different approaches, such as classical developmentalism and recent neo-Schumpeterian and institutional contributions. More specifically, this means that, in the Brazilian case, it is necessary to introduce policies that strengthen institutions, employ effective industrial policies geared towards sophisticated productive activities, but also focusing on local and regional chains, existing or built, that can contribute to modernizing less favored regions.

Keywords: Developmentalism; New-Developmentalism; Social-Developmentalism.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, elaborado em primeira versão, é resultado de uma discussão realizada em seminário interno do projeto coletivo intitulado *A política de desenvolvimento, as tecnologias sociais e desigualdades regionais no Brasil contemporâneo*. Sob a coordenação do professor Francisco Pereira de Farias, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e juntamente com o pesquisador Guillaume Azevedo Marques de Saes e o professor Sérgio Braga (UFPR), buscamos comparar padrões de política econômica e social característicos de diferentes ciclos de governos desenvolvimentistas. Agradeço, portanto, ao grupo de pesquisa pela discussão inicial, mas assumo a responsabilidade pelas questões e argumentos aqui expostos.

A proposta do artigo é fazer algumas reflexões que possam ser centrais para um projeto de desenvolvimento no Brasil contemporâneo e suas implicações sobre as esferas nacional, regional e local. Como existe uma ampla e rica literatura sobre desenvolvimentismo, tratando do conceito e seus subtipos, a escolha metodológica consiste em partir de alguns estudos para subsidiar pesquisa futura, na qual tais questões serão detalhadas em profundidade. Apesar de simplificadora, considerando os excelentes trabalhos existentes e não utilizados nessa oportunidade, o uso de conceitos radiais existentes é um caminho frutífero, pois reflete abordagens atualizadas de desenvolvimentismo compatíveis com a realidade de um país de renda média, que já possui uma estrutura produtiva diversificada, mas que precisa centrar esforços para impedir que a indústria seja afetada negativamente visto sua essencialidade para a geração de tecnologia e de externalidades positivas sobre outros setores.

Além dessa introdução, o artigo traz mais três seções: na segunda faz-se uma contextualização da discussão sobre a evolução do conceito de desenvolvimentismo em diferentes contextos históricos; na terceira, são apresentadas as características gerais do novo-desenvolvimentismo e alguns dos subtipos conceituais associados a diferentes correntes; na quarta e última, são expostos alguns elementos úteis para a discussão a partir de diferentes vertentes conceituais na literatura selecionada.

DO ANTIGO AO NOVO DESENVOLVIMENTISMO: breve contextualização

O desenvolvimentismo é um tema extensivamente abordado na literatura e definido de diferentes formas, a partir da perspectiva teórica e do contexto histórico. Essencial para entender o debate sobre o desenvolvimento econômico e social latino-americano, o termo trata da estratégia dos países da região para enfrentar a dependência em relação às economias centrais.

Como defende Bielschowsky (2010), o Brasil teve dois ciclos desenvolvimentistas: o chamado “ciclo original”, entre 1930 e 1964, que é caracterizado pela industrialização integral, sob a coordenação do Estado; e o segundo ciclo, entre 1964 e 1980, centrado na sustentabilidade macroeconômica e em uma solução conservadora, considerando os impactos do arrocho salarial e a concentração de renda. Nesses dois ciclos são identificadas diferentes correntes de pensamento, mas a ideologia central era desenvolvimentista uma vez que objetivava a transformação do Brasil em um país urbano e industrial. Assim, o autor entende o *desenvolvimentismo como ideologia*, definido como o projeto econômico do Estado para transformar estruturas econômicas e sociais através do planejamento e da industrialização.

Na visão de Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimentismo foi o nome dado à *estratégia de desenvolvimento* dos países dependentes, que iniciaram sua industrialização a partir da década de 1930 ou no pós-Segunda Guerra Mundial. Esse desenvolvimentismo envolvia uma mudança estrutural, e sua política era o nacional-desenvolvimentismo, uma vez que o esforço industrializante exigia desses países capacidade para estabelecer políticas, instituições e estratégias de desenvolvimento. O modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) foi a estratégia escolhida, e consistia na proteção dos mercados internos com tarifas de importação sobre manufaturados em diferentes indústrias.

Fonseca (2015), por sua vez, define o desenvolvimentismo como uma *política econômica*, formulada e/ou executada deliberadamente por governos (nacionais ou subnacionais), visando a transformação econômica e social por meio do crescimento da produção e da produtividade industrial. É, portanto, um conceito perfeitamente adaptável a novas realidades através de conceitos radiais e subtipos que mantenham o *núcleo duro* (um projeto nacional, intervencionismo pró-crescimento e industrialização) e acrescentem novos atributos (como questões ambientais e distributivas).

O período desenvolvimentista, compreendido entre 1930 e 1950, muda o eixo dinâmico da economia brasileira, da agricultura para a indústria. Nessa fase, inicia-se a substituição de importações por produção interna, principalmente de bens de consumo não duráveis. O avanço dessa transformação produtiva aumentou a necessidade de planejamento para a construção de um aparato estatal-burocrático e para a implementação de políticas de apoio à industrialização. Assim, foi sendo estruturado um Estado forte e voltado para o desenvolvimento econômico. Nessa etapa, o planejamento, ainda que não sistêmico, se coloca anteriormente à gestão pública propriamente dita (gerenciamento da burocracia, arrecadação e gestão da moeda), de forma que só atinge sua fase áurea nos anos 1950. (Cardoso Júnior, 2014)

No final da década 1940, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), verifica-se a consolidação e difusão da ideologia desenvolvimentista. A CEPAL centra sua crítica no livre comércio, a partir de uma análise da deterioração dos termos de troca

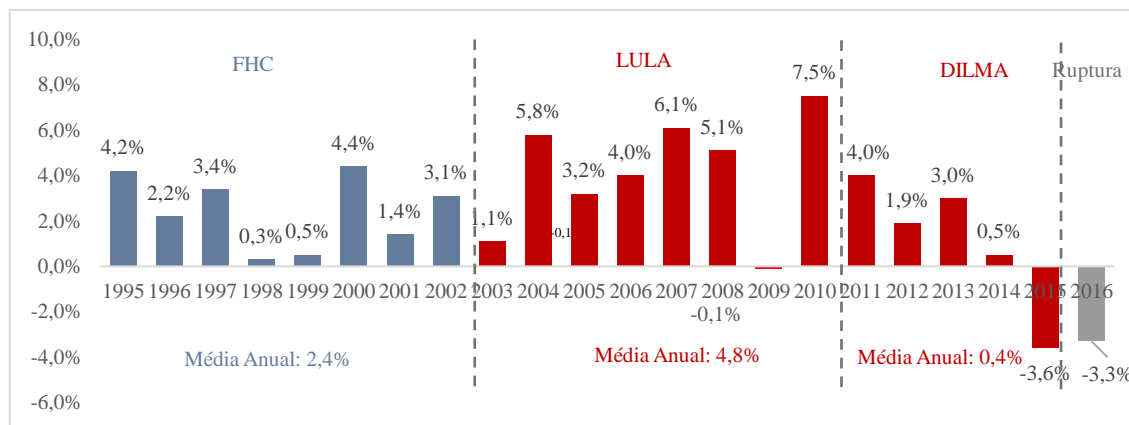
e do desenvolvimento desigual do progresso técnico, decorrente das diferentes estruturas produtivas existentes no centro e na periferia. A industrialização torna-se, portanto, o caminho para reverter tal quadro de dependência tecnológica e elevar o nível de vida da população.

Essa estratégia desenvolvimentista se concretiza com o Plano de Metas, que implementa com sucesso a indústria pesada e aumenta a capacidade do setor produtor de bens duráveis e de produção. Sua característica central era a articulação entre Estado, capital estrangeiro e empresário nacional em torno da construção de uma estrutura produtiva mais avançada e integrada à divisão internacional do trabalho (DIT). A busca pelo desenvolvimento sem recorrer a reformas de maior profundidade em diferentes âmbitos – administrativo, fiscal e financeiro, terminou gerando impasses que culminaram com o golpe de 1964. A partir daí um processo de ajustamento é implementado e se estende até o início do ‘milagre econômico’ (1968-1973).

Quando as condições internacionais se alteram com o primeiro choque do petróleo, em 1973, inicia-se um período de instabilidade global, mas a opção do governo militar foi manter o crescimento com o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (o II PND), sendo os investimentos necessários feitos pelas estatais via endividamento externo. Com o segundo choque do petróleo, em 1979, e a elevação dos juros nos Estados Unidos, a crise econômica se instala no país e inicia-se uma década de instabilidade, marcada pela escalada inflacionária, endividamento, e sucessivos planos econômicos fracassados. A política de crescimento com poupança externa levou à estagnação e os desequilíbrios decorrentes culminaram com a perda de vigor do desenvolvimentismo, especialmente em sua capacidade de incorporar progresso técnico e aumentar a produtividade.

Dessa forma, a partir dos anos 1990 a alternativa ao desenvolvimentismo foi o neoliberalismo. Nesse momento, como argumenta Carneiro (2002), a concorrência torna-se elemento determinante do crescimento, de forma que se verifica a substituição de políticas de demanda (ou garantia de mercado), características do período desenvolvimentista, por políticas de oferta, fundamentadas em uma maior competição e no acesso a mercados externos. De forma articulada com o processo de abertura comercial, desregulamentação financeira e de um programa de privatizações, necessário para combater o problema fiscal dos estados, o governo implementa a partir de 1994 um plano de estabilização – o Plano Real. Embora a inflação tenha sido debelada, como argumenta Tavares (1999), a estabilidade não foi assegurada, pois o conjunto da política econômica fragilizou importantes variáveis macroeconômicas, como o nível de atividade, consumo, investimento e balanço de pagamentos. Disso decorrem, segundo a autora, três tendências difíceis de reverter: a primeira, são os desequilíbrios no balanço de pagamentos em transações correntes; a segunda, uma crise fiscal permanente; e, por último, o desemprego estrutural decorrente da destruição do setor produtivo e do desmonte do Estado.

O Gráfico 1 ilustra o crescimento do PIB nos diferentes governos, entre 1995 e 2016. No período referente aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, a rígida política econômica - fiscal e monetária, elevadas taxas reais de juros e câmbio apreciado não resultou no crescimento esperado, e a média anual em todo o período foi de 2,4%.

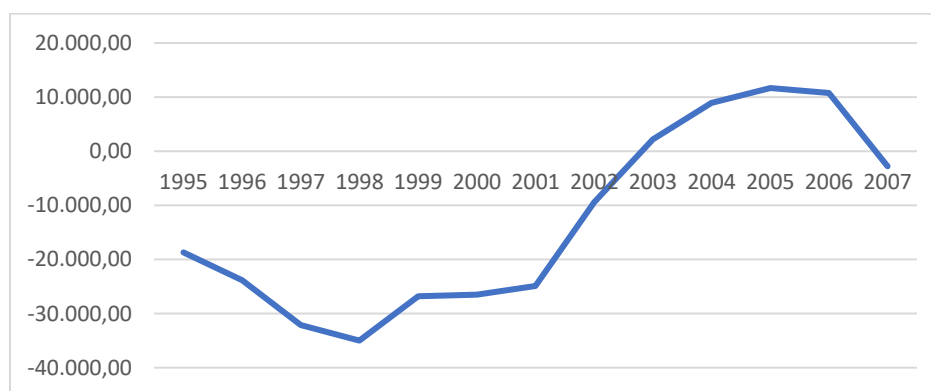
Gráfico 1 - PIB e Média de crescimento anual – Brasil (1995-2019)

Fonte: Elaboração própria a partir de Gomes e Cruz (2021).

Com a alternância de governo a partir dos anos 2000, verifica-se um melhor desempenho econômico, com média de crescimento anual de 4,8%, o que reacendeu o debate sobre desenvolvimentismo. Não de um retorno ao desenvolvimentismo clássico, mas de uma atualização do conceito a uma nova realidade.

O descontentamento com as políticas ortodoxas, alicerçadas no “Consenso e Washington”, possibilitou uma guinada no espectro político com a ascensão de partidos de esquerdas ao poder. Aliado a isso ocorre, em paralelo, a reversão do comércio favoravelmente ao mercado de bens primários, contribuindo para um ambiente favorável à renovação do interesse sobre desenvolvimentismo e seus conceitos radiais.

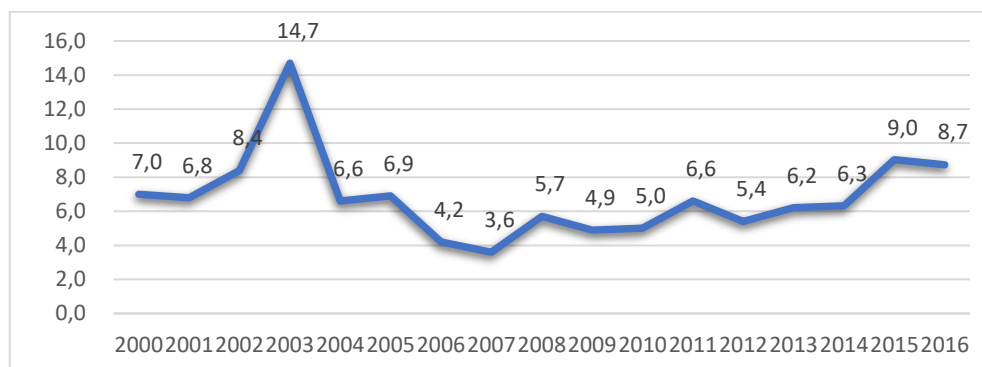
O Gráfico 2 apresenta o Saldo do Balanço de Transações Correntes do Brasil em US\$ dólares, entre 1995 e 2007, e evidencia o impacto positivo das mudanças econômicas e políticas que começam a ser implementadas na virada do século.

Gráfico 2 - Saldo do Balanço de Transações Correntes em US\$ milhões - Brasil - 1995-2007

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central do Brasil.

O sucesso econômico dos países asiáticos levou a um *boom* de commodities, que contribuiu para a retomada do crescimento com superávit nas transações correntes (Gráfico 2) e baixa inflação entre 2003 e 2007 (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução Percentual (%) do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) - Brasil - 2000-2016



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE/Contas Nacionais.

É nesse contexto que surgem duas novas abordagens de desenvolvimentismo: o novo-desenvolvimentismo (ND) e o social-desenvolvimentismo (SD), que são uma atualização do desenvolvimentismo clássico, conhecido como “estruturalismo latino-americano”, e segundo o qual a industrialização seria o único caminho para que as economias periféricas alcançassem os frutos do progresso dos países centrais. Adicionalmente, estas abordagens resultaram em outras classificações (ou subtipos de desenvolvimentismo).

O ‘NOVO DESENVOLVIMENTISMO’ E SUAS DIFERENTES VERTENTES

Bresser-Pereira inicia a discussão sobre novo-desenvolvimentismo (ND) e, juntamente com Nakano, apresenta uma nova estratégia para promover o desenvolvimento econômico¹⁸. Esta alternativa, apresentada como um “terceiro discurso”, é colocada entre o populismo de esquerda e a ortodoxia convencional. Enquanto a ortodoxia é antinacional, o novo desenvolvimentismo é direcionado para os interesses nacionais, e condizente com um capitalismo globalizado e competitivo. (Bresser-Pereira, 2006, 2007)

A economia política do novo-desenvolvimentismo admite o nacionalismo econômico, e exige uma coalização de classes e um estado desenvolvimentista. A sua microeconomia é mais do que um sistema de modelos, pois estuda o sistema econômico coordenado por duas instituições complementares – estado e mercado. Cabe ao estado regular os setores não competitivos (infraestrutura, insumos básicos e indústrias estratégicas), e ao mercado coordenar os demais setores. A intervenção estatal moderada é admitida, considerando que o mercado tem limites (e não meramente falhas). A macroeconomia do ND trabalha com cinco preços: a taxa de lucro, taxa de juros, taxa de salário, taxa de inflação e taxa de câmbio. Esses preços devem estar

¹⁸ Ao definir o ND, em seu último livro (Bresser-Pereira, 2024, p.16-17), o autor define desenvolvimento econômico como o “processo histórico de acumulação de capital e progresso técnico que aumenta a produtividade, a renda e os padrões de vida”. Como esse processo, em geral, envolve mudanças estruturais considera crescimento e desenvolvimento equivalentes.

corretos, o que significa que devem ser compatíveis com o crescimento econômico para garantir estabilidade financeira e de preços, incentivar investimentos e distribuir renda (Bresser-Pereira, 2024).

A variável-chave é a taxa de câmbio, considerando a sua importância em economias que dependem das condições externas para crescer e sofrem com a doença holandesa. Nestas, a taxa de câmbio tende a sobrevalorizar a longo prazo, comprometendo a competitividade. Em tais condições, essa estratégia legitima o uso de imposto de importação sobre as commodities e uma tarifa de importação única sobre os manufaturados, considerados instrumentos neutralizadores da doença holandesa.

O crescimento econômico requer investimentos, tanto para aumentar e diversificar a capacidade produtiva, como para criar capacidade de importar que possibilite o acesso a conhecimento e tecnologias, sem endividamento. Para tanto, a política cambial deve manter a taxa real de câmbio em um nível competitivo. Como o Brasil já é um país de renda média e com indústria instalada, a nova estratégia deveria focar na competitividade em todos os setores da economia. A produção de bens de maior valor agregado ampliaria a atuação para além do mercado interno, o que exigiria políticas internas com critérios de eficiência. Ao estilo dos países asiáticos, advoga-se que o crescimento seja voltado para as exportações de produtos manufaturados e produtos primários de alto valor agregado, o que aumenta o ritmo de acumulação de capital e a introdução de progresso tecnológico (Oreiro; Paula, 2021).

Devido aos efeitos da taxa de câmbio sobre o salário real, a desvalorização do câmbio torna-se politicamente difícil. Por outro lado, a valorização cambial, ao mudar a relação entre os preços dos bens comercializáveis e não comercializáveis, eleva os salários e reduz a inflação. Com a queda no preço dos bens comercializáveis verifica-se uma queda também na taxa de lucros esperada e, conseqüentemente, do investimento nos setores produtores desses bens. Dessa forma, a longo prazo, a sobrevalorização da taxa de câmbio resultará na crescente desindustrialização da economia e ainda pode levar a déficits crescentes em conta corrente que, com o passar dos anos, podem originar uma crise de balanço de pagamentos. Cabe, então, à política cambial neutralizar a tendência de sobrevalorização da moeda nos países em desenvolvimento (Bresser-Pereira; Oreiro; Marconi, 2016).

Na proposição novo desenvolvimentista de Bresser-Pereira, o uso de poupança externa deve se restringir a situações excepcionais, pois a experiência histórica mostra que os países se desenvolvem com recursos internos. Sendo assim, apesar de reconhecer a existência de restrição externa (ou escassez de divisas para importar), entende que esta perdeu força em países de renda média que exportam produtos manufaturados. O investimento direto externo não é, contudo, rejeitado, mas deve vir acompanhado de transferência tecnológica para colaborar com as exportações do país.

Por fim, o novo-desenvolvimentismo rejeita a proposta de crescimento com base na demanda e no déficit público, visto que esta foi uma distorção do desenvolvimentismo populista dos anos 1960. A administração da demanda agregada é um recurso importante para o desenvolvimento, mas apenas em momentos de recessão, como defendia Keynes. O equilíbrio fiscal é defendido não por mero conservadorismo, mas como caminho para construir um Estado

sólido, forte e capaz de gerar poupança positiva e investir, complementando a atuação do mercado (Bresser-Pereira, 2006, 2007).

A contribuição de Bresser-Pereira com a atualização do conceito do desenvolvimentismo, e o bom desempenho da economia, a partir de 2004, intensificou o debate em torno de um possível retorno ao desenvolvimentismo e levou ao aparecimento de conceitos radiais. Tal desempenho pode ser evidenciado a partir de alguns determinantes internos, como redução da inflação (IPCA cai de 12,53 % em 2002, para 5,91% em 2010); crescimento econômico (a variação real do PIB salta de 3,1% para 7,5%); queda nos juros (Selic cai de 24,90% para 10,66%) e apreciação cambial (com a taxa nominal anual alcançando 1,67%, em 2010), além de uma política de valorização do salário-mínimo (ver Tabela 1).

Tabela 1- Variáveis econômicas selecionadas

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
IPCA (%)	12,53	9,30	7,60	5,69	3,14	4,46	5,90	4,31	5,91
PIB (var.% real)	3,1	1,1	5,8	3,2	4,0	6,1	5,1	-1,0	7,5
PIB pc (var.% real)	1,7	-0,1	4,5	2,0	2,8	5,0	4,0	-1,1	6,5
Taxa Selic % a.a	24,90	16,32	17,74	18,00	13,19	11,18	13,66	8,65	10,66
Taxa Câmbio Nominal – fim de período	3,53	2,89	2,65	2,34	2,14	1,77	2,34	1,74	1,67
Ganho Real do Salário Mínimo (%) desde 2002	-	1,23	2,43	10,87	25,32	31,72	37,05	44,98	53,70

Fonte: Câmbio/IPCA – IPEADATA; PIB – IBGE; Ganho Real SM – CONSTANZI (2023)

No âmbito externo, o acelerado crescimento de países em desenvolvimento, iniciado nos anos 2000 até o início da crise de 2008, coincidiu com um aumento acentuado nos preços das commodities (ver Tabela 2). O resultado dessa conjuntura foi o aumento da renda per capita nesses países e, conseqüentemente, a expansão da demanda por commodities.

Tabela 2 - Instabilidade média mensal de preços ao longo do tempo

Categorias de Commodities	1990-1999	2000-2009
Todas as commodities primárias	9%	26%
Todos os alimentos	9%	25%
Minerais, Minérios e Metais	17%	40%
Petróleo Bruto	31%	28%

Fonte: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/Towards_SustainingMDGProgress_Ch2.pdf

Essa conjuntura econômica favorável fortalece o debate sobre um novo desenvolvimento no Brasil, adequado às realidades políticas e econômicas do século XXI. Partindo, em geral, do conceito de desenvolvimentismo desenvolvido por Bresser-Pereira (FGV-SP) e encampado por outros pesquisadores dessa mesma instituição, como Yoshiaki Nakano, Paulo Gala, Nelson Marconi, além de José Luis Oreiro da UNB, diversos pesquisadores identificaram enfoques conceituais diferentes. Dentro da perspectiva novo-desenvolvimentista, surge a vertente pós-keynesiana da UFRJ e, mais à esquerda, o social-desenvolvimentismo, associado tanto à UNICAMP como ao IPEA (ver síntese no Quadro 1).

Quadro 1 – Diferentes enfoques de desenvolvimento no século XXI

Autor (a)	Enfoques de Desenvolvimentistas
Carneiro (2012)	Novo-desenvolvimentismo (FGV-SP) Social-desenvolvimentismo (Unicamp/UFRJ)
Boito Júnior (2012)	Neodesenvolvimentismo
Bastos (2012)	Desenvolvimentismo exportador do setor privado Desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado
Mattei (2013)	Novo-desenvolvimentismo (FGV-SP) Novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano da UFRJ Economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Mollo e Amado (2015)	Novo-desenvolvimentismo precursor (FGV-SP) Novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano da UFRJ Social-desenvolvimentismo

Fonte: Elaboração própria

Carneiro (2012), em sua versão, argumenta que essas diferentes correntes são concordantes em relação ao antiliberalismo econômico, e separa o novo- desenvolvimentismo oriundo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), do social- desenvolvimentismo originário da Unicamp e da UFRJ. No novo-desenvolvimentismo da FGV-SP, as políticas de desenvolvimento estão subordinadas às políticas macroeconômicas e o mercado assume um papel de destaque. Esta corrente enfatiza o setor externo e o desenvolvimento das forças produtivas; enquanto a distribuição de renda seria efetuada a partir do emprego de políticas voltadas para a transferência dos ganhos de produtividade aos salários. Na outra estratégia desenvolvimentista, como o próprio nome sugere, o social é o eixo do desenvolvimento, visto que está voltada para a ampliação do mercado interno, ou seja, a ampliação dos bens de consumo das massas. Nessa direção, subordinam as políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e atribuem uma importância maior ao papel do Estado. O desenvolvimento das forças produtivas seria um meio para atingir o objetivo almejado.

Boito Júnior (2012), por sua vez, discute as bases políticas e sociais que viabilizaram o projeto *neodesenvolvimentista*, a partir da identificação de uma frente política, ampla e heterogênea, que surge no Brasil e dá sustentação às políticas dos governos Lula e Dilma. A denominação que o autor dá ao programa é explicada, por um lado, pelo fato deste ser desenvolvimentista, ou seja, sua política econômica e social ter como objetivo o crescimento econômico com alguma distribuição de renda, ainda que não haja rompimento com o modelo neoliberal; sendo o prefixo “neo” o elemento que diferencia o programa do desenvolvimentismo clássico, considerando que o atual é condizente com o capitalismo neoliberal. Admite a existência de contradições internas, mas reconhece que estas não chegaram a comprometer a unidade, de forma que a contradição se manteve restrita à polarização entre o campo neodesenvolvimentista e o neoliberal. Tal situação muda, contudo, no governo Dilma Roussef, quando esses campos passam a disputar o controle da política econômica, da política social e da política externa, e a unidade da frente neodesenvolvimentista que prevalecia sobre os conflitos internos é minada (Boito Júnior, 2016).

Outra classificação, proposta por Bastos (2012), resume as estratégias desenvolvimento a duas: o *desenvolvimentismo exportador do setor privado* (“novo-desenvolvimentismo”) e o *desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado* (“social-desenvolvimentismo”). Ambas

admitem a atuação do Estado na orientação do modelo de desenvolvimento, porém diferem quanto à relação estabelecida com o mercado. Na primeira, o papel do Estado é conduzir a estratégia de desenvolvimento; na segunda, sua função é influenciar a distribuição de renda e a alocação de investimentos. O autor argumenta que o desenvolvimentismo exportador não encontrou suporte político interno nem externo. Primeiro, devido à preferência, internamente, por políticas redistributivas que contribuam para o crescimento do mercado interno; e, segundo, por causa do cenário externo de redefinição da DIT entre filiais e a concorrência acirrada por mercados externos, que tende a continuar inviabilizando, política e materialmente, a execução das propostas da corrente exportadora.

Mollo e Amado (2015), a partir da constatação de diferenças nos argumentos heterodoxos, diferenciam três grupos: (i) *novo-desenvolvimentismo precursor*; (ii) *novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano* da UFRJ; e (iii) *social-desenvolvimentismo*. A abordagem definida como precursora é a liderada por Bresser-Pereira - mais conservadora, dada a importância conferida à poupança prévia, à preocupação com a inflação e, mais recentemente, à redução salarial como prescrição para garantir competitividade às exportações. Considera que os países exportadores de commodities possuem uma desvantagem competitiva (doença holandesa) que acarreta uma sobrevalorização a longo prazo da taxa de câmbio relevante para a competitividade industrial e o crescimento das exportações. Diante disso, não acreditam na sustentabilidade a longo prazo de um crescimento *wage-led*, visto que o aumento cumulativo da participação dos salários na renda implicará numa queda da taxa de lucro.

A separação dos novos desenvolvimentistas em dois grupos, proposta por Mollo e Amado (2015), se explica pela filiação pós-keynesiana do segundo grupo, o que implica no emprego de políticas econômicas distintas. Nessa perspectiva, o setor externo é importante por causa da vulnerabilidade das economias abertas diante das entradas e saídas de capital. As variáveis-chave, por essa ótica, são a taxa de juros e a conta de capital. A existência de crédito a juros razoáveis viabiliza os investimentos (*finance motive*), não havendo necessidade de poupança prévia; além de melhorar as contas públicas e controlar a entrada de capitais especulativos. Em termo de política econômica, a preocupação é com a estabilidade macroeconômica e a criação de um ambiente estável capaz de estimular o setor privado a realizar novos investimentos. Defendem um Estado com capacidade para estimular e financiar a atividade produtiva, além de regular a concorrência para assegurar um mercado forte. O Estado deve ainda possuir um sistema tributário progressivo para reduzir as desigualdades de renda e riqueza.

Ban (2013), por sua vez, se baseia nas evidências e defende que os governos brasileiros institucionalizaram um regime político híbrido, que combina políticas liberais com políticas de tradição desenvolvimentista. Em função disso, o autor usa o termo “neodesenvolvimentismo liberal” e conclui que, por manter políticas macroeconômicas ortodoxas junto com uma agenda social, o Brasil não chegou a adotar plenamente um paradigma neodesenvolvimentista.

Por fim, os social-desenvolvimentistas têm como variável-chave o consumo de massa e as políticas de distribuição de renda como força motora do mercado interno. O Estado deve ter autonomia relativa com relação às classes sociais para que possa implementar políticas que melhorem a condição dos trabalhadores, além de estimular o crescimento da produção e do emprego. Nessa perspectiva existe uma maior cautela na prescrição de taxas de câmbio

competitivas, porque uma moeda desvalorizada tem efeitos inflacionários que impactam os salários reais. O regime de crescimento é, nesse caso, liderado pelos salários (*wage-led*), cuja elevação leva a maiores despesas de consumo e, em consequência, maiores investimentos.

ELEMENTOS DISCUTIDOS NA LITERATURA BASEADOS EM TEXTOS SELECIONADOS

Em uma perspectiva da economia política, Bastos (2012) faz uma análise das duas vertentes defendendo o maior realismo do desenvolvimento orientado pelo Estado (ou social-desenvolvimentismo), o que justifica pelo foco na ampliação, integração e diversificação do mercado interno como indutor do desenvolvimento. Outro argumento que reforça sua análise é a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho, que torna difícil imaginar como o estímulo exportador seria suficiente para gerar desenvolvimento e transformação produtiva. Em síntese, a análise desenvolvida pelo autor sugere uma estratégia de desenvolvimento voltada para o mercado interno, que é hegemônica no plano político, e com o apoio funcional das políticas macroeconômicas propostas pela vertente exportadora.

Boito Júnior (2012), por sua vez, discute as diferentes vertentes a partir da identificação de uma frente política ampla e heterogênea, colocando em destaque um elemento importante que é a unidade em torno de um programa. Essa discussão remete à necessidade de entender o desenvolvimento em toda a sua complexidade como proposto por Medeiros (2010, p.139), ou seja, como um “processo que implica mudanças não apenas nas técnicas produtivas, nas dinâmicas setoriais e instituições, mas, sobretudo, nas relações de poder entre grupos sociais”. Dessa forma, Medeiros argumenta que o mais relevante não são as formas e instrumentos para promover o desenvolvimento industrial, mas sim encontrar uma maneira de colocar o Estado em uma direção desenvolvimentista, ou seja, garantir poder político para que este consiga avançar de forma persistente com um programa de desenvolvimento, visto que os benefícios dele decorrentes beneficiam de forma desigual os grupos econômicos.

Outra questão central na atualização conceitual do desenvolvimentismo envolve um elemento do *núcleo duro* do conceito - a industrialização. Em função da impossibilidade de tratar, nesse espaço, do debate que envolve a existência ou não desindustrialização, parte-se do pressuposto de que a mudança estrutural que promove sofisticação produtiva necessita de políticas industriais. Isso se fundamenta no argumento de Medeiros (2020) de que o processo de industrialização não é sinônimo de produção manufatureira. Nessa questão está alinhado com Freeman (1989), que defende que a importância da indústria para o progresso é sua capacidade de estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e de fornecer produtos para outros setores como agricultura e serviços (Freeman, 1989).

A concepção ND, da UFRJ, defende o uso de políticas industriais e de comércio exterior para estimular a competitividade e melhorar a inserção externa do país; enquanto a visão novo-desenvolvimentista precursora defende uma intervenção moderada do estado na economia de forma que a política industrial deve ser direcionada para indústrias competitivas, enquanto as não competitivas devem ser reguladas.

A defesa do ND pelo crescimento impulsionado por exportações fundamenta-se no sucesso dos países do Leste Asiático em promover as exportações de manufaturados através de

uma taxa de câmbio real competitiva. Para alcançar esse câmbio em médio e longo prazo defendem uma política que “promova a moderação salarial ao vincular o aumento dos salários reais ao crescimento da produtividade do trabalho, garantindo assim a *estabilidade da distribuição funcional da renda no longo prazo*”. Essa moderação salarial é crucial para a estabilidade de preços. Ademais, como a demanda agregada tem um componente *autônomo* e outro *induzido*, a taxa de crescimento do produto depende no longo prazo da *demanda autônoma*, que é independente do nível e variação da renda e do produto (Oreiro, 2012, p.29). A crítica social desenvolvimentista a essa visão fundamenta-se em sua variável-chave, ou seja, o consumo de massas. Para essa vertente, o crescimento com distribuição de renda gera consumo que, por sua vez, impacta na produção e no aumento dos rendimentos de escala, afetando o progresso técnico e a elevação dos salários. Contrariamente, o câmbio competitivo do ND pode reduzir salários em função de seus efeitos inflacionários e impossibilitar a construção desse círculo virtuoso.

Embora o ND considere importante a demanda para o crescimento, parece pressupor que sempre existirá demanda por produção industrial se a taxa de câmbio e a taxa de lucro forem adequadas. Daí depreende-se que a demanda interna é, para eles, subsidiária (Medeiros, 2020). Essa crítica é muito pertinente considerando as peculiaridades do Brasil: um país com população superior a 212 milhões de habitantes, e com uma média anual de consumo das famílias, entre 2002 e 2010, de aproximadamente 60%. Nessas condições, seria bem razoável esperar respostas positivas da demanda interna ao invés de acreditar que são os mercados externos que proporcionarão demanda pelos produtos industriais brasileiros, sobretudo se considerarmos que, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior- MDIC), a participação relativa das exportações totais brasileiras de produtos industriais caiu de 83,33% em 2000, para 63,16% em 2010.

Mollo e Amado (2015) evidenciam, em seu trabalho, um posicionamento efetivo em relação a uma vertente, o social-desenvolvimentismo. Explicam esta escolha com base particularmente nas maiores possibilidades de inserção dos trabalhadores na relação capital-trabalho, o que gera e amplia o poder de barganha necessário em negociações salariais que, no futuro, podem levar a um maior consumo e, conseqüentemente, no estímulo ao investimento. Nesse ponto, valorizam a importância da variável-chave dos novos-desenvolvimentistas pós-keynesianos, a taxa de juros. Na verdade, Sicsú, Paula e Michel (2005), cujo trabalho representa essa vertente, destacam a importância da taxa de juros e da conta de capital para o sucesso da política econômica. Uma economia com câmbio flexível e livre mobilidade de capitais fica muito vulnerável a crises, considerando que qualquer desequilíbrio (como elevação dos juros internacionais ou redução do crescimento mundial, por exemplo) pode acarretar uma fuga de capitais e, na sequência, perdas de reservas. A estratégia adequada para o enfrentamento dessa realidade é a adoção de medidas que reduzam a excessiva volatilidade do câmbio, mantendo uma taxa suficientemente atraente para impulsionar as exportações, e controlando a entrada e saída de capitais.

Por fim, cabe mencionar que a hipótese do ND precursor de que o principal fator explicativo para os diferentes desempenhos entre os países asiáticos e latino-americanos é a taxa de câmbio real já foi rejeitada por vários estudos econométricos (ver Fiorito et al. 2015, por exemplo). Tais resultados reforçam a ideia de que o desenvolvimento é um fenômeno complexo

demais e, como tal, deve ser avaliado com base em múltiplos fatores - econômicos, sociais e políticos, como proposto pela robusta crítica ao modelo empreendida por Medeiros (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretendeu aqui aprofundar questões tão complexas como as que envolvem o desenvolvimento e nem as prescrições de política econômica amplamente discutidas no meio acadêmico, mas apenas trazer reflexões que podem contribuir para o entendimento das novas abordagens de desenvolvimento.

Inicialmente, constata-se que todas as abordagens se afastam da ortodoxia, de forma que contribuem para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, no entanto, vale ressaltar a visão de Ban (2013) que considera a existência de um ‘neo-desenvolvimentismo liberal’ pelo fato de os governos brasileiros empregarem políticas econômicas ortodoxas combinadas com políticas mais intervencionistas associadas ao pensamento neo-desenvolvimentista.

As abordagens principais, ND e SD, focam a produção industrial, sendo esta estimulada pelas exportações de manufaturados no ND, e pelo mercado interno, no SD. Em decorrência, o ND visa o superávit comercial e o SD o equilíbrio em conta corrente. Dessa forma, parte do debate na literatura está centrado em torno de dois tipos de regime de crescimento: o *export-led*, defendido pelos novos-desenvolvimentistas (como Bresser; Oreiro; Marconi, 2016); e o *wage-led*, defendido pelos sociais-desenvolvimentistas, e segundo o qual a economia seria liderada pelos salários (ver, por exemplo, Mollo; Amado, 2015).

Quanto aos instrumentos, o ND defende fundamentalmente um câmbio competitivo; intervenção moderada; política industrial voltada à promoção das exportações; uma política salarial vinculada aos ganhos de produtividade; e um equilíbrio fiscal de longo prazo que permita o emprego de uma política fiscal contracíclica. O SD, por sua vez, usa como instrumentos políticas industriais e fiscal ativas; considera a importância do investimento público e um protecionismo comercial moderado; sua política salarial está alicerçada no aumento real do salário-mínimo; e em políticas de transferência de renda e crédito ao consumidor.

Alguns pontos importantes precisam ser melhor analisados. Em primeiro, é o tipo de desenvolvimento considerando a inserção externa brasileira. Pois os argumentos do ND não deixam claro como países atrasados promoverão uma mudança estrutural através da inovação e diversificação produtiva apenas fixando preços corretos. A mudança estrutural, à luz da contribuição da teoria neoschumpeteriana, exige políticas industriais complexas, centradas no aprendizado tecnológico; coordenação de investimentos e instituições favoráveis ao desenvolvimento.

Em segundo, entende-se que a produção industrial ainda é importante porque embora a indústria já seja uma realidade em países de renda-média, o progresso técnico não foi difundido na mesma extensão, o que gerou uma grande assimetria entre os países.

Por fim, conclui-se que o debate sobre desenvolvimento pode ser beneficiado com um maior diálogo que incorpore as contribuições neoschumpeterianas e institucionais, o que, no caso brasileiro, refere-se à criação e fortalecimento de instituições, políticas industriais realmente

efetivas e voltadas para atividades produtivas sofisticadas, mas também voltadas para o desenvolvimento de cadeias locais e regionais, existentes ou construídas, que podem contribuir para modernizar regiões menos favorecidas. Esse é um recurso que deve ser mais explorado considerando a impossibilidade de adequação de modelos a todos os países e regiões (um exemplo é a escolha novo-desenvolvimentista de explicar as diferenças de desempenho entre Ásia e América Latina a partir de um preço, a taxa de câmbio).

REFERENCIAS

BASTOS, Pedro P.Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p.779-810, dez. 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960. Palestra realizada em 23 de julho de 2010.

BOITO JÚNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Fórum Econômico da FGV/SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/ad557a4b-9188-43d1-9eb7-73580a017d6d/content>. Acesso: 14.06.2024.

_____. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. *Crítica Marxista*, n.42, p.155-162, 2016. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19245>. Acesso: 22.07.2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v.20, n.3, p.5-24, jul./set., 2006.

_____. **Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994**. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. **Novo Desenvolvimentismo: Introduzindo uma nova teoria econômica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.

_____; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. **Macroeconomia Desenvolvimentista: Teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Camus, 2016.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento: Balanço da experiência brasileira e desafios no século XXI**. Chile: Cepal/Nações Unidas, 2014.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimentismos. **Jornal Valor Econômico**, 04.04.2012. Disponível em: < <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/developimentismos.ghtml> >. Acesso: 11.06.2024.

_____. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Ed. Unesp, IE-Unicamp, 2002.

CONSTANZI, Rogério N. **Evolução do Salário-Mínimo Real no Brasil entre 2002 e 2022**. *Informações Fipe*, p. 26-31. Janeiro, 2023.

BAN, Cornel. Brazil's liberal neo-developmentalism: New paradigm or edited orthodoxy? **Review of International Political Economy**, v. 20, n. 2, p. 298-331, 2013.

FIORITO, Alejandro; GAITA, Nahuel; GUAITA, Silvio. Neodesarrollismo y el tipo de cambio competitivo. **Cuadernos de Economía**, v. 34, n. 64, p.45-88, 2015.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. **IPEA**: Texto para Discussão 2103, Brasília/Rio de Janeiro, p.7-59, 2015.

FREEMAN, Chris. New technology and catching up, **The European Journal of Development Research**, v. 1, n. 1, p. 85-99, 1989.

GOMES, Gerson; CRUZ, Carlos A. S. da C. **Vinte e Cinco anos de economia brasileira**. Centro de Altos Estudos Brasil século XXI. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.altosestudiosbrasilxxi.org.br/vinte-e-cinco-anos-de-economia-brasileira-1995-2020/>. Acesso: 05.12.2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEADATA. **Dados Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas**. Dados Sociais sobre Assistência Social. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso: 05.12.2024.

MEDEIROS, Carlos A. de M. A Structuralist and Institutionalist developmental assessment of and reaction to New Developmentalism. **Review of Keynesian Economics**, v. 8, n. 2, p. 147-167, Summer 2020.

MOLLO, Maria de L.R.; AMADO, Adriana M. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. **Economia e Sociedade**. Unicamp, Campinas, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642115>. Acesso: 30.05.2024.

OREIRO, José Luis da C. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 76, 2012.

_____; PAULA, Luiz F. de. **Macroeconomia Da Estagnação Brasileira**. Alta Books. Edição do Kindle. 2021.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz F.de; MICHEL, Renault. Por que Novo-desenvolvimentis? In: SICSÚ, J.; PAULA,L.F.de; MICHEL, R. **Novo-desenvolvimentismo**: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

TAVARES, Maria da C. **Destruição não criadora**: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro: Record, 1999.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Commodity Dependence and International Commodity Prices. Disponível em:<

https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/Towards_SustainingMDGProgress_Ch2.pdf>. Acesso: 05.12.2024.




FPE: POLÍTICA E RELIGIÃO NO BRASIL (2003-2022)


*Luís Carlos Nunes
Moraes*¹

¹Mestre em Sociologia pelo PPGS da Universidade Federal do Piauí - UFPI - 2021/2023. DGP CNPq. É Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (2014) e possui graduação em Licenciatura Plena em Artes pela Universidade Federal do Piauí (2005). É especialista em Educação pela UFPI e Gestão Municipal pela UEMA. Atualmente é Professor do Ensino Médio e Assessor do Ministério Público do Estado do Maranhão.

¹ Universidade Federal do Piauí, Piauí, Brasil.

E-mail: lucnunesmoraes@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Resumo

O texto visa apresentar os contornos da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na política nacional, desde sua organização em 2003 até as eleições de 2022. A pesquisa se utilizou de métodos qualitativos e quantitativos, analisando dados eleitorais, demográficos, registros históricos e fontes da imprensa e de agências estatais. A hipótese de trabalho é que a FPE surge em meio à democracia brasileira, conectando política e religião evangélica na sociedade contemporânea, em correspondência à nova estrutura agrária, assentada em bases modernas-capitalistas, que possibilita a difusão do sentimento de autonomia individual junto às novas populações rurais-urbanas, inclusive para a escolha de sua crença religiosa. A Frente defende os valores conservadores, como a oposição ao aborto e aos direitos LGBTQIA+, e serve-se de métodos político-clientelísticos para obter concessões governamentais, como as isenções tributárias às igrejas evangélicas. Apesar de sua natureza suprapartidária, a FPE, em grande medida, promove uma agenda alinhada à base de apoio do movimento Bolsonaroista.

Palavras-chave: Frente Parlamentar Evangélica; evangélicos; religião; política.

Abstract

The text aims to present the contours of the Evangelical Parliamentary Front's role in national politics, from its organization in 2003 until the 2022 elections. The research used qualitative and quantitative methods, analyzing electoral and demographic data, historical records and sources from the press and state agencies. The working hypothesis is that the FPE emerged in the midst of Brazilian democracy, connecting politics and evangelical religion in contemporary society, in correspondence with the new agrarian structure, based on modern-capitalist foundations, which makes it possible to spread the feeling of individual autonomy among the new rural-urban populations, including the choice of their religious beliefs. The Front defends conservative values, such as opposition to abortion and LGBTQIA+ rights, and uses political-clientelistic methods to obtain government concessions, such as tax exemptions for evangelical churches. Despite its supra-partisan nature, the FPE largely promotes an agenda aligned with the support base of the Bolsonaro movement.

Keywords: Evangelical Parliamentary Front; evangelicals; religion; politics.

INTRODUÇÃO

Desde o início da era democrática no Brasil, o cenário político brasileiro tem sido como um labirinto complexo, onde diversas vozes e interesses se entrelaçam na esfera legislativa. Entre essas vozes, os evangélicos emergiram como um grupo influente. Começando com uma presença modesta na Constituinte de 1988, esse grupo religioso testemunhou um crescimento rápido, culminando na formação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003, liderada pelo deputado Adelor Vieira, que tem sua origem na Assembleia de Deus de Joinville.

A ascensão da FPE tem sido notada, especialmente em questões políticas como o Estatuto da Família, o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo. O aumento do poder dessa Frente é visível nas estatísticas: na 56ª legislatura (2019-2023), ela conta com 195 deputados e 8 senadores, uma diferença marcante em relação aos seus modestos começos. Apesar das diferentes filiações partidárias, que vão desde o PSC até o PSOL, e das diversas afiliações religiosas, que vão da Assembleia de Deus à Igreja Universal do Reino de Deus, a FPE demonstra uma coesão tática, especialmente em questões importantes (Duarte, 2011).

Este artigo pretende examinar a atuação da FPE desde o seu surgimento até as eleições de 2022. Utilizando uma abordagem analítica documental, busca-se entender os contornos dessa trajetória, analisando os seus discursos e investigando a relação entre representação política e espaços religiosos. Entretanto, esta análise não se restringe a números e a documentos; procura-se também compreender a essência desse fenômeno, utilizando uma abordagem qualitativa para entender os significados subjacentes aos discursos e práticas da FPE. Nesse sentido, a ideia de “fato social total”, de Marcel Mauss (2001), serve como guia, orientando a análise da complexa interação entre os fenômenos políticos, religiosos e sociais.

Ao explorar o mundo complexo da FPE, é inevitável abordar a questão delicada do clientelismo político (Farias, 2020), que está intimamente ligada à lógica de patronagem que permeia os bastidores do poder. Nesse contexto, os partidos políticos associados à FPE não são apenas veículos para ideologias, mas também são vistos como instrumentos de barganha e favorecimento pessoal ou de grupos, ecoando os conceitos de Max Weber (2004) sobre os partidos de patronagem. Portanto, este estudo busca não só mapear os projetos e ações da FPE, mas também entender as condicionantes por trás das decisões e discursos de seus membros, desvendando a complexa rede de interesses e apoios que moldam sua atuação política.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA: formação e identidade

Na história brasileira, onde o colonialismo deixou suas marcas e a luta pela liberdade religiosa ecoou, há uma história particular do protestantismo neste vasto território, predominantemente católico. Desde tempos remotos, os jesuítas e outras ordens católicas moldaram as fundações religiosas dessa terra tropical, enquanto os primeiros protestantes tentavam estabelecer-se durante os períodos de domínio holandês e francês no século XVI, mas sem sucesso.

Ao longo dos séculos, igrejas protestantes históricas, como a Luterana, a Presbiteriana e a Metodista, espalharam suas raízes no solo brasileiro, seja através da imigração ou de missões, desafiando a predominância católica. No entanto, foi com a chegada do pentecostalismo no século XX que a paisagem religiosa do país mudou. Congregações como a Assembleia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular, erguendo seus templos, trouxeram consigo uma onda de transformação religiosa (Lasmar, 2019).

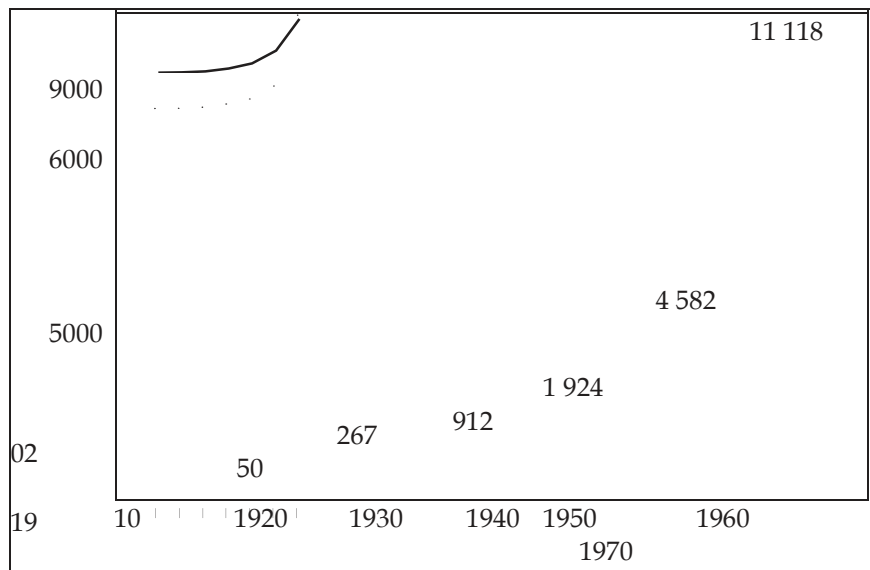
A mudança no campo religioso, com a ascensão das igrejas evangélicas, correspondeu às transformações da estrutura agrária no Brasil a partir de 1964, as quais dizem respeito à substituição da grande propriedade não-capitalista, absorvedora de um enorme contingente de trabalhadores dependentes, pela forma de propriedade capitalista, assentadas em relações de trabalho mercantis. De um lado, ocorre a modernização do latifúndio através de uma produção capitalizada, tendo como principal incentivo as linhas de crédito governamentais, o que implicou a expulsão de mão de obra das grandes propriedades e a adoção crescente do trabalho assalariado.

De outro lado, os projetos governamentais de apoio à pequena produção – especialmente aqueles que, em razão da forte pressão demográfica e dos conflitos de terra, adotaram a política de redistribuição de terras – contribuíram para a renovação da pequena propriedade independente, voltada para a produção mercantil de alimentos. Um indício de que a agropecuária já não estava predominantemente ligada ao latifúndio tradicional é o fato de que, após algumas décadas de estagnação, a atividade agropecuária voltou a crescer e registrava ganhos de produtividade tanto na grande propriedade quanto na pequena (Farias, 2020).

As mudanças nas práticas econômicas se refletem nas alterações da prática religiosa. O que se passa num domínio constitui um índice relevante para a observação de outras esferas sociais, dada a homologia das estruturas no fato social total. Por afinidade à independência dos trabalhadores e pequenos proprietários na esfera econômica ter-se-á o sentimento dessas novas populações rurais-urbanas em escolher as suas crenças religiosas (Pierucci, 2004).

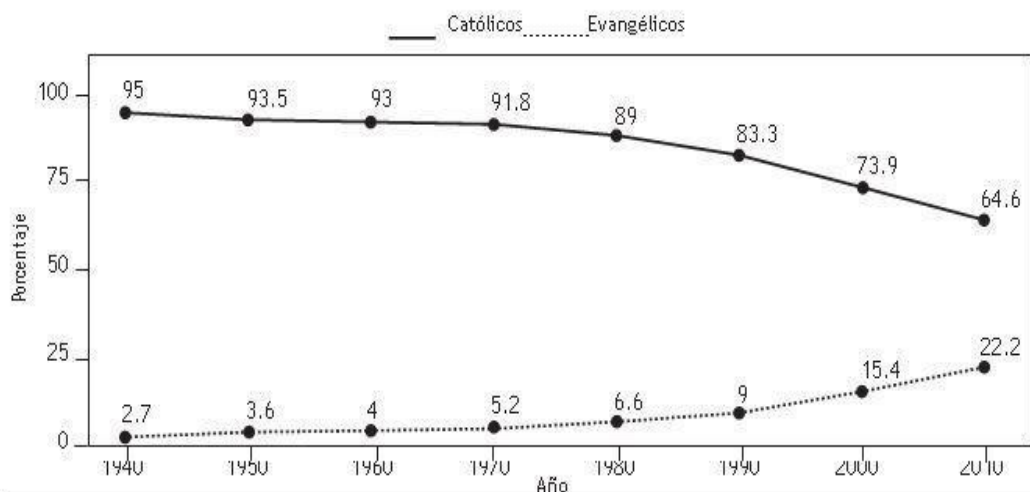
O sentimento de autonomia individual repercute inclusive no âmbito da Igreja católica. Seguindo a linha do Conselho Vaticano II, do início dos anos 60, existe uma tendência de a Igreja católica assumir uma orientação mais “cristocêntrica” (Boissevain, 2013). Cresce a pressão colocada pela nova doutrina para uma relação mais direta entre “Deus” e os homens. Existe também um esforço em diminuir a ênfase dada aos “Santos”. O Padre é visto como um membro da “comunidade”, um especialista que a lidera. O “povo” agora reza juntos como uma “comunidade de iguais”.

O crescimento exponencial dos pentecostais (Gráfico 1) não se limitou apenas aos seus lugares de culto, mas também se fez sentir na esfera política, nas urnas eleitorais, onde a FPE estabeleceu sua presença. Nesse contexto, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) surge como um produto da democracia, permitindo a representação da diversidade política e uma parcela significativa da população evangélica na arena política.

Gráfico 1 - Número de templos pentecostais no Brasil (1910-1970)

Fonte: Rolim (1980), com base nos boletins das Estatísticas do Culto Protestante do Brasil.

Foi na década de 1980 que os evangélicos despertaram para a política, abandonando o antigo lema "crente não se envolve em política", em favor do novo imperativo "irmão vota em irmão". A ascensão da FPE reflete não apenas o crescimento numérico dos evangélicos (Gráfico 2), mas também a estratégia de representação coletiva adotada pelas igrejas pentecostais, especialmente a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Sob o pretexto da representação legítima, os evangélicos conquistaram assentos na arena política, desafiando a uma readaptação o princípio de secularidade do Estado e pavimentando o caminho para influenciar as legislações e os implementos de políticas públicas (Oro, 2003).

Gráfico 2 - Porcentagem da população católica e evangélica no Brasil (1940-2010)

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940-2010.

Em um país onde fé e política se entrelaçam, o crescimento do segmento evangélico coloca em questão os próprios fundamentos da democracia contemporânea, suscitando debates sobre representatividade, laicidade e diversidade (Mariano, 2011). Enquanto a FPE expande sua influência para além dos púlpitos, adentrando nos corredores do poder, o Brasil testemunha um novo capítulo na relação entre religião e política, onde os indivíduos assumem papéis novos tanto nas urnas quanto nos templos.

A FPE, embora formalizada apenas em 2015, já operava de modo organizado desde 2003, com uma diretoria composta por diversos parlamentares de diferentes partidos políticos, unidos pelas pautas da Frente, não necessariamente pela religião. A Frente apresenta como objetivo defender os valores éticos e morais evangélicos, influenciando políticas públicas e promovendo a proteção da família e dos grupos marginalizados. Além disso, a FPE se propõe contribuir para o que considera o aprimoramento da legislação nacional e os debates das grandes questões nacionais (Requerimento 3424/2015 da Câmara Federal).

Assim, a FPE emerge como uma força organizada no cenário político brasileiro, ultrapassando as barreiras partidárias e reunindo representantes de várias denominações religiosas em prol de suas causas comuns. No Congresso Nacional, onde as correntes políticas dos legisladores fluem sob a orientação dos Partidos Políticos, Bancadas e Frentes Parlamentares, a filiação partidária é um mandamento de elegibilidade, conforme a Constituição Federal. No entanto, é importante se entender a diferença entre Frentes e Bancadas (Gonçalves, 2016). Enquanto as Bancadas são grupos maiores que abrangem uma variedade de agendas específicas, todas centradas em um único tema, as Frentes Parlamentares são coalizões formais que transcendem as divisões partidárias, representando entidades políticas dentro do Congresso.

De acordo com Gonçalves (2016), a FPE emergiu como uma voz alternativa no Congresso Nacional, representando os segmentos mais conservadores da sociedade que elegeram seus membros. Os parlamentares da FPE, alinhados com suas convicções e fé, votam de forma coesa, demonstrando a união interna do grupo. Este grupo, presente em diversas comissões parlamentares, exerce sua influência especialmente na Comissão de Seguridade Social e Família, onde questões relacionadas à família, sexualidade e vida são discutidas.

No entanto, é através do *lobby* religioso, respaldado pela mídia e pelo apoio governamental, que a influência da FPE se consolida na política brasileira, expandindo-se pelo Congresso Nacional e conquistando espaço legislativo. Esta frente política, alinhada com as bases evangélicas, defende com veemência sua agenda, referenciada na preservação dos valores bíblicos e na defesa da família e dos “bons costumes”, inclusive por métodos político-eleitorais que possam obter as concessões governamentais, como a isenção de tributos às igrejas evangélicas.

Quanto à identidade religiosa da FPE, ela reflete a diversidade e a complexidade do evangelismo brasileiro. Essa identidade não é estática, mas sim influenciada por fatores políticos, culturais e sociais. A diversidade teológica e política dentro da FPE é evidente, embora alguns elementos como a Teologia da Prosperidade, a Teologia do Domínio e a Guerra Espiritual possam ser identificados como pilares teológicos predominantes, especialmente entre os pentecostais e neopentecostais.

Em meio ao intrincado cenário, onde fé e política se entrelaçam, as teologias da prosperidade, do domínio e a batalha espiritual se articulam e ganham força. Originárias dos Estados Unidos, essas doutrinas encontraram terreno fértil em solo brasileiro, especialmente no neopentecostalismo, exercendo influência não apenas sobre as práticas religiosas, mas também sobre as esferas políticas do país.

A Teologia da Prosperidade, surgida nos anos 1940 nos EUA e ganhando destaque nos anos 1970, propagou-se rapidamente pelo Brasil através do neopentecostalismo. Esta teologia, que se concentra na busca pela prosperidade financeira e bem-estar material, diverge de princípios tradicionais das Igrejas Cristãs, apresentando uma visão particular da fé cristã (Aquino, 2015).

Paralelamente, a Teologia do Domínio, menos conhecida, mas igualmente impactante, promove a ideia de que os cristãos devem exercer domínio sobre todas as áreas da vida, inclusive a política, com o objetivo de estabelecer um governo cristão ou teocrático. Originada nos EUA nos anos 1970, essa visão também permeia o cenário político brasileiro, com líderes evangélicos buscando ocupar cargos públicos para implementar uma agenda religiosa (Pereira, 2023).

A Batalha Espiritual, inspirada na passagem bíblica de Efésios 6, descreve um embate espiritual entre forças do bem e do mal, com implicações políticas e culturais. Amplamente utilizada por políticos evangélicos no Brasil, especialmente durante as eleições presidenciais de 2022, essa concepção reforça a polarização política e a intolerância, podendo distorcer o debate público e promover o medo e a irracionalidade (Terra, 2022).

No contexto da identidade política da FPE, surge uma questão intrincada: a dificuldade em estabelecer uma identidade política unificadora para tal entidade. A diversidade de tendências partidárias e ideológicas entre os evangélicos no Congresso dificulta a coesão identitária. Para Joanildo Burity, embora questões como sexualidade e moral individual possam mobilizá-los, não há uma fronteira clara definindo uma identidade política entre os evangélicos (Burity, 2005, citado por Borges, 2007).

Essa visão é compartilhada por outros estudiosos, como Machado (2006), ao observar que os políticos evangélicos ainda estão em processo de construção de uma identidade política. Costa (2018), por sua vez, destaca a falta de consenso na literatura sobre a existência de uma identidade política entre os parlamentares evangélicos, ressaltando que a atuação conjunta da FPE em determinadas pautas não configura uma identidade política clara e estável.

Além disso, Rodrigues-Silveira e Cervi (2019) sugerem que os embates teológicos e midiáticos entre as igrejas evangélicas podem dificultar ainda mais a formação de uma identidade política unificada. A presença influente da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) na política, apesar de sua menor representatividade demográfica e parlamentar em comparação com outras denominações, é um elemento importante a considerar. Freston (1993) especula sobre as possíveis implicações religiosas e políticas em um futuro governo brasileiro, destacando a influência das relações entre Igreja e Estado na dinâmica política, especialmente no contexto das igrejas evangélicas.

Como os líderes pentecostais se comportariam num governo de esquerda? Depende. A comparação com a Nicarágua sugere que, se a Igreja Católica rompesse com o governo e este cortejasse os evangélicos, a convivência e, até um certo fisiologismo seriam possíveis (o fator da rivalidade religiosa) (Freston, 1993, p. 286).

Em resumo, a FPE tende a atuar de forma coesa em questões morais e de interesse institucional das igrejas, aproveitando seu poder de mobilização política. No entanto, essa unidade não se traduz em uma identidade política clara e estável. O cenário político envolvendo as igrejas evangélicas é complexo, com diversas influências e interesses em jogo, o que torna difícil a formação de uma identidade política unificada entre os parlamentares evangélicos.

A TÁTICA DE ATUAÇÃO DA FPE

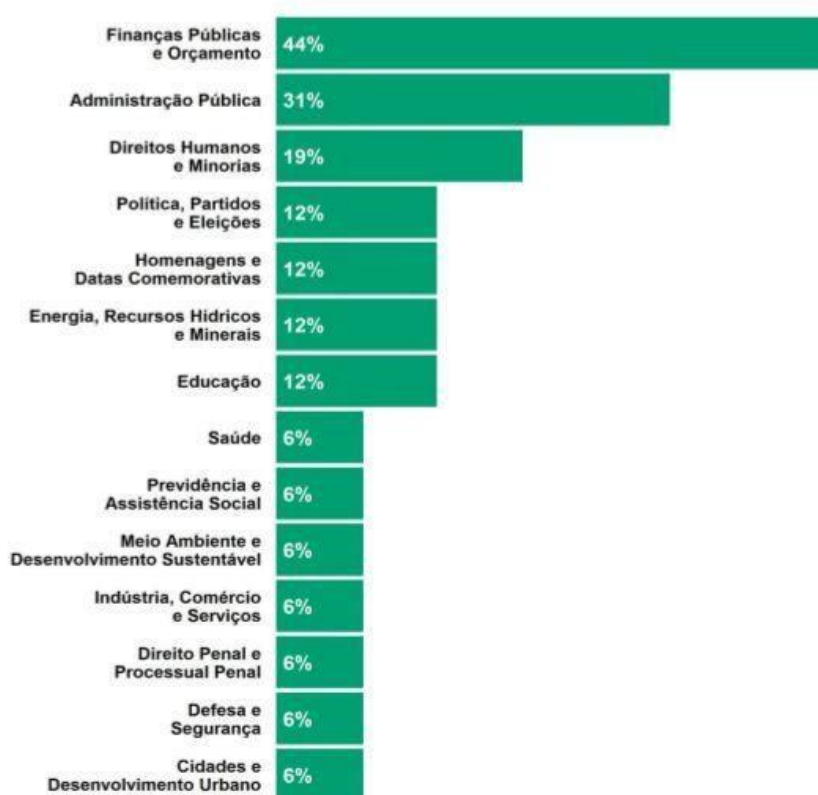
A história da FPE ao longo das legislaturas é marcada por altos e baixos. Durante a 52ª Legislatura (2003-2007), a Frente alcançou uma extensa composição, refletindo a diversidade geográfica e partidária dos parlamentares evangélicos. No entanto, durante a 53ª Legislatura (2008-2012), enfrentou uma significativa redução em sua representação devido a escândalos de corrupção. A renovação da Frente nesse período refletiu o esforço para superar tais desafios e manter sua relevância política (Serrano, 2020).

A atuação da FPE não escapa às cortinas de crítica e controvérsia. Enquanto alguns aplaudem seu compromisso com a moral e os “bons costumes”, outros levantam suas vozes em protesto, alertando para os riscos de polarização e potenciais violações de direitos alheios. Seu discurso político levanta debates sobre a laicidade do Estado e a pluralidade de visões na sociedade, especialmente quando confrontada com grupos que defendem os direitos individuais, como o movimento LGBTQ+ e feministas.

A FPE adota uma estratégia diversificada e abrangente, buscando unir diferentes visões políticas. Composta na 56ª legislatura por membros de 19 dos 23 partidos políticos da Câmara, todos trabalhariam para defender as causas importantes para a comunidade evangélica. Dentro da FPE, os parlamentares costumam votar da mesma forma em questões importantes. Eles compartilham interesses e preferências, especialmente com os partidos que apoiam o governo (Bohn, 2004).

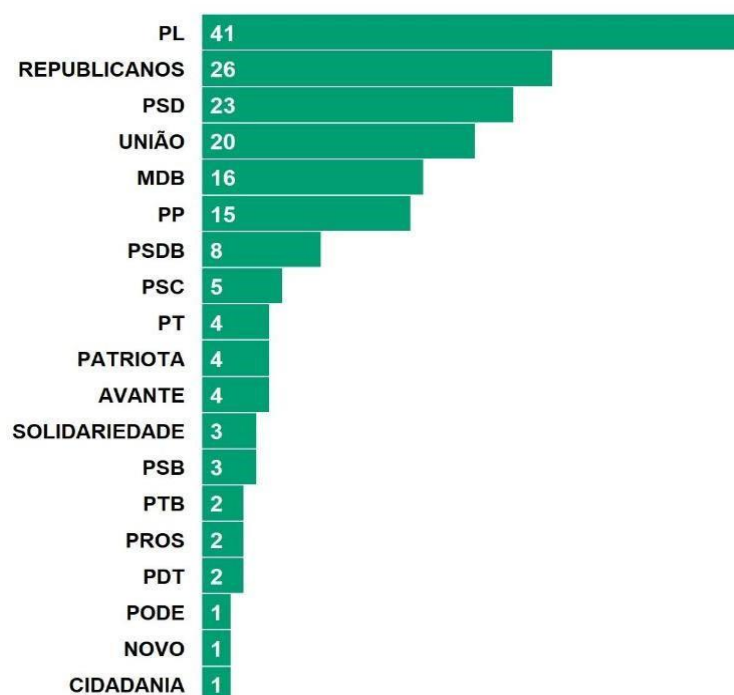
A FPE não se limita apenas a questões religiosas, mas também se preocupa com a saúde, finanças, administração pública e direitos humanos. Eles atuam em várias temáticas dentro do campo político, tentando influenciar em diferentes áreas (gráfico 3). Representando principalmente os partidos de direita, a FPE não deixa de incluir membros de diferentes espectros políticos (gráfico 4).

Gráfico 3 – Temas propostos pelos deputados que compõem a frente durante a 56ª Legislatura (2019-2023)



Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro, disponível: <https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelicana-camara-dos-deputados/>

Gráfico 4 – Distribuição da Frente Evangélica por partido no ano de 2022



Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro, disponível: <https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelicana-camara-dos-deputados/>

Em síntese, o papel e a influência da FPE na Câmara dos Deputados são multifacetados, refletindo uma complexa interseção de interesses políticos, ideológicos e religiosos. No entanto, a frente enfrenta desafios e controvérsias inerentes à sua atuação, que podem afetar sua legitimidade e eficácia no cenário político brasileiro.

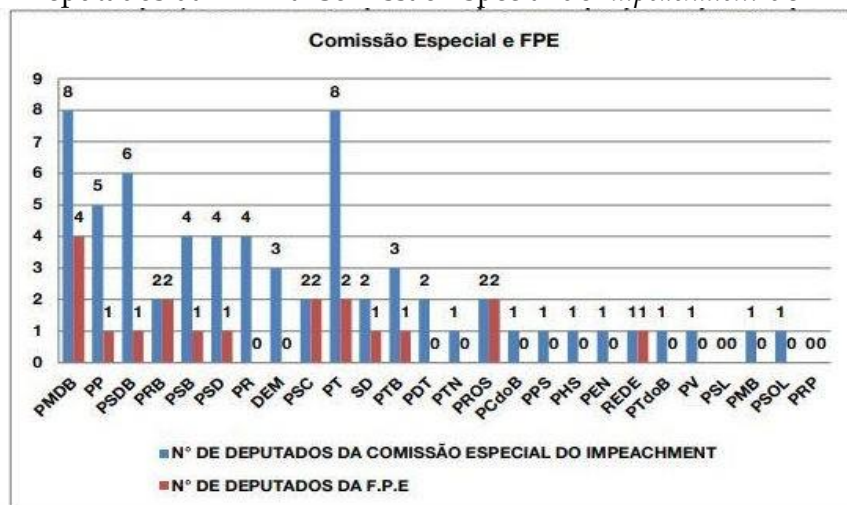
A FPE e as coalizões governantes

Segundo Abranches (1988), o processo de formação de coalizões políticas pode ser dividido em três fases essenciais. Primeiramente, há a construção de uma aliança eleitoral, onde são negociadas diretrizes programáticas mínimas, geralmente abrangentes e pouco específicas, para guiar o governo após as eleições. Em seguida, durante a formação do governo, surgem debates e controvérsias sobre as posições e compromissos relacionados aos programas mínimos estabelecidos. Por fim, ocorre a transição da aliança para uma coalizão governante efetiva, onde se enfrentam desafios na formulação e implementação de políticas substanciais.

Durante os mandatos de Lula e Dilma, a FPE emergiu como uma força política expressiva, especialmente entre o segundo governo de Lula e o primeiro de Dilma, ampliando consideravelmente sua representação na Câmara dos Deputados. A FPE se tornou uma das maiores bancadas do Congresso, exercendo influência na elaboração e aprovação de leis, principalmente devido ao crescimento do número de parlamentares evangélicos eleitos e ao fortalecimento das igrejas evangélicas no Brasil.

A atuação da FPE esteve centrada na defesa de questões como a liberdade religiosa e políticas voltadas para a "família tradicional", além da oposição a medidas vistas como contrárias aos princípios religiosos, como a legalização do aborto e leis em prol dos direitos LGBTQIA+. No entanto, seu crescimento não ocorreu sem críticas e controvérsias, especialmente de grupos que a acusavam de promover uma agenda conservadora contrária aos direitos humanos, resultando em debates acalorados.

Durante o governo de Dilma, a relação entre a FPE e o governo começou a se deteriorar, especialmente devido à aproximação do governo com pautas progressistas, desagradando a bancada evangélica. Isso culminou em um movimento de oposição por parte da FPE, que declarou apoio ao *impeachment* de Dilma Rousseff em meio a uma crise política e econômica. Esse posicionamento refletiu o pragmatismo político das lideranças evangélicas e a insatisfação com as políticas do governo.

Gráfico 5 – Deputados da FPE na Comissão Especial do *Impeachment* de Dilma Rousseff

Fonte: Ferreira (2018). Dissertação: Memória, efeitos-sentido e Frente Parlamentar Evangélica: envolvimento com a corrupção e funcionamento na admissibilidade do processo *impeachment* de Dilma Rousseff

O *impeachment* de Dilma Rousseff contou com amplo apoio da FPE, com a maioria dos membros votando a favor do processo, exercendo uma influência significativa na Câmara dos Deputados. Esse episódio destacou o papel da FPE na política brasileira e sua capacidade de mobilização em questões de interesse para a população evangélica, mesmo quando essas questões extrapolam o âmbito estritamente religioso.

Em um cenário sociopolítico tão complexo quanto o do Brasil, a ascensão da FPE representa uma união intrigante entre poder político e religioso. Embora a noção de um "Projeto de Poder" associado a entidades políticas e religiosas possa gerar desconforto público, sua presença e impacto são visíveis, especialmente após o ano de 2018. Nesse ano, com o amplo respaldo da FPE e várias igrejas evangélicas, o candidato Jair Bolsonaro conquistou a presidência, respaldado nas ondas do "bolsonarismo" e do "antipetismo" (Menezes Junior, 2020).

Esse momento histórico marcou uma virada significativa, com um notável aumento no número de candidatos ligados à FPE, alcançando um impressionante total de 203. As eleições presidenciais de 2018 também evidenciaram a influência evangélica, com três dos treze candidatos associados a denominações evangélicas. Além disso, a atuação da FPE não se restringe mais aos mandatos parlamentares; agora, ela busca posições de liderança também no Executivo.

Apesar de sua natureza suprapartidária, a FPE, em grande medida, promove uma agenda muitas vezes alinhada à base de apoio do movimento Bolsonarista.¹⁹ A Frente defende valores conservadores, como a oposição ao aborto e aos direitos LGBTQIA+. Contudo, sua eficácia legislativa é limitada, com projetos frequentemente dependendo mais da agenda geral da Câmara do que dos esforços da própria Frente.

Embora o projeto de poder da FPE nem sempre seja confessado publicamente por seus membros, líderes religiosos como Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) não hesitam em expressar essa ambição. Em seu livro *O plano de poder: Deus, os cristãos e a política*,

¹⁹ Para uma visão do discurso do movimento bolsonarista, veja-se Cavalcante (2020).

Edir Macedo delinea um plano político claro, convocando os evangélicos a se envolverem na política nacional para concretizar um projeto de nação “pretendido por Deus”.

Fica claro o projeto de poder formulado pelo líder da IURD, que em seu livro diz textualmente:

Tudo é uma questão de engajamento, consenso e mobilização dos evangélicos. Nunca, em nenhum tempo na história do evangelho no Brasil, foi tão oportuno como agora chamá-lo de forma incisiva a participar da política nacional. E, mais ainda, consolidar o grande projeto de nação pretendido por Deus. Imagina-se que todos os que dizem proferir essa fé se engajaram nesse ideal divino (Macedo; Oliveira, 2008, p. 104).

Ao comentar sobre a obra acima, Monteiro (2019) faz o seguinte apontamento: “dedicada a conclamar os evangélicos a despertar ao toque da alvorada, (...) de forma a que a potencialidade numérica dos evangélicos como eleitores possa decidir qualquer pleito eletivo (Monteiro, 2019, p. 103). A ênfase na participação política dos evangélicos como um meio de alcançar objetivos religiosos e sociais é reforçada por Edir Macedo, que invoca a história bíblica dos hebreus para ilustrar a importância da representação política. Para ele, a falta de consciência política entre os antigos hebreus levou à escravidão no Egito, uma lição que os cristãos modernos deveriam evitar repetir.

Além disso, o engajamento político dos evangélicos é respaldado por uma estrutura organizada, como o projeto político da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), que estabelece critérios para o apoio de candidatos evangélicos. Essa articulação política é evidenciada pela aliança da FPE com outras frentes parlamentares em iniciativas legislativas, como o PL nº 5487/2016, instituindo a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes.

A liderança da FPE, frequentemente associada às Assembleias de Deus, continua a desempenhar um papel importante no cenário político brasileiro. A crescente influência da FPE, tanto no Legislativo quanto no Executivo, reflete a consolidação de um projeto de poder que busca promover interesses religiosos e conservadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário político do Brasil contemporâneo, o discurso religioso ganha crescente destaque na esfera pública, impulsionado pela influência dos parlamentares evangélicos, que buscam uma participação mais direta nas decisões políticas. Nesse contexto, a Frente Parlamentar Evangélica surge como um produto da democracia, permitindo a representação da diversidade política e de uma parcela significativa da população evangélica.

A mudança no campo religioso, com a ascensão das igrejas evangélicas, correspondeu às transformações da estrutura agrária no Brasil a partir de 1964, as quais dizem respeito à substituição da grande propriedade não-capitalista, absorvedora de enorme contingente de trabalhadores dependentes, pela forma de propriedade capitalista, assentadas em relações de trabalho mercantis. Por afinidade à independência dos trabalhadores e pequenos proprietários

na esfera econômica tem se a predisposição dessas novas populações rurais-urbanas em escolher as suas crenças religiosas.

Tendo raízes na Bancada Evangélica eleita em 1987 para a Constituinte, a FPE evoluiu de uma simples agregação para se tornar um ator político de relevância. Seu crescimento gradual desde a redemocratização do Brasil, com destaque na década de 1990, e sua consolidação durante o *Impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 revela uma tendência de aumento da mobilização do cristianismo evangélico na política nacional.

Embora abrigue membros de diversas denominações evangélicas, a FPE é predominantemente influenciada pelo pentecostalismo e neopentecostalismo, compartilhando valores religiosos como a autoridade da Bíblia, a fé cristocêntrica e uma postura conservadora em questões morais e sociais. No entanto, a sua identidade política reflete a diversidade discursiva presente entre os evangélicos, com membros representando diferentes partidos e perspectivas políticas.

A tática da FPE ao longo dos anos foi se fortalecer com uma composição diversificada de parlamentares de diferentes partidos e vertentes evangélicas, engajando-se em pautas relacionadas a costumes, moral e valores de vida, além de adotar uma postura conservadora em questões morais e sociais, como aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo e legalização de drogas. Apesar de sua natureza suprapartidária, a FPE, em grande medida, promove uma agenda muitas vezes alinhada à base de apoio do movimento Bolsonarista.

Em suma, a trajetória da FPE no Brasil reflete sua ascensão como uma força política relevante, moldada por uma diversidade teológica e política, mas com uma inclinação crescente para se tornar uma entidade essencialmente pentecostal e neopentecostal, com implicações tanto no cenário político quanto social do país.

REFERENCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista Dados**, v. 31, n. 1, p. 5-32, 1988.

AQUINO, Rodrigo. **Igreja em Cédulas: a teologia da prosperidade em poucas palavras**. BTBooks: Joinville, 2015.

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**. 2004, v.10, n. 2, p. 288-338, 2004.

BOISSEVAIN, Jeremy. When the Saints Go Marching out: Refletions on de Decline of Patronage in Malta. In _____. **Factions, Friends and Feasts: Anthropological perspectives on the Mediterranean**, New York & Oxford. Berghahn, 2013.

BORGES, Tiago Daher Padovez. **Representação Partidária e a Presença dos Evangélicos na Política Brasileira**. 2007. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

CAVALCANTE, Sávio Machado. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. **Crítica Marxista**, v. 50, p. 121-130, 2020.

DUARTE, Tatiane dos Santos. **A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro**. 2011. 229 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9803>. Acesso em: 02 mar. 2023.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Do Coronelismo ao Clientelismo: práticas eleitorais no Piauí, Brasil**. Teresina: EDUFPI, 2020.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. 1993. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GONÇALVES, Máisa Coimbra. **Influência da Frente Parlamentar Evangélica nos debates do Congresso Nacional**. Orientador Rafael Silveira. Brasília, UNB, 2016.

LASMAR, Monia Medeiros. **A Influência da religião na política brasileira: da colonização indígena pelos jesuítas à bancada evangélica do congresso nacional**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2019.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, mai./ago. 2011.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Editora Edições 70, 2001.

MENEZES JÚNIOR, Eumar Evangelista. **Religião e política: a frente parlamentar evangélica no legislativo brasileiro e as eleições de 2018**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2020.

MONTEIRO, Dáfini. **A influência da bancada evangélica no ordenamento jurídico brasileiro: do processo legislativo ao projeto de poder religioso**. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2019.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003.

PEREIRA, Eliseu. **Teologia do Domínio: uma chave de interpretação da relação atual entre a igreja e política brasileira**. Disponível em: <https://reporterbrasil.com.br/teologia-do-dominio-uma-chavede-interpretacao-da-relacao-atual-entre-a-igreja-e-politica-brasilera/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Secularização e declínio do catolicismo. *In*: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Mauro Sá (org.). **Sociologia da religião e Mudança Social**. São Paulo: Paulus, 2004.

SERRANO, Rodrigo Fagundes Luz. **Evangélicos no Congresso: uma análise da atuação da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados durante a 55ª legislatura (2015-2019)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, 2020.

TERRA, Kenner. **Lula, Bolsonaro e a teoria da guerra espiritual**. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/artigos/lula-bolsonaro-e-a-teoria-da-guerra-espiritual-10\22>. Acesso em: 25 ago. 2023.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 2. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004.

DOCUMENTOS

BRASIL. **Constituição Federal** [(1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2012.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional**. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?Id=53658>. Acesso em 01 abr. 2023.

BRASIL. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dosdeputados/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2017-2016.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

BRASIL. Sessão 195.3.54.O – **Discursos e Notas Taquigráficas**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3enuSessao=195.3.54.OenuQuarto=11enuOrador=2enuInsercao=0edtHorarioQuarto=14:30esgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20eData=04/07/2013etxApelido=BENEDITA%20DA%20SILVAetxEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em: 01 abr. 2023.

DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Brasília: DIAP, 2014.

FPE. Frente Parlamentar Evangélica. **Manifesto à Nação**. Publicado em 24/10/2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546684-frente-evangelica-lanca-manifesto-com-propostas-paragestao-do-brasil/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 – características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Brasília: IBGE, 2012.




APRESENTAÇÃO DO MEMORIAL DO PROF. DÉCIO SAES


*Francisco Pereira de Farias*¹

Possui Bacharelado em Ciências Sociais (1987), mestrado em Ciência Política (1999) e doutorado em Ciência Política (2010) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é pesquisador - Núcleo Pesquisas em Estado Democrático e Sociedade Contemporânea (NEPES\UFPI), pesquisador do Grupo de Pesquisa Neoliberalismo e Relações de classes no Brasil (CNPq\Unicamp), professor associado do Curso de Ciência Política e do programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estrutura e Transformação do Estado, atuando principalmente nos seguintes temas: política brasileira, hegemonia política, Estado, democracia capitalista e aliança de classes.

¹Universidade Estadual do Piauí, Piauí, Brasil.

E-mail: franperfarias@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

I

O âmbito da prática científica aparece como um conjunto de pesquisas, no qual a pesquisa individual é sua unidade mais simples. Iniciemos pois esta exposição por considerar a trajetória de pesquisa de Décio Saes.

A trajetória individual de pesquisa começa, em termos formais, com os anos de formação universitária. Se a prática científica é essencialmente uma “demonstração crítica” (Marx), então a sua organização se faz coerente num conjunto sistemático de instituições, que nos dias de hoje vai desde o projeto de iniciação científica no curso de graduação até a pesquisa de pós-doutorado.

Entre 1961 e 1968, Décio Saes cursou as graduações de Direito e de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). O complemento dos estudos em direito com os de ciências sociais indica a sua inclinação para os temas da filosofia e das ciências humanas, e não para a formação técnica presente no curso de Direito.

Décio Saes se beneficiou da riqueza intelectual do Curso de Ciências Sociais da FFLCH-USP, marcado pela **diversidade de teorias**, tais como o funcionalismo americano, o positivismo durkheimiano, a sociologia compreensiva de Weber, a teoria dialética de Marx. Foi neste contexto de estímulo acadêmico, no qual eram lidos autores das correntes marxistas, como Lucien Goldmann, Jean-Paul Sartre, G. Lukács, que o Décio Saes buscou o contato com a obra de Louis Althusser, sendo persuadido pela tese em *Pour Marx* da ruptura epistemológica na obra de Marx e pela crítica em *Lire le Capital* à determinação unilinear pelo econômico do todo social.

Outra característica do currículo do curso de Ciências Sociais é a **interdisciplinaridade**, que permite o aprofundamento do estudo de realidades concretas, como a sociedade brasileira, numa perspectiva de totalidade interdependente dos tipos históricos de economia, direito, política etc.

Esta implicação mútua entre o tipo de economia, o tipo de direito etc. nos possibilita, no plano do conhecimento, tratar a prática econômica, a prática jurídica etc. como a variável independente (Saes, 1998).

Nesse sentido, compreendemos que Décio Saes tenha se inscrito em agosto de 1968 no **Curso de Especialização em Planejamento Econômico**, oferecido na Unicamp por um conjunto de economistas e historiadores egressos da CEPAL no Brasil, auxiliados por professores formados em turmas anteriores. Pois a análise da política econômica do Estado requer a prática da pesquisa interdisciplinar.

A análise da **política econômica** se desenvolve em três momentos: o processo de **formulação** da política estatal; o processo de **execução** dessa política; e o **processo total** da relação entre o legislativo e o executivo. O serviço estatal contém em última análise a norma e a aplicação da norma num dado contexto histórico.

Décio Saes resolve então de um modo específico uma dificuldade presente na trajetória da maioria dos graduandos em Ciências Sociais. A pluralidade de teorias ministradas nas disciplinas das áreas de ciências humanas, se, por um lado, possibilita o exercício crítico de modalidades distintas de formulação e resolução de questões, por outro lado, não deixa de provocar uma certa insegurança de por qual caminho prosseguir na pesquisa social.

Essa experiência institucionalizada nos estudos de **política econômica e de história brasileira e latino-americana** vai influenciar em boa medida as suas pesquisas posteriores na pós-graduação (mestrado e doutorado).

II

Após sua contratação pelo DEFE (em seguida IFCH) em 1969, Décio Saes desenvolveu sua pesquisa de mestrado, sob a orientação de Michel Debrun, recém-chegado ao IFCH, e concluiu o trabalho em setembro de 1971, com o título: “O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República Brasileira (1889-1930)”. Por um lado, a pesquisa contribui para a tendência, herdada dos estudos de história econômica, de se fazer a revisão crítica dos períodos tradicionais da história brasileira. Por outro lado, o uso do termo “camadas médias”, e não “classes médias”, indicava sua reflexão sobre o conceito de classe social, definido como a força social capaz de projetar um modelo de sociedade, traço que não se aplica às chamadas classes médias.

Assim, embora as camadas médias se constituam em forças sociais, produzindo efeitos causais na cena histórica, elas não dispõem das condições de inserção nas estruturas econômica e jurídico-administrativa, propiciadoras de valores e interesses que configurem por si mesmos um tipo histórico de ordem social. Os posicionamentos políticos dessas camadas médias tendem a variar, conforme suas situações de trabalho, mas sempre dentro de limites estabelecidos por valores básicos reprodutores da ordem capitalista ou burguesa, como o igualitarismo formal e a administração meritocrática.

Com o apoio institucional do IFCH-Unicamp, Décio Saes partiu em outubro de 1971 para fazer a pesquisa de doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, sob a direção de

Alain Touraine, pesquisa em que dá continuidade ao estudo das camadas médias no Brasil, estendendo o período histórico de 1889 até 1964. O resultado da tese de doutorado, defendida em 1974, sob o título “Classe moyenne et système politique au Brésil”, mostra um alinhamento da reflexão do autor não com o conceito de “sociedade industrial” (Touraine), considerado por demais abstrato, mas sim com a noção ampliada de “modo de produção capitalista” e conceitos correlatos (transição capitalista, Estado burguês, hegemonia industrial etc.), desenvolvidos por Althusser e seus colaboradores. Cabe um parêntese ao emprego da expressão “classe moyenne” no título da tese. Para o autor da tese, tal expressão se justifica por atrair a atenção do leitor para um fenômeno (a chamada classe média), cuja essência será desvelada no decorrer da exposição histórica.

Em suas explicações do processo político brasileiro, Décio Saes passa a operar, sem deixar de agregar novos elementos, com os conceitos construídos por Nicos Poulantzas em *Pouvoir politique et classes sociales*, tais como “Estado capitalista”, “bloco no poder”, “hegemonia política”. Em primeiro lugar, este uso conceitual leva a uma nova ênfase na análise do “Estado de compromisso”, vigente no período 1930-1964: o chefe do executivo estatal se torna o mediador de uma barganha no bloco de frações de classes dominantes, mais especificamente a troca entre o serviço político-eleitoral da propriedade fundiária e a preservação da estrutura agrária no campo. Este ponto nos permite compreender o bloco no poder como o conjunto de classes e frações de classes dominantes. À propriedade fundiária tradicional, enquanto uma fração da antiga classe dominante, estava interdita a hegemonia política no novo tipo de Estado, o Estado burguês, consolidado a partir da Revolução de 1930.

Em segundo lugar, a análise das situações de trabalho das camadas médias mostra que elas se predispunham a posicionamentos políticos distintos: os trabalhadores assalariados da esfera da circulação (comerciários, bancários) tendiam a uma postura de apoio à política de desenvolvimento do Estado, pois os seus vínculos diretos com o processo social de produção de bens manufaturados tornava-os receptivos ao discurso de representação de seus interesses por um Estado industrializante.

III

O contato com os debates da obra de Poulantzas em Paris, bem como a formação em comum com esse autor na área do direito, teriam de influenciar o redirecionamento da linha de pesquisa de Décio Saes a partir dos anos 1980. Pois o núcleo teórico de *Poder político e classes sociais* é o tema da estrutura jurídico-política, e não, como por vezes enfatizada, a questão da hegemonia política. Esta diferença de ênfase é indicada por Décio Saes em seu texto “o conceito de Estado burguês”, escrito em preparação a sua tese de livre-docência sobre a formação do Estado brasileiro, texto no qual busca reconstruir a análise de Poulantzas das linhas básicas da estrutura jurídico-burocrática do Estado capitalista.

Assim, entendemos a trajetória de pesquisa de Décio Saes, que passa dos estudos da hegemonia política e os posicionamentos de frações de classes e de categorias sociais (objeto das pesquisas anteriores) para o tema da estrutura e a história do Estado (tese de livre-docência) no processo político brasileiro. Tendo analisado a constituição do Estado burguês em suas próprias

bases (o direito, o burocratismo), o próximo passo será a pesquisa da formação desse tipo de Estado a partir de uma comunidade política não burguesa ou pré-burguesa, tomando por referência histórica o caso brasileiro. A sua tese de livre-docência: *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)* foi defendida no DCP-IFCH\Unicamp em 1983 e publicada em livro (ed. Paz e Terra) em 1985.

Feitas as análises do Estado burguês (estrutura e formação) e do processo executivo da política estatal (hegemonia política), resta cumprir a análise do processo legislativo da política estatal. Foi nessa direção que Décio Saes se engajou como pesquisador visitante no Instituto de Estudos Avançados da USP, no período 1999-2001. Dessa pesquisa resultaram os artigos “Cidadania e capitalismo: uma abordagem teórica” e “A questão da evolução da cidadania política no Brasil” e “Direitos sociais e transição para o capitalismo: o caso da Primeira República Brasileira (1889-1930”, publicados em periódicos acadêmicos e republicados em sua coletânea *Cidadania e classes sociais: teoria e história* (Ed. da Universidade Metodista, 2016).

Não sabemos se esta ordem temática em suas pesquisas – hegemonia política, formação do Estado, cidadania – deveu-se a um critério consciente de prioridade. O que podemos dizer é que parece operar a regra de que, no processo de seu conhecimento, a efetividade (processo executivo) precede à formulação (processo legislativo) da política do Estado. No entanto, dada a interdependência de norma e concretização da norma, não nos parece inapropriado se começar alternativamente o estudo da política estatal do ponto de vista de seu processo legislativo.

IV

A nossa exposição tenta, em síntese, evidenciar a trajetória profícua de Décio Saes em sua prática científica junto ao Departamento de Ciência Política-IFCH\Unicamp, cujas repercussões se fazem sentir no âmbito da ciência política brasileira - por seus livros, artigos e orientações de pesquisas. Hoje boa parte de ex-alunos se tornaram os líderes em suas linhas de pesquisas, nas instituições universitárias e nas associações de pesquisa no país.

Ao combinar a investigação e a docência desde o início de sua carreira profissional, Décio Saes foi um dos quadros que concretizou a orientação do novo modelo de Universidade pelo qual a Unicamp surgiu e se tornou uma referência nacional e internacional. Compreendemos, por isso, que Fausto Castilho (1998), em entrevista sobre o surgimento e a consolidação da Unicamp, fez destaque ao trabalho de Décio Saes nesta instituição universitária.

Por isso, reputamos justa a homenagem que lhe foi feita pelo Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do IFCH-Unicamp, em Seminário de Comemoração dos 50 anos do PPGCP\Unicamp, ocorrido em novembro de 2024.

REFERENCIAS

CASTILHO, F. **O conceito de universidade no projeto da Unicamp**. Campinas: Unicamp, 2008.

SAES, D. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**, Campinas-SP, n. 7, p. 46-66, 1998.




MEMORIAL DE PROFESSOR TITULAR: BALANÇO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS


Décio Azevedo Marques
de Saes ¹

¹Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1968), graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1965), mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1971) e doutorado em Doutorado Em Sociologia - *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (1974). Atualmente é professor titular da Universidade Metodista de São Paulo. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estado e Governo, atuando principalmente nos seguintes temas: cidadania, classe média, rebeldia, participação e violência.

¹ Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.

E-mail: mcsaes@uol.com.br

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

INTRODUÇÃO

As duas primeiras partes deste memorial, como indicam seus títulos – “Balanço das atividades científicas” e “Balanço das atividades didáticas e da contribuição ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa” – constituem um relatório qualitativo sobre o modo como se desenvolveu, ao longo de etapas sucessivas, nossa carreira intelectual.

Nestes dois segmentos, buscaremos inventariar os dilemas intelectuais pelos quais passamos, as escolhas que realizamos no plano da teoria e as dificuldades com que nos deparamos em nossa reflexão sobre as ciências sociais. As partes subsequentes serão eminentemente informativas, fornecendo dados que se espera serem suficientes para completar o panorama de nossa vida intelectual e acadêmica.

Se todas as nossas dificuldades intelectuais devem ser reveladas aos leitores deste memorial, é necessário começá-lo apresentando uma dificuldade específica: aquela que se encontra na redação de um texto deste tipo. Como evitar que se insinue, na redação de um memorial de concurso, o estilo coloquial das “confissões”, que age no sentido, às vezes, de atrair a simpatia incondicional do leitor, sem que o autor esteja plenamente consciente disso? Como encontrar o estilo – objetivo e sem autocomprazimentos, astúcias ou tentativas de aliciamento – que convém a um relatório sobre atividades científicas? Estamos plenamente conscientes da dificuldade de se encontrar tal estilo, mas desejamos esclarecer que fizemos, pelo menos, a tentativa de eliminar as autojustificações.

ANOS DE FORMAÇÃO (1961-1968)

Operamos, para os fins deste relatório, um corte arbitrário, porém prático, em nossa vida intelectual. Digamos que nossa formação científica começou com a entrada, em 1961, no Curso de Direito da USP (Faculdade de Direito do Largo São Francisco). Seria monótono e desnecessário fazer aqui o inventário de nossas ambições profissionais naquele momento. Basta esclarecer que, desde logo, o que mais nos interessou no currículo do Curso de Direito não foram as disciplinas eminentemente “técnicas” (as matérias de direito processual, direito comercial, direito administrativo etc.), e sim aquelas mais diretamente ligadas à filosofia e às ciências humanas.

Já no primeiro ano, a disciplina de “**Introdução à Ciência do Direito**” era mais uma disciplina de “introdução à filosofia”, mais especificamente de introdução à filosofia de Henri Bergson, do que propriamente de introdução ao Direito. Esse contato com uma corrente filosófica – e, melhor ainda, com uma corrente filosófica espiritualista – resultou em estímulos positivos. Fazemos aqui uma pequena digressão indispensável: vínhamos do catolicismo, para o qual havíamos tentado nos preparar filosoficamente (a preparação doutrinária tinha sido feita antes, através da leitura de passagens do Novo Testamento e de textos de catequese), através da leitura de comentários sumários às obras de Santo Tomás de Aquino e de Aristóteles.

Esse esforço intelectual, realizado na época do curso secundário, era precário; todavia, ele nos pareceu estar sendo recompensado quando, já na Faculdade de Direito, entramos em contato com a filosofia bergsoniana. Para nós, era como se as formulações de Bergson sobre o **Eu sujeito** e o **objeto** ou sobre a legitimidade da intuição como via de acesso a noções como Deus, Amor, Justiça, tivessem vindo reforçar nossas convicções religiosas e nossa exígua fundamentação filosófica dessas convicções.

Ainda no primeiro ano do curso, a disciplina “**Teoria Geral do Estado**”, ministrada numa perspectiva conveniente à doutrina da Igreja – fixação do bem comum como a finalidade da política e a função do Estado, crítica às concepções que apresentam o Estado como uma máquina de dominação – colaborou para o reforço de nossas convicções.

Logo a seguir, porém, a ruptura intelectual se esboçou. Inseridos que estávamos num meio estudantil genericamente hostil (seja por seu materialismo burguês grosseiro, seja por seu materialismo “de esquerda”), a atitude devotada à nossa crise existencial encontrou condições favoráveis para a sua resolução através do abandono do catolicismo. Nesta mesma fase, a radicalização da revolução cubana produzia e fazia exemplos sobre a juventude estudantil brasileira, e o engajamento das esquerdas nacionais na luta por reformas de base levantava a possibilidade de uma ação política transformadora de massa. É dentro desse clima geral que passamos ao ateísmo e a um marxismo sumário, que se tornava moeda corrente entre os jovens sensibilizados pelas grandes questões nacionais.

Nesse novo contexto, as posteriores disciplinas não técnicas – “**Direito Constitucional**” no 3º ano, ou “**Filosofia do Direito**” no 5º ano – não lograram obter nossa adesão; e à frustração permanente com as disciplinas técnicas, somou-se a objeção aos conteúdos veiculados pelas disciplinas não técnicas.

Do ponto de vista intelectual, impunha-se, portanto, que buscássemos um curso superior que abordasse o funcionamento das sociedades, bem como, entre outros, o modo marxista de explicar o funcionamento e a transformação das sociedades. Por isso, antes de termos concluído o Curso de Direito, inscrevemo-nos no Curso de Ciências Sociais da FFLCH da USP.

O currículo desse curso estava muito distante das nossas expectativas. Portanto, o que inicialmente parecia ser uma opção, logo revelou-se uma fase de transição importante, mas também confusa para nossa formação intelectual.

O objetivo do curso era entrar em contato de forma organizada e sistemática com a ciência social marxista. Tal currículo propunha o estudo do funcionalismo norte-americano, do positivismo de Durkheim, e da sociologia compreensiva de Weber, além de incursões no estudo do “método dialético” de Marx. O cumprimento desse currículo implicou, para nós, a) o estudo predominante das correntes sociológicas não-marxistas; b) o contato prioritário com certos autores marxistas ocidentais contemporâneos, como Sartre (em “Questão de Método”), Lukács (em “História e Consciência de Classe”) e Goldmann (em “Filosofia e Ciências Humanas”). Esse contato, pelo seu impacto filosófico, contribuiu para “refinar” os resultados das leituras marxianas sumárias realizadas durante os cursos: as Teses sobre Feuerbach, Feuerbach (em Ideologia Alemã), o Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, o Manifesto Comunista, O 18 de Brumário de Luís Bonaparte e As Lutas de Classes na França.

O marxismo dos alunos daquela época foi, predominantemente, e para não falar do marxismo dos professores, o marxismo de Sartre, Goldmann ou Lukács, mais ou menos bem assimilados. A diversidade das teorias e conceitos que as diferentes disciplinas revelavam aos alunos era um dos fatores que contribuía para a riqueza intelectual do Curso de Ciências Sociais da FFLCH da USP, naqueles anos 60. A bem da verdade, esclareça-se que só hoje – passados mais de 25 anos – podemos formular tal ideia com clareza. Naquela época, muitos de nós – entre os quais o autor deste memorial – éramos invadidos por sentimentos contraditórios. Por um lado, víamos, com maior ou menor clareza, que o contato com teorias e conceitos de natureza diversa poderia ser benéfico para nossa formação intelectual. Por outro lado, vivíamos com angústia o drama de, colocados repentinamente diante dessa multiplicidade de teorias e conceitos, não nos sentirmos suficientemente armados, no plano intelectual, para tirar conclusões acerca da veracidade de umas e da falsidade de outras.

Essa paralisia intelectual era vivida de modo particularmente dramático pelo fato de que a conjuntura política coincidente com nossa entrada na FFLCH da USP – a instauração recente de um regime ditatorial militar no país – empurrava a categoria estudantil para uma ou outra forma de ação política. Nesse contexto político específico, o contato com um estoque diversificado de teorias sociais parecia a muitos de nós como o elemento causador de um déficit de tomada de posição política.

À medida em que avançávamos no Curso de Ciências Sociais, essa sensação de desconforto intelectual se agravava, em vez de se atenuar. Pressionados pelos “problemas nacionais”, buscávamos no currículo disciplinas optativas que nos propiciassem os elementos teóricos necessários ao seu conhecimento: “Sociologia do Desenvolvimento”, “Teoria Política do Desenvolvimento”, “Instituições Políticas Brasileiras”. Todavia, o compromisso dessas disciplinas com o espírito geral da sociologia da modernização, de inspiração weberiana e voltada

para temas como “tradição” e “racionalidade”, impedia-nos de utilizá-las como via de acesso a um programa marxista de investigação em ciências sociais.

O resultado dessa defasagem entre nossas intenções marxizantes e a configuração geral do curso de Ciências Sociais da FFLCH da USP não foi a adoção de qualquer uma das duas atitudes frequentes entre os alunos da época: a rejeição “militante” dos conteúdos veiculados pelas disciplinas (o “aluno politizado”) ou a adesão entusiástica e indiscriminada ao conjunto daqueles conteúdos (o “bom aluno”). Chegamos, então, e com uma certa “má consciência”, a um ecletismo teórico morno, desconfiado e desanimado, que nada tinha a ver — é preciso esclarecê-lo, pois não estamos aqui julgando a legitimidade teórica do eclétismo — com a prática consciente, e metodologicamente articulada, do ecletismo como o caminho mais adequado para o entendimento das múltiplas facetas do funcionamento das sociedades.

Também continuamos, durante o Curso de Ciências Sociais, a realizar por conta própria leituras marxistas. A mais importante delas — realizada em 1967, por influência dos alunos do Curso de Filosofia — foi, sem dúvida, a leitura do livro de Louis Althusser, *Pour Marx*. A um leitor experiente e informado, essa obra propõe muitos problemas teóricos. Quanto a nós, fomos basicamente impactados pela proposta althusseriana de estabelecer um radical corte epistemológico entre a obra do jovem Marx e a obra do Marx da maturidade, e de conferir rigor científico à teoria social marxista mediante a liquidação de toda e qualquer antropologia filosófica fundante.

Porém, por maior que tenha sido o impacto das ideias althusserianas sobre nós, naquele momento, ele não nos levou a qualquer “acerto de contas” com os “outros marxismos”: o de Goldmann, o de Sartre, o de Lukács (autores que, de resto, continuávamos a ler). Um acerto de contas desse tipo, aliás, não tinha razão de ser naquele momento, pois sequer se pode dizer que estivéssemos, então, buscando assumir uma posição teórica claramente marxista. Era essa indefinição teórica que prevalecia, mas ela estava longe de ser cômoda, no terreno psicológico. Filiando-nos ideologicamente ao campo das “esquerdas” (no sentido mais amplo da palavra), não adotávamos, no entanto, uma posição teórica inequívoca, e vivíamos o desconforto de uma “prática sem teoria”.

A intenção de chegar a um conhecimento profundo e científico da sociedade brasileira, a nossos olhos tão injusta e atrasada, tinha sido o motivo principal para buscarmos uma vaga no Curso de Ciências Sociais da FFLCH da USP. Ao cabo de três anos e meio de frequência às aulas, tínhamos a impressão de que o contato, proposto pelas diferentes disciplinas, com um estoque diversificado de teorias sociais, não tinha sido suficiente para nos levar a tal conhecimento. Essa impressão poderia, em tese, desembocar numa tomada de consciência acerca da necessidade de estudarmos mais a fundo as diversas correntes sociológicas, já que as leituras feitas nesse terreno tinham sido superficiais e apressadas. Ela nos levou, entretanto, à busca pela interdisciplinaridade como solução para o desconhecimento da realidade brasileira.

Esclareça-se que essa busca pela interdisciplinaridade tinha um objetivo definido: tratava-se, para nós, de conhecer a Ciência Econômica a fim de nela encontrar um “fundamento” para os conceitos e noções das múltiplas ciências sociais. Essa convicção acerca da “fundamentalidade” da Ciência Econômica não se engendrou em nós, nesse momento, por puro acaso. O ano de 1967 foi, no Brasil, o ano em que a retomada de um certo crescimento econômico provocou

perplexidade em amplos setores da esquerda nacional, por contrastar com seu diagnóstico acerca da inevitabilidade da estagnação econômica num país governado pelas forças políticas promotoras do golpe militar de 1964 (a saber: o imperialismo e o latifúndio).

Diante desse quadro, parte da esquerda nacional se pôs a estudar a Ciência Econômica. Outra não foi nossa reação. Procuramos, contudo, uma solução institucional para o nosso problema: inscrevemo-nos, em agosto de 1968, num curso de Especialização em Planejamento Econômico (CBPE I), oferecido na UNICAMP por um conjunto de economistas egressos do escritório da CEPAL (ONU) do Rio de Janeiro, auxiliados por novos professores, por eles mesmos formados em cursos anteriores. Seria difícil definir a orientação geral do curso em matéria de teoria econômica. Neste último terreno, parece-nos que prevalecia a preferência por posturas estatais intervencionistas (de inspiração keynesiana direta ou remota), que deveriam ser capazes de corrigir os desequilíbrios econômicos e sociais engendrados pelo funcionamento espontâneo do mercado.

Das teses defendidas pelos professores do CBPE I, as que mais nos influenciaram não foram aquelas que consubstanciavam estratégias de planejamento econômico, e sim as teses sobre a história econômica brasileira e latino-americana. Conceitos como “modelo agroexportador” e “modelo de industrialização por substituição de importações” se converteram, para nós, em importantes instrumentos de análise da evolução histórica do Brasil, ainda que não respondessem às perguntas diretamente suscitadas pela conjuntura econômica brasileira.

Assim, não logramos, através de nossa incursão institucionalizada no terreno dos estudos econômicos, encontrar o “fundamento” que buscávamos para a teoria social. Mas fizemos uma experiência importante de contato com a História — e mais particularmente com a História Brasileira, disciplina à qual estivemos pouco atentos durante o Curso de Ciências Sociais. Esse contato foi decisivo para nossa evolução intelectual ulterior.

A PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO E DOUTORADO): A QUESTÃO DA CLASSE MÉDIA NO BRASIL

No início de 1969, já contratados como instrutores de Sociologia pelo DEPE (embrião do futuro IFCH) da UNICAMP, colocávamo-nos a tarefa de elaborar um programa de pesquisa com vistas à preparação de uma dissertação de mestrado. A escolha de um tema foi, em primeiro lugar, influenciada pela preocupação constante com os problemas nacionais e pela disposição mais recente de analisar a evolução histórica do Brasil. Valia dizer: nossa pesquisa deveria visar alguma fase pregressa da vida brasileira. Em segundo lugar, as nossas leituras sobre o “modelo primário-exportador” no curso da CEPAL e sobre a Primeira República Brasileira (nas disciplinas de Política do Curso de Ciências Sociais) nos encaminhavam para uma delimitação menos genérica do nosso tema: ele deveria dizer respeito a alguma dimensão da vida brasileira no período 1889-1930. Em terceiro e último lugar, o início de nosso trabalho na área de Ciência Política do IFCH (1970) e o começo das sessões de orientação de tese com o recém-chegado Prof. Michel Debrun (agosto de 1970) nos levaram, definitivamente, para a análise de um aspecto do processo político na Primeira República Brasileira: a participação política da classe média.

A abordagem desse tema implicava, para nós, o tratamento de uma questão central: a classe média teria sido integrada ao jogo político oligárquico (isto é, das antigas classes dominantes ligadas à agricultura e ao comércio exportador)? Ou teria sido, inversamente, um agente de mudança política? As razões da proposição dessa questão só podem ser plenamente entendidas quando se evoca a conjuntura intelectual da segunda metade dos anos 60: iniciava-se na USP um processo – do qual algumas das melhores expressões são a obra coletiva *Brasil em Perspectiva* e o ensaio de Boris Fausto, *A Revolução de 1930* – de rediscussão do significado da Revolução de 1930. Dessa rediscussão, resultou a contestação à ideia, então predominante na literatura histórica, de que a mudança política acarretada pela Revolução de 1930 tivera um caráter profundo. Segundo a nova interpretação, a Revolução de 1930 não fora uma “Revolução burguesa”, nem pela composição das suas forças, nem pela sua repercussão; e não teria representado a substituição das “oligarquias” pela burguesia industrial, na condição de “classe no poder” ou de “fração hegemônica”.

Ora, redefinido o significado da “Revolução de 1930”, impunha-se uma reavaliação dos papéis políticos desempenhados pelos diferentes grupos sociais ao longo do período histórico pretensamente encerrado por aquele episódio. Foi, portanto, essa a tarefa que nos propusemos, estimulados por tal esforço de revisão historiográfica; escolhemos como objeto de nossa pesquisa um grupo social particular – a classe média – que até então não suscitara a atenção dos estudiosos da Primeira República Brasileira.

Mas a constatação dessa lacuna bibliográfica não foi a única razão de nossa escolha. Houve, pelo menos, outras duas razões. Em primeiro lugar, nosso orientador, Prof. Michel Debrun, convenceu-nos de que seria profícuo o exame sistemático das relações políticas de atração ou de repulsão existentes entre a classe média e as classes dominantes “oligárquicas”. Em segundo lugar, nosso conhecimento prévio sobre a Primeira República (adquirido não só através de leituras esparsas, mas também por conversas com pessoas que haviam vivido naquele período) nos levava a encarar com certo ceticismo os esforços de Virgílio Santa Rosa, em seu magnífico ensaio *O Sentido do Tenentismo*, no sentido de atribuir à classe média um papel político de caráter revolucionário na década de 1920 e nos anos imediatamente posteriores à Revolução de 1930.

Desse modo, chegamos à definição de nosso primeiro tema de pesquisa acadêmica. Mas qual seria o instrumental teórico que dispúnhamos para abordá-lo? Continuávamos a ser, no plano teórico, bastante ecléticos, e isso se refletia, para o bem ou para o mal, no referencial final de nossa pesquisa (a dissertação de mestrado).

No plano da caracterização da estrutura social, havíamos chegado, depois da leitura de diferentes autores, como Gurvitch, Stavenhagen, Ossowski, Aron, bem como de trechos escolhidos de Marx, Engels, Lênin, a uma concepção bipolarizada da estrutura de classes: ela se comporia basicamente de duas classes antagônicas (na sociedade capitalista: capital X trabalho assalariado), à qual se agregariam grupos sociais de natureza diversa, polarizados ideológica e politicamente por aquelas. Os grupos intermediários não poderiam ser caracterizados como “classe social”, por faltar-lhes o antagonismo inerente a toda classe social. Além disso, tais grupos não poderiam ser considerados como partes integrantes de um único grupo social, dada a

diversidade de sua posição na estrutura ocupacional, que gerava diferenças de inclinação ideológica e política.

Foi assim que nos encaminhamos para o conceito de “camadas médias urbanas”. No plano da teoria do processo político, desde o início de nossa experiência, havíamos trabalhado com o conceito de sistema político, codificado por autores como Easton, Almond ou Deutsch. Nossa versão do conceito de sistema político, porém, pretendia ser uma versão crítica, que enfatizava a não coincidência entre sociedade global e sistema político (dada a existência de grupos sociais excluídos desse sistema) e a consequente possibilidade de disfunções no sistema, capazes de levar à sua ruptura no médio prazo.

Esclarece-se que, embora tivéssemos chegado a essa visão do processo político sem termos passado previamente por qualquer reflexão crítica sobre a teoria marxista do Estado, a síntese proposta por Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* nos parecia fornecer instrumentos teóricos suficientes para caracterizar as relações gerais de classes no processo político. A rigor, procurávamos, naquele momento, sem aprofundar a reflexão sobre o problema da compatibilidade entre diferentes concepções sobre o processo político. Em nossa perspectiva eclética, pensávamos, de um lado, que a definição weberiana de Estado (monopólio da violência legítima) poderia ser considerada complementar à concepção marxista de Estado (entendido como um aparelho de repressão encarregado de conter, dentro de certos limites, o conflito de classes); e, de outro lado, que a análise política exigia, sem prejuízo da legitimidade da concepção marxista de Estado (já reforçada pela contribuição weberiana), a caracterização das relações de influência travadas entre o governo (núcleo formal da tomada das macro-decisões políticas) e as classes sociais, ou outros grupos sociais.

Em nosso entendimento, portanto, o conceito de sistema político não deveria ser visto como um conceito alternativo ao conceito de Estado; e sim, como um instrumento para a análise de aspectos mais concretos do processo político, insuscetíveis de serem compreendidos apenas à luz da concepção marxista de Estado. Foi nessa perspectiva que operamos com o conceito de “sistema político” em nossa pesquisa sobre as “camadas médias urbanas” na Primeira República.

Desse modo, nossa pesquisa tomou por objeto a posição das camadas médias urbanas no sistema político da Primeira República Brasileira (1889-1930). Dessa pesquisa resultou a dissertação de mestrado *O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira (1889-1930)*, defendida na UNICAMP em setembro de 1971, publicada em 1973 pela UNICAMP como *Cadernos do IFCH n° 1*, e republicada em 1975 pela Editora Vozes como livro, sob o título *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*.

Sobre os resultados obtidos na pesquisa, pensamos hoje, decorridos vinte anos, que eles foram parcialmente positivos. Parece-nos ainda correta a caracterização, por nós operada, da diferença ideológica e política entre as “camadas médias tradicionais” e as “baixas camadas médias”, bem como das relações diferenciadas mantidas por cada um desses conjuntos com as classes dominantes e o “governo” (as primeiras estando “integradas”, as segundas estando “excluídas” do “sistema político” da Primeira República). Mas há que se considerar também os aspectos negativos, decorrentes de nossa imprecisão teórica. Em primeiro lugar, abandonamos, erroneamente, o conceito de “classe média” por não entendermos que, a par das inegáveis diferenças ideológicas e políticas entre as diversas camadas médias, existia entre elas uma

unidade num plano ideológico mais geral. Ocupando uma mesma posição (de embrião de trabalho predominantemente não-manual) na divisão social do trabalho, todas as camadas médias se inclinavam, ideologicamente, pela persistência e mesmo reforço da divisão entre “trabalho intelectual” e “trabalho manual” na sociedade, opondo-se a qualquer inclinação de hostilidade à existência e ao desenvolvimento de tal divisão. Esse erro teórico (desconhecer a existência da “classe média”, substituir esse conceito pelo de “camadas médias”) tem menos consequências práticas na análise de uma sociedade como o Brasil da Primeira República (onde nenhuma crise social desaguou num profundo ataque ideológico e político à divisão social do trabalho) do que no exame de uma sociedade como a França de maio de 1968 (onde esse ataque foi deflagrado, no bojo do movimento de ocupação de fábricas). Porém, mesmo na análise da sociedade brasileira da Primeira República, ignorar a unidade ideológica das camadas médias implica cometer uma incorreção: omitir – isto é, não indicar – o limite ideológico máximo que, em qualquer caso, a ação política das camadas médias não poderia ultrapassar.

Em segundo lugar, o conceito formalista de sistema político com o qual operamos, ao invés de viabilizar a análise dos aspectos mais concretos do processo político, contribuiu para obscurecer certas diferenças fundamentais, notadamente a diferença entre as relações das camadas médias com o Estado, com as classes dominantes, e com a fração hegemônica da classe dominante. Nesse terreno específico, restariam qualificações e retificações a fazer.

Chegamos ao fim de nosso trabalho de pesquisa com a convicção de que o tema “classe média brasileira” mereceria ser explorado em novos estudos. Assim, partimos para Paris, em outubro de 1971, já armados com o projeto de continuar o estudo da classe média brasileira, analisando-a nos períodos históricos subsequentes: 1930-1964 e 1964-1971.

Em Paris, com vistas a preparar uma tese de doutorado do 3º ciclo, inscrevemo-nos no Curso da *École Pratique des Hautes Études* e tomamos como orientador o professor Touraine. Esclareça-se que o estabelecimento desse vínculo de orientação com o professor Touraine não implicou, para nós, o estudo aprofundado do conjunto de sua obra nem a adoção de sua perspectiva teórica em nossa pesquisa de doutorado. Na verdade, só entramos em contato, através de seus seminários e de seus textos, com a sua teoria dos movimentos sociais, onde “oposição”, “integração” e “totalidade” (O-I-T) apareciam como elementos definidores. Não chegamos a nos convencer da adequação desse esquema teórico, pois logo compreendemos que seu fundamento era a distinção, empreendida por Touraine, entre sociedade industrial e sociedade pós-industrial. Ora, tais conceitos pareciam-nos excessivamente genéricos e incapazes de substituir com vantagem os conceitos de “sociedade feudal”, “sociedade capitalista”, “sociedade socialista”.

Na verdade, a estadia em Paris propiciou-nos o contato efetivo com o marxismo althusseriano. Na *École Pratique des Hautes Études*, passamos a frequentar regularmente os Cursos de Teoria Política de Nicos Poulantzas e de Epistemologia de Manuel Castells. Fizemos uma leitura aprofundada do texto fundamental de Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*, e dos seus textos seguintes; dedicamo-nos ao estudo sistemático dos textos de Althusser; e nos iniciamos na obra de outros marxistas franceses, como Charles Bettelheim. Lentamente, fomos nos inclinando, no terreno teórico, para o marxismo althusseriano. Essa inclinação exigiu de nós a realização, pela primeira vez, de estudos sistemáticos sobre múltiplos pontos da obra de Marx

e Engels: *O Capital*, o *Manuscrito inédito*, a *Introdução de 1857*, os *Grundrisse*, as *Cartas Filosóficas* de Engels etc.

Paralelamente, tínhamos de fazer avançar nossa pesquisa de doutorado sobre a classe média brasileira no pós-1930. Como se articulavam esses dois trabalhos (estudos althusserianos e marxistas, pesquisa sobre a classe média brasileira)?

A inclinação teórica para o terreno althusseriano não redundou em formulação radical e completa das bases teóricas de nosso projeto de pesquisa. Na verdade, nossa pesquisa de doutorado refletia a situação de transição teórica em que vivíamos então: do ecletismo ao empenho em operar coerentemente com o marxismo althusseriano. No plano da caracterização da estrutura social, passamos a explorar uma das possibilidades abertas pela teoria marxista das classes sociais: a classe média seria um grupo social específico – num certo sentido, uma classe social – caracterizado por uma posição particular na divisão social do trabalho própria ao modo de produção capitalista (isto é, o desempenho de trabalho predominantemente não-manual). Nosso enfoque se afastava, entretanto, de outras versões da teoria marxista das classes sociais: seja aquela, mais difundida, que utiliza o critério do caráter “improdutivo” do trabalho para definir a classe média; seja a versão de Poulantzas que, ao atribuir a mesma “posição de classe” (inclinações ideológicas e políticas) à classe média (trabalhadores predominantemente não-manuais) e à pequena burguesia (classe dos pequenos proprietários), acaba definindo-as como camadas diversas (respectivamente, “moderna” e “tradicional”) de uma mesma classe social (a pequena burguesia). Nesse terreno específico, portanto, nossa postura eclética anterior desapareceu.

No plano da teoria do processo político, passamos a operar mais decididamente com a teoria marxista do Estado e introduzimos os novos conceitos de Poulantzas, como “Estado capitalista”, “bloco no poder”, “fração hegemônica”. Não abandonamos o conceito de “sistema político”; na prática, no entanto, ele foi reformulado de modo a permitir uma caracterização sintética da natureza do jogo político travado entre o Estado, as classes dominantes e as classes dominadas. O conceito de regime político proposto por Poulantzas não nos parecia dar conta das características mais gerais desse jogo. Assim, por exemplo, o jogo político “populista” nos parecia se estender, no Brasil, por um longo período – de 1930 a 1964 – atravessado por algumas mudanças de regime político, como as de 1934, 1937 e 1945.

Dessa pesquisa, resultou nossa tese de doutorado do 3º ciclo, “**Classe média e sistema político no Brasil**”, defendida na Universidade de Paris (Nanterre) em novembro de 1974, e só publicada no Brasil em 1985, com o título *Classe média e sistema político no Brasil* (Ed. Tomás de Aquino Queiróz).

Fazemos agora um balanço da pesquisa. Ainda hoje, o núcleo central da tese nos parece correto. A ideia de que, entre 1930 e 1964, dois diferentes tipos de camadas da classe média brasileira – as **camadas médias tradicionais** e as **baixas camadas médias** – inclinaram-se, respectivamente, no plano político, para o liberalismo conservador (contrário à industrialização, ao surgimento de Estado “intervencionista” e à participação política das massas) e para o populismo (culto do Estado protetor, valorização da participação simbólica das massas no processo político).

Porém, em meados dos anos 50, começaram a emergir no Brasil novas camadas médias, de cunho tecnocrático (isto é, decorrentes do desenvolvimento técnico e da industrialização), e essas camadas se constituíam como base de apoio permanente, não só para o golpe militar de 1964, mas também para o Estado autocrático implantado a seguir. A crise política de 1967-68 jogou as camadas médias tradicionais e as baixas camadas médias contra a forma autocrática de Estado, mas não conseguiu solapar o apoio das novas camadas médias às políticas do Estado autocrático. Se tivéssemos de reescrever este trabalho hoje, restariam muitos aspectos secundários da análise, mas continuaríamos a sustentar essas ideias fundamentais.

Os conhecimentos acumulados durante cinco anos de pesquisa (dois anos de mestrado, três anos de doutorado) foram aproveitados, após nossa volta ao Brasil, na preparação de alguns artigos sobre a questão teórica da classe média e sobre as camadas médias brasileiras. Antes de mais nada, devemos ressaltar que publicamos, em 1976, o capítulo IX de nossa tese de doutorado nos *Cadernos do IFCH* (Caderno nº 6), sob o título *Industrialização, populismo e classe média no Brasil*. Nosso objetivo, ao providenciar a publicação desse texto, foi de convertê-lo em um instrumento de intervenção na polêmica, então em efervescência, sobre a natureza do populismo latino-americano. (Diga-se, entre parênteses, que o tema da classe média não era, naquele momento, de grande interesse para os pesquisadores universitários, que estavam, aliás com toda legitimidade, entre as investigações sobre o sindicalismo operário e as reflexões sobre grandes problemas da periferia capitalista, como “marginalidade” e “dependência”.)

Já os demais artigos constituem aprofundamentos ou detalhamentos das análises conceituais ou históricas contidas nos trabalhos de mestrado e doutorado. O artigo *Classe média e políticas de classe (Uma nota teórica)*, publicado em 1977 na revista *Contraponto* nº 2, é uma rerepresentação sistemática, reforçada por esclarecimentos sobre alguns pontos, de nosso conceito particular de “Classe Média”. O ensaio *Classe média e política no Brasil (1930 a 1964)*, publicado em 1981, como capítulo da obra coletiva *O Brasil Republicano*, organizada pelo professor Boris Fausto, é uma volta aos temas dos capítulos II e III de *Classe média e sistema político no Brasil*; porém, sua preparação nos levou a uma nova pesquisa, de modo que ele apresenta novos dados empíricos sobre o modo específico de organização profissional corporativa das camadas médias tradicionais e sobre as orientações do sindicalismo das baixas camadas médias. O mesmo pode ser dito do artigo *Tendências do sindicalismo de classe média no Brasil (1930-1964)*, publicado em 1980 no Caderno Especial do CEDEC.

O artigo *As raízes sociais e o caráter do movimento estudantil*, publicado em 1978 na revista *Cara a Cara*, continha reflexões teóricas detalhadas sobre o caráter de classe (“classe média”) do movimento estudantil nas formações sociais capitalistas atuais, indo bastante além das breves anotações teóricas que introduziam a análise do movimento estudantil brasileiro de 1968 em *Classe média e sistema político no Brasil*. Já o artigo *Os intelectuais e suas associações*, publicado em 1985 nas *Atas de Congresso de Ciências Sociais* promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, versa sobre um tema novo – a vida associativa dos intelectuais no Brasil atual – mas a abordagem do tema está associada a toda reflexão anterior sobre a questão da classe média (a mudança nas formas de vida associativa dos intelectuais brasileiros sendo encarada como a expressão da situação de classe – “classe média” – de um contingente sempre crescente de intelectuais).

No início dos anos 80, abandonamos o tema da classe média, não porque tivéssemos concluído que se impunha redimensionar sua importância, nem porque pensássemos que sua audiência no meio acadêmico era relativamente limitada, mas porque julgávamos que, passados dez anos, os nossos ganhos em matéria de conhecimento do tema tendiam a decrescer marginalmente. Todo pesquisador precisa perceber quando um ciclo de pesquisa está se esgotando, quando ele conclui que a abordagem de um novo tema pode ser intelectualmente mais “rentável” e, conseqüentemente, proporcionar-lhe mais “satisfação psicológica”. Assim, desde o início dos anos 80, nossa produção intelectual passou a refletir uma nova ordem de prioridades na área de pesquisa, voltada, diga-se de passagem, para a questão do Estado capitalista ou burguês – nossa área prioritária de pesquisa. Mas essa redefinição não foi súbita; os primeiros sinais se manifestaram durante nossa estadia em Paris, quando entramos em contato sistemático com a teoria do Estado capitalista proposta por Nicos Poulantzas em *Pouvoir politique et classes sociales*.

A PESQUISA TEÓRICA E HISTÓRICA SOBRE O ESTADO BURGUESES (1974 - ...)

Em 1971-1974, a Ciência Política parisiense se achava polarizada, grosso modo, entre o pensamento de Poulantzas e aquilo que chamaremos aqui de “o pensamento Sciences Po” (isto é, todas as variantes de análise sistêmica e de análise institucionalista praticadas na Fondation Nationale des Sciences Politiques). Inscritos na École Pratique des Hautes Études, onde Poulantzas exercia atividades docentes, estávamos inseridos em um dos focos de difusão do pensamento poulantziano. Foi assim que começamos a frequentar o seu curso e a estudar as suas obras. Mas não foi a influência exercida por esse clima acadêmico o fator decisivo para a implementação de um programa de estudos aprofundado sobre a obra de Poulantzas. Caso tal influência não tivesse encontrado ressonância nas nossas inclinações intelectuais daquele momento, ela teria, com o passar do tempo, sido anulada (poderíamos observar a facilidade e a rapidez com que muitos colegas “aderiram” ao pensamento de Poulantzas e, a seguir, abandonaram-no).

Na verdade, desde os tempos da redação do mestrado, sentíamos-nos numa situação intelectualmente desconfortável: a de sermos docentes e pesquisadores de Ciência Política sem dispormos de um esquema teórico rigoroso que orientasse de modo seguro as nossas análises. Influenciados pelo marxismo, operávamos, então, na análise, com conceitos oriundos da teoria do sistema político. Tínhamos a impressão de praticar, a contragosto, o ecletismo teórico; e nutríamos a esperança de que o avanço da teoria política marxista ajudaria a explicação dos aspectos mais concretos do processo político, no futuro. Permitisse-nos abandonar, uma vez constatada a sua inferioridade, a teoria do tema político. Ora, o contato com o meio acadêmico parisiense nos fez chegar à conclusão de que essa teoria política marxista avançada já existia na obra de Nicos Poulantzas.

No estudo dessa obra, chegamos à conclusão de que conceitos rigorosos como os de estrutura jurídico-política capitalista, burocratismo, função de isolamento e função de representação da unidade, bloco no poder, fração hegemônica, classe-a-poio, entre outros, constituíam uma alternativa teórica para o politólogo empenhado em realizar análises políticas

históricas e concretas. O conhecimento desses conceitos repercutiu parcialmente em nossa pesquisa sobre a classe média brasileira; porém, mais que isso, levou-nos a projetar, para um futuro próximo, a realização de estudos teóricos e históricos sobre o Estado capitalista a partir da base teórica fornecida pela obra de Poulantzas.

A implementação desse projeto começou após o nosso retorno ao Brasil. A busca de uma adequação entre nosso trabalho como docente de Ciência Política e o esquema teórico poulantziano não apresentou dificuldades; logo compreendemos que, ao contrário do que propalavam certos críticos, o “sistema” poulantziano era “abrangente” (para usar uma expressão de L. Goldmann) e “aberto” (para usar uma expressão de U. Eco), permitindo a incorporação parcial e crítica de análises e elementos teóricos contidos em obras não-marxistas. Tal possibilidade já fora, de resto, evidenciada pelo próprio Poulantzas, ao incorporar criticamente, em *Pouvoir politique et classes sociales*, elementos teóricos retirados de autores como Max Weber e Maurice Duverger.

Aos poucos, foram se explicitando para nós as possibilidades de investigação abertas pela teoria poulantziana do Estado capitalista. Em primeiro lugar, era possível tentar o preenchimento de alguns espaços vazios dessa teoria, ou melhor, empreender, à luz do esquema teórico poulantziano, a análise de fenômenos políticos que Poulantzas não pudera estudar. Em segundo lugar, podia-se, sem abandonar a teoria poulantziana do Estado capitalista, buscar a retificação de algumas das suas formulações ou o esclarecimento dos seus pontos obscuros. Em terceiro lugar, impunha-se submeter o esquema teórico de Poulantzas a testes de eficácia; vale dizer, verificar a sua aplicabilidade a certas situações históricas concretas (a linha de investigação fora, de resto, seguida pelo próprio Poulantzas, em trabalhos como *Fascismo e ditadura* e *A crise das ditaduras*).

Foi nessas três direções que procuramos, a partir de 1974, desenvolver o nosso trabalho sobre a teoria poulantziana do Estado capitalista. Em 1977, partindo das análises de Vítor Nunes Leal (*Coronelismo, enxada e voto*) e de Raymundo Faoro (*Os donos do poder*), procuramos, com a ajuda do esquema poulantziano, reformular o conceito de “coronelismo”. Desse trabalho, resultou a caracterização do “coronelismo”, não como um fenômeno “arcaico”, mas como um fenômeno típico de formações sociais já capitalistas (ou em processo de transição para o capitalismo): as práticas “coronelistas” seriam, nos seus efeitos políticos mais gerais, a expressão de uma articulação complexa entre o Estado capitalista já existente, organizado sob forma democrática, e relações de dominação pessoal (pré-capitalistas, subsistentes em certas áreas, especialmente rurais). Esse ponto de vista foi exposto em um artigo de 1977, *Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação*, publicado em *Estudos Rurais Latinoamericanos* no nº 3, setembro/dezembro de 1978, e republicado em *Escrita/Ensaio* nº 9, janeiro de 1982.

Do mesmo modo que o trabalho sobre o “coronelismo”, também o artigo *A democracia burguesa e a luta proletária*, publicado na revista *Teoria & Política* nº 2, 1981, destinava-se a preencher um espaço vazio da teorização poulantziana. O autor conceituara, em *Pouvoir politique et classes sociales*, a forma democrática de Estado capitalista; porém, não abordara a questão – bastante polêmica – da gênese da democracia capitalista. Assim, propusemo-nos a enfrentar tal questão; de nossa reflexão resultou a caracterização da formação da democracia

capitalista como um “processo sem sujeito” (expressão de Althusser), cujo resultado não corresponde nem a um projeto político da burguesia, nem a um projeto político das classes trabalhadoras. Na verdade, a formação da democracia resultaria do entrecruzamento, na luta, dos objetivos de uma e de outra.

Também o artigo Do Marx de 1843-1844 ao Marx das obras históricas: duas concepções distintas de estudo, publicado em Teoria & Política, no n.º 5/6, de 1984, destinava-se a preencher uma lacuna de Pouvoir politique et classes sociales. Althusser havia estabelecido, no plano filosófico geral, um “corte epistêmico” entre as obras da juventude de Marx e as suas obras da maturidade. Poulantzas, com base em Althusser, rejeitou, em Pouvoir politique et classes sociales, as obras políticas da juventude, como A Questão Judaica, Introdução à Crítica da Filosofia do Direito Hegeliano, A Crítica do Estado Hegeliano, considerando-as pré-marxistas. Fez isso, entretanto, sem analisar de modo detalhado e sistemático a concepção de Estado presente em tais obras.

Para tanto, decidimos realizar essa tarefa, fazendo uma comparação da concepção de Estado presente no Hegel de Princípios de Filosofia do Direito com a concepção de Estado presente nas obras políticas da juventude de Marx. Desse trabalho, resultou a tese segundo a qual a concepção hegeliana de Estado – que expressa a problemática da “separação entre o Estado e a sociedade civil” – ainda está presente nas obras da juventude de Marx, que, no entanto, se apresentam como trabalhos de crítica ao pensamento político hegeliano. Já uma concepção nova e efetivamente marxista do Estado se manifestaria em um texto como o Manifesto Comunista, onde a problemática da “separação entre o Estado e a sociedade civil” cederia o lugar à problemática da “relação entre o Estado e as classes proprietárias”. Desse modo, chegávamos à mesma conclusão de Althusser e Poulantzas; porém, faríamos isso com base numa comparação entre as teses dos Princípios de Filosofia do Direito de Hegel, as obras políticas da juventude de Marx e alguns dos seus textos posteriores (as obras históricas).

Outros textos, publicados na década de 1980, refletiam a nossa segunda preocupação: a de reter algumas das formulações de Pouvoir politique et classes sociales e esclarecer alguns de seus pontos obscuros. Em O Conceito de Estado burguês: direito, burocratismo e representação popular, publicado em 1982 nos Cadernos do IFCH, n.º 1 da nova série, apresentamos o conceito poulantziano de Estado capitalista com algumas retificações e esclarecimentos. Mencionemos duas delas: em primeiro lugar, eliminamos a flutuação da análise poulantziana da relação entre Direito e Estado no modo de produção capitalista, e passamos a considerar o Direito como parte orgânica da estrutura do Estado capitalista; em segundo lugar, representamos a função estatal de representação da unidade dos indivíduos cidadãos através do Povo/Nação, especificando que o desempenho dessa função implica a frustração cotidiana da emergência de classes sociais “para si”, isto é, de coletivos fundados numa posição comum no processo social da produção. Esclareceu-se que essas e outras retificações foram realizadas com o intuito de reforçar, e não de contestar, a teoria poulantziana do Estado capitalista.

No livro Democracia, publicado pela Editora Ática em 1978, abordamos, de um lado, dois temas não tratados em Pouvoir et classes sociales: uma definição geral da forma democrática de Estado, a ser articulada à teoria do Estado em geral, e uma caracterização da forma democrática de Estado peculiar a cada tipo particular de Estado (escravista, feudal, socialista). De outro lado,

procuramos retificar o conceito poulantziano de forma democrática de Estado capitalista. Preservando a relação de forças entre burocracia e legislativo como critério para diferenciar o Estado capitalista democrático do Estado capitalista ditatorial, operamos, entretanto, de modo diferente com esse critério: ao invés de opor uma situação extrema de domínio do Legislativo sobre a Burocracia (Estado democrático) à outra de domínio da Burocracia sobre o Legislativo (Estado ditatorial), como Poulantzas, sustentamos que a variação na relação de forças entre Burocracia e Legislativo tem como limite máximo a participação efetiva (e não o domínio) do Legislativo no processo decisório estatal (Estado democrático), e como limite mínimo a não-participação do Legislativo naquele processo (Estado ditatorial).

Resta tratar da terceira direção de pesquisa possível para uma investigação acerca da teoria poulantziana do Estado capitalista: o teste histórico da eficácia dessa teoria. Esta direção de pesquisa canalizou uma grande parte de nossa energia intelectual no período de 1975-1982. Como o esquema poulantziano nos parecia resistir a toda argumentação teórica contrária, demonstrava-se, além disso, capaz de assimilar retificações e esclarecimentos. Concluímos, então, que se impunha testar a aplicabilidade da teoria poulantziana do Estado capitalista na análise da formação social brasileira. Foi desse modo que voltamos a projetar uma pesquisa sobre a história política do Brasil. Desta vez, porém, o percurso para a definição dos projetos de pesquisa foi diferente do percurso para a definição dos projetos anteriores. A escolha do tema da classe média brasileira resultou concomitantemente de nossa preocupação com os “problemas nacionais” e de nosso interesse crescente desde o nosso contato com a economia da CEPAL, pela história política do Brasil. Agora era, antes de mais nada, o compromisso com as teses e conceitos de *Pouvoir politique et classes sociales* que nos empurrava para um teste de eficácia histórica da teoria, a ser realizado, evidentemente, no terreno onde nos sentíamos mais seguros: o da história política do Brasil. Animava-nos também o fato de terem sido realizadas, no Brasil, poucas análises concretas de inspiração poulantziana. Nessas circunstâncias, a história política do Brasil nos parecia como um imenso campo de provas para a teoria poulantziana do Estado capitalista. Assim nasceu o nosso projeto de pesquisa sobre o processo de formação do Estado capitalista no Brasil.

Assim nasceu o nosso projeto de pesquisa sobre o processo de formação do Estado capitalista no Brasil. Inicialmente, fixamos dois objetivos para a pesquisa:

- a) A caracterização do momento histórico – 1822, 1889, 1930 – de formação do Estado capitalista no Brasil;
- b) A definição da particularidade do Estado (dominante) capitalista recém-formado.

Em seguida, passamos a pensar que a detecção da presença, a partir de um certo momento histórico, do Estado capitalista no Brasil, era inseparável da caracterização do processo de lutas que levaram à sua formação. O processo de formação do Estado capitalista no Brasil era, ao mesmo tempo, o processo de transformação do tipo de Estado anteriormente existente; e esse processo de transformação histórica devia ser explicado, caso contrário, a detecção da presença do Estado capitalista num momento histórico determinado apareceria como uma operação excessivamente abstrata e de natureza primária.

Chegamos, assim, a inserir nossa pesquisa dentro da problemática marxista da Revolução política burguesa. Tal problemática implicava a análise da transformação da superestrutura (jurídico-política), no seu relacionamento com uma causa remota de ordem infraestrutural (o

desenvolvimento das forças produtivas) e com uma causa imediata de ordem sociopolítica (a luta de classes), bem como nas suas repercussões de ordem infraestrutural (a implantação de novas relações de produção) e de ordem sociopolítica (emergência de novas classes sociais, redefinição do bloco no poder).

Esclarece-se que a incorporação da problemática marxista da Revolução política burguesa não exigia o abandono da problemática poulantziana dos tipos de Estado (escravista, feudal, capitalista); era possível compatibilizá-las, como Poulantzas tentara demonstrar nas suas breves análises constantes de *Pouvoir politique et classes sociales*, sobre três casos históricos de Revolução burguesa: a inglesa, a francesa e a alemã.

Assim, lançamos-nos, paralelamente ao reexame incessante das teses de Poulantzas, à leitura de trabalhos de historiadores marxistas como Christopher Hill e Albert Soboul, autores, respectivamente, de ensaios sobre a Revolução Inglesa de 1640 e a Revolução Francesa de 1789.

A leitura desses trabalhos foi de grande importância no processo em que já estávamos envolvidos, de definição de hipóteses de trabalho para a nossa pesquisa. Uma das teses essenciais de ambos os autores era a de que o motor da Revolução política burguesa – a inglesa para Hill, a francesa para Soboul – não era a luta da burguesia ascendente contra a nobreza feudal, e sim a luta das classes camponesas dependentes, pequenos proprietários rurais, artesãos, contra a “ordem social” feudal. Para ambos os autores, a burguesia mercantil existente – a única possível nos limites de uma sociedade feudal – achava-se comprometida com a ordem social vigente; por isso, limitava-se a propor, nas melhores das hipóteses, reformas políticas que melhorassem sua posição dentro de tal ordem.

Seria desarrazoado supor que tal burguesia, de cunho pré-capitalista, pudesse lutar pela derrubada da ordem social, quando os seus interesses de classe, inclusive os de longo prazo, empurravam-na na direção contrária.

Esclarece-se que cada um desses dois autores operava com essa tese na análise de um processo histórico particular de Revolução política burguesa (a inglesa, a francesa); e nenhum dos dois conferia explicitamente a tal tese um caráter teórico mais geral, isto é, o estatuto de traço regular da Revolução política burguesa em geral (e, portanto, presente em todas as Revoluções políticas burguesas). A reflexão sobre esses trabalhos nos levou a concluir que era possível generalizar a tese que confere às classes populares o papel de “motor” da Revolução política burguesa, e que, uma vez acatada a condição de lei da Revolução política burguesa em geral, tal tese poderia ser testada na análise de outro processo histórico particular de Revolução política burguesa: o brasileiro.

Ressalve-se que, instruídos pela leitura dos textos de Poulantzas, detectamos logo a falha de um elemento teórico nas análises de Hill e Soboul: os conceitos de tipo feudal de Estado e de tipo capitalista de Estado (cada um deles se especificando por uma estrutura e uma função particulares). Essa lacuna tinha uma considerável repercussão prática sobre as quais as análises de ambos se deparavam: impedia-os de caracterizar com rigor a natureza da transformação superestrutural ocorrida, de cotejá-la no seu conteúdo com os móveis da ação revolucionária, e de avaliar com justeza as repercussões, de médio e longo alcance, dessa transformação superestrutural. Não queremos, com essa ressalva, afirmar que tal lacuna levasse Hill e Soboul a

fazerem análises históricas visceralmente incorretas. Porém, ela era responsável pela imprecisão de suas formulações nos terrenos da análise acima apontada.

Concluímos, assim, com a satisfação pessoal de marxistas, que estávamos logrando ligar a “tradição” (historiadores dos PCs europeus) a uma corrente inovadora (marxismo althusseriano), de modo que a problemática marxista clássica da Revolução política burguesa e a problemática poulantziana dos tipos de Estado eram absolutamente complementares. Dizemos em melhores palavras: parecia-nos que só o recurso à teoria poulantziana do Estado capitalista permitiria que a análise marxista da Revolução burguesa se tornasse mais precisa.

Foi, portanto, sob a inspiração simultânea da tese central daquela corrente de historiadores marxistas (as classes populares como “motor” da Revolução burguesa) e da teoria poulantziana do Estado capitalista, que iniciamos nossa pesquisa sobre a formação do Estado capitalista no Brasil.

Em 1979, escrevemos um primeiro artigo sobre o tema: A participação das massas brasileiras na revolução antiescravista e antimonárquica, publicado em 1981 pela Revista Brasileira de História (n.1). Esse artigo já apresentava sinteticamente teses que exporíamos de modo mais desenvolvido, três anos mais tarde, em nossa tese de livre-docência.

Em primeiro lugar, a formação do Estado capitalista (identificada com a Revolução política burguesa) no Brasil ocorreria entre 1888 e 1891 (e não, como era comumente afirmado, em 1822 ou 1930), desdobrando-se em três etapas: a abolição da escravidão, a Proclamação da República e a Assembleia Constituinte. Em segundo lugar, a articulação entre a classe média emergente (enquanto elemento coordenador) e os trabalhadores escravos (enquanto elemento de massa) forneceria o “motor” da Revolução política burguesa no Brasil.

Por volta de 1978/79, subsistia entre nós um ponto obscuro em nossa análise: qual seria a natureza da formação social brasileira no momento histórico em que ocorreu a formação do Estado capitalista? Tal formação seria escravista? Ou ela seria capitalista? Finalmente, seria ela “uma formação social de transição”?

Naquele momento, nossa resposta para tais questões era ambígua. De um lado, reconhecíamos que o Estado imperial e as relações de produção eram predominantemente escravistas; de outro, ponderávamos que a economia escravista imperial se articulava sob a dominação do capital (mercantil). A ponderação simultânea desses dois aspectos nos levava a colocar provisoriamente em suspenso a questão da natureza da formação social brasileira. Ficava claro que a suspensão desse problema crucial não nos satisfazia: ela era encarada como uma atitude provisória, a ser superada com o avanço da investigação teórica e histórica. À vista disso, propusemos duas tarefas urgentes. No campo dos estudos teóricos, tínhamos de examinar minuciosamente as diferentes concepções marxistas sobre o processo histórico de transição para o capitalismo. No campo dos estudos históricos, tínhamos de aprofundar nosso conhecimento da formação social do Brasil Império.

Para realizar de modo mais eficaz a primeira tarefa, decidimos solicitar ao Prof. Albert Soboul a nossa inscrição, como estagiários, no Instituto de Estudos da Revolução Francesa, filiado à Universidade de Paris - Sorbonne e por ele coordenado. Soboul estivera envolvido, nos anos 50 e 60, no amplo debate travado entre historiadores marxistas sobre a transição do Feudalismo para

o capitalismo. Participar do centro de estudos de Soboul significava, para nós, ter acesso a uma discussão teórica atualizada sobre o tema. Em São Paulo, esse debate era pouco intenso, não porque os textos teóricos fossem desconhecidos (discutia-se as passagens de *O Capital* sobre o assunto, uma parte do debate entre historiadores marxistas sobre a transição do feudalismo para o capitalismo havia sido publicada, as formulações sobre a transição para o modo de produção capitalista, apresentadas por Balibar em *Ler o Capital*, já eram conhecidas), e sim, porque a orientação teórica predominante implicava definir o Brasil, da Colônia até o fim do Império, como uma sociedade já capitalista, com a ressalva de que se tratava do capitalismo em sua fase mercantil, pré-industrial. Nessa orientação teórica, ficavam relegados a um segundo plano não só a problemática marxista da revolução política burguesa, como também o trabalho de periodização histórica.

Chegando a Paris em agosto de 1979, pudemos rapidamente aquilatar as possibilidades de trabalho intelectual que se nos abriam. O contato pessoal com Soboul se revelou desde logo precioso, dado o seu domínio sobre vasta bibliografia (não só livros, como também revistas marxistas ou históricas) acerca do tema da transição para o capitalismo. Além disso, alguns discípulos de Soboul (menção a André G. Marchand, Florence Gautier, Elizabeth Guibert) vinham se empenhando, nos seus livros e artigos, em conferir maior rigor e densidade teórica às análises sobre a Revolução Francesa. Munidos dessas informações, pudemos implementar, ao longo de um ano de estudos, um programa de leituras que incluía a íntegra do debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo (textos de Sweezy, Dobb, Soboul, Takahashi, Prochac, etc.), textos sobre a Revolução Francesa claramente comprometidos com a problemática da transição, artigos sobre a variação das formas de transição para o capitalismo, publicados em *Recherches Internationales à la lumière du marxisme*, livros e artigos sobre uma outra transição (aquela do escravismo ao feudalismo), etc. Mas não nos foram de grande utilidade as sessões semanais, na Sorbonne, do Instituto de Estudos da Revolução Francesa. O próprio Soboul nos advertiu, ao chegarmos, que os pesquisadores ali congregados giravam, na sua maioria, essencialmente em torno de um “positivismo” (expressão de Soboul), ou seja, voltados para estudos monográficos de cunho empírico sobre a Revolução Francesa. Assim, raras vezes as exposições dos pesquisadores e as discussões subsequentes se elevaram a um nível teórico mais elevado (foram exceções os seminários de Gauthier, Guibert e LeMarchand).

O estudo da questão teórica e histórica da transição para o capitalismo foi de grande proveito e teve consequências visíveis para o encaminhamento de nossa pesquisa. Apoiados na concepção sobre a transição para o capitalismo, presente em “estado prático” nas obras de Christopher Hill, Albert Soboul, Boris Porchnev e Perry Anderson (entre outros), adquirimos segurança suficiente para criticar as formulações teóricas de Balibar e Poulantzas sobre a transição para o capitalismo, sem, no entanto, abandonar o conceito balibariano de modo de produção ou o conceito poulantziano de Estado capitalista. Melhor dizendo, tornamo-nos refratários à proposta, presente em Balibar e em Poulantzas, de que se devesse buscar a caracterização teórica, respectivamente, de “formas econômicas de transição” (a manufatura) e de “formas políticas de transição” (o Estado absolutista). À luz das análises empreendidas pelos historiadores marxistas europeus, concluímos que tais formas eram, tão somente, “formas evoluídas” contidas nos limites do modo de produção anterior (o feudal); valia dizer, formas próprias para fenômenos de desenvolvimento das forças produtivas, da luta de classes cabíveis no modo de produção feudal.

Em nossa visão, a transição para o capitalismo não se implantava, portanto, com a emergência de formas econômicas e políticas de transição (no caso do feudalismo, a manufatura), e sim, com a derrubada do Estado pré-capitalista (no caso do feudalismo, o Estado feudal – absolutista) e a sua substituição pelo Estado burguês ou capitalista. Como só este tipo de Estado podia criar as condições jurídico-políticas indispensáveis à implantação de relações de produção capitalistas, concluíamos que, no processo de transição para o capitalismo (como, de resto, em todo e qualquer processo de transição de um modo de produção a outro), a transformação da “superestrutura” (Estado) se antecipava à transformação da “infraestrutura” (relações de produção). A caracterização de uma defasagem entre a transformação “superestrutural” e a transformação “infraestrutural” – com antecipação da primeira em relação à segunda – não implicava, para nós, a negação da tese marxista clássica do primado, em última instância, do “fator econômico” (para usar a expressão de Engels em sua carta a J. Bloch) sobre os demais “fatores”; exigia, apenas, a sua formulação em termos distintos daqueles empregados por Louis Althusser em *Pour Marx*. Isto é, não se poderia falar, na análise teórica do modo de produção, de uma instância particular que fosse determinante em última instância (o econômico: as relações de produção), já que as diversas instâncias de um modo de produção mantinham entre si uma relação de condicionamento recíproco, e não uma relação hierarquizada de causalidade unívoca. O “fator econômico” em última instância determinante seria, não do funcionamento reprodutivo de um modo de produção, e sim, do “curso da história” (para usar a expressão de Engels), ou seja, da transição de um modo de produção a outro. Mais ainda: tal “fator” não seria as relações de produção, e sim o desenvolvimento das forças produtivas. Este desenvolvimento “econômico” provocaria um desenvolvimento “político” – isto é, da luta de classes –, o qual culminaria com a transformação da “superestrutura” (substituição de um tipo de Estado, correspondente ao modo de produção anterior, por um novo tipo de Estado, capaz de viabilizar a transformação da “infraestrutura”). Assim, o desenvolvimento das forças produtivas (“fator econômico”) seria o fator em última instância determinante da transformação histórica; enquanto o desenvolvimento da luta de classes (“fator político”) seria o fator imediatamente (em primeira instância) determinante da transformação histórica.

Esclarece-se que, ao realizarmos essa reformulação teórica, estávamos basicamente buscando, com apoio nas análises dos historiadores marxistas europeus (veja-se, por exemplo, o que o russo Joseph Koulischer argumenta sobre o caráter pré-capitalista da manufatura, ou o que Boris Porchnev e Perry Anderson sustentam sobre o caráter feudal do Estado absolutista), aplicar às formulações teóricas de Balibar e de Poulantzas sobre a transição para o capitalismo a própria teoria balibariana (encampada, nas suas linhas gerais, por Poulantzas) do modo de produção. Tanto Balibar quanto Poulantzas definem a estrutura jurídico-política (Estado) capitalista como parte das “condições gerais da produção capitalista”, devendo concluir que é o Estado capitalista (e não um “Estado de transição”) o tipo de Estado que viabiliza a transformação capitalista da estrutura econômica (relações de produção). Ao fazerem isso, ambos deslizam para uma postura de desvalorização prática da problemática da Revolução política burguesa. Essa postura é mais flagrante em Poulantzas: no seu *Pouvoir politique et classes sociales*, esse autor se mostra incapaz, na análise de três “revoluções burguesas” (inglesa, francesa, alemã), de circunscrever com rigor o lugar e a função da formação do Estado capitalista no processo geral de transição para o capitalismo.

Assim, se resolvia uma importante questão teórica de nossa pesquisa. Porém, subsistia ainda um problema histórico a resolver: qual a natureza da formação social que ocorreria, entre 1888 e 1891, a formação do Estado capitalista no Brasil? Partimos para nosso estágio parisiense sem termos resolvido essa questão. Já tínhamos feito leituras básicas sobre o tema e obtivemos, através de duas monitorias de pesquisa, alguns dados históricos que nos pareciam necessários ao tratamento da questão.

Em Paris, onde poderíamos combinar, de forma sistemática, os recursos próprios da análise dos dados que havíamos coletado, pelo programa de estudos sobre a transição para o capitalismo e pela leitura de alguns textos estratégicos sobre a escravidão nas sociedades coloniais. Dentre estes, os mais importantes eram o recém-publicado *O escravismo colonial*, de Jacob Gorender, e *A economia política da escravidão*, do norte-americano Eugène Gonovese.

Com a leitura dessas obras, estávamos agora diante de uma questão decisiva para a orientação teórica geral da pesquisa. Já tínhamos uma ideia razoavelmente clara acerca de cada configuração do processo de transição para o capitalismo; mas só havíamos testado essa ideia na reflexão – sempre mediada pela bibliografia europeia – sobre um caso particular de transição para o capitalismo: a transição do feudalismo ao capitalismo. Tínhamos agora de responder à pergunta: que tipo de formação social se transitaria, no Brasil, para o capitalismo?

O livro de Genovese afirmava, com apoio na análise do sul dos EUA no século XIX, a possibilidade de um autêntico modo de produção escravista nos tempos modernos. A obra de Gorender, seguindo na linha das análises pioneiras de Ciro Flammarion Santana Cardoso, apresentava-nos, com um nível de sistematicidade e rigor conceitual já mais vistos, uma teoria completa do modo de produção escravista colonial, dotado de leis próprias e irredutíveis ao escravismo antigo.

A leitura dessas obras no contexto parisiense produziu em nós um grande impacto; melhor dizendo, um impacto consideravelmente maior que aquele que teríamos sentido no contexto paulista. No ambiente intelectual paulista, claramente favorável à caracterização do Brasil colonial e imperial como uma sociedade capitalista comercial acolhida a tais obras – e, sobretudo, ao livro de Gorender – havia sido bastante reservada. Já o contato, em ambiente parisiense, com a tradição historiográfica marxista europeia (sempre preocupada com a variedade de modos de produção e com a sua sucessão, e não apenas com o modo de produção capitalista) preparou-nos para um exame atento de tentativas de conceituação de outros modos de produção, distintos do modo de produção capitalista. A esse respeito, lembra-se a importância conferida pela historiografia marxista europeia (por exemplo, os colaboradores da *Revue internationale de la lumière du marxisme*) à análise da emergência da “segunda servidão”, articulada ao desenvolvimento das trocas com o Ocidente, na Europa Oriental.

A leitura desse rico material bibliográfico suscitava, entre os pesquisadores às voltas com a reemergência do trabalho escravo nas sociedades coloniais à época moderna, a interrogativa: não teria existido, na época moderna, paralelamente à “segunda servidão”, um “segundo escravismo”? Por tudo isso, havia na Paris de 1979-1980, entre os pesquisadores brasileiros, um clima amplamente favorável à discussão em nível acadêmico das teses de Gorender (e, conseqüentemente, das de Genovese).

Assim, dedicamos uma parte de nosso tempo ao estudo sistemático do livro de Gorender, bem como dos trabalhos de estudiosos do escravismo, como Genovese, Ciro Flammarion Santana Cardoso (escravismo moderno), Moses Finley e Blaer Mann (escravismo antigo). Desse estudo, resultou a convicção de que tinha fundamento a proposição do conceito de “modo de produção escravista colonial” (Gorender). Ao mesmo tempo, compreendemos que, para articular harmonicamente tal conceito à nossa perspectiva teórica geral (o conceito de “modo de produção” presente em Althusser e em Balibar), teríamos de ampliar tal conceito.

Gorender, Santana Cardoso e, em certa medida (isto é, mais no plano teórico do que na análise concreta), Genovese identificavam o modo de produção com a estrutura econômica (relações de produção e forças produtivas). De nossa parte, deveríamos transformar a estrutura jurídico-política (Estado) em parte do conceito de “modo de produção”, de modo a indicar com precisão a relação orgânica – de condicionamento recíproco – existente entre tal estrutura e a estrutura econômica. Só procedendo dessa forma estaríamos encarando, efetivamente, o Estado escravista como “parte das condições gerais da produção escravista”. Também concluímos que só a detecção da interação orgânica – contraditória com qualquer relação de causalidade unívoca – entre a estrutura jurídico-política e a estrutura econômica nos permitiria definir a especificidade do modo de produção escravista colonial (vale dizer, moderno) em relação ao modo de produção escravista antigo.

Ainda que com cautelas e ressalvas, Gorender sugeria que tal especificidade se situaria no plano da estrutura econômica: a economia escravista colonial (moderna) teria um caráter mercantil, enquanto a economia escravista antiga teria um caráter natural. Ora, nossas leituras sobre o escravismo antigo e os resultados obtidos por incessantes trabalhos arqueológicos na área mediterrânea, na Ásia Menor e no Norte da África, indicavam que as grandes economias escravistas antigas tinham evoluído sem que se modificasse a natureza das relações de produção, de um estágio natural para um estágio mercantil (exemplo: a produção em larga escala, e não para o consumo doméstico, de vinho, azeite e utensílios de cerâmica).

Impunha-se, assim, rever a caracterização apresentada por Marx, nos Grundrisse, das economias antigas como sistemas econômicos voltados para a produção de “valores de uso”. Mas, neste caso, o que restaria da especificidade do modo de produção escravista moderno diante do modo de produção escravista antigo? Tínhamos uma resposta para essa questão: o elemento específico poderia ser encontrado no terreno da estrutura jurídico-política. O Estado escravista antigo implementava políticas expansionistas (conquista incessante de mais terras e mais escravos) e, nessa medida, desempenhava um papel ativo no processo de reabastecimento do sistema produtivo com trabalhadores; era, em suma, um Estado escravista “apresador”, que legitimava, através do direito, não só a escravidão existente, mas também as atividades de escravização de novos elementos. Já o Estado escravista moderno não poderia ter essa característica, pois emergira no mesmo momento histórico em que as formações sociais feudais da Europa entravam em processo de mercantilização acelerada, e buscavam ampliar, com apoio na sua potência política e militar, todas as oportunidades surgidas em escala mundial – de lucro comercial. Em suma, o Estado escravista moderno não pode ser um Estado expansionista e “apresador”, pois a atividade de reabastecimento da economia escravista com trabalhadores caiu basicamente nas mãos do capital mercantil (tráfico de escravos).

Nessa medida, foi um Estado legitimador da escravidão existente, porém não legitimador das atividades de escravização, pela via política e militar, de novos contingentes humanos.

Chegamos, assim, a definir, nos termos acima mencionados, as posições teóricas indispensáveis ao tratamento da questão da formação do Estado capitalista no Brasil: concepções determinadas sobre o modo de produção, transição de um modo de produção a outro, processo de transição para o capitalismo, modo de produção escravista moderno. Tal definição foi o resultado do trabalho intenso por nós desenvolvido durante nossa estadia em Paris. Sentíamos, agora, preparados para intensificar (já a havíamos começado) a pesquisa histórica. De volta ao Brasil, continuamos esse trabalho e, no primeiro semestre de 1982, concluímos a redação de nossa tese de livre-docência: *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Ela foi defendida na Unicamp, em junho de 1983, e publicada como livro, em 1985, pela editora Paz e Terra.

Façamos uma breve menção aos resultados alcançados na pesquisa. As conclusões mais gerais do trabalho nos parecem, ainda hoje, corretas:

a) A formação social do Brasil Império é predominantemente uma formação social escravista moderna;

b) A formação do Estado burguês (capitalista) no Brasil se configura, por isso, como um processo de substituição do Estado escravista moderno pré-existente, ocorrendo entre 1888-1891;

c) Esse processo – a Revolução Política burguesa – desdobra-se em três etapas:

1. A abolição da escravidão,
2. A Proclamação da República,
3. A Assembleia Constituinte;

d) O “motor” dessa Revolução Política burguesa é constituído não por qualquer fração ou segmento das classes dominantes, mas pelas classes trabalhadoras, cabendo nesse processo aos trabalhadores de classe média o papel dirigente e aos trabalhadores escravos do campo o papel principal;

e) A formação do Estado burguês inicia a transição para o capitalismo no Brasil e cria as condições jurídico-políticas necessárias à implantação, à difusão e – no longo prazo – ao estabelecimento da predominância das relações de produção capitalistas no Brasil.

Pensamos que essas teses são plausíveis, mas reconhecemos que seria possível estender a sua comprovação mediante a apresentação de outros elementos empíricos que não estão presentes no trabalho. Se não o fizemos a seguir, é porque essa tarefa – justificada por alguns novos estudos monográficos – fugia ao nosso projeto intelectual. Não somos especialistas em História do Brasil; tínhamos, basicamente, como objetivo, com o nosso trabalho, instaurar nos estudos históricos sobre o Brasil uma nova problemática teórica: a da formação do Estado capitalista, na sua articulação com a problemática teórica da transição para o capitalismo.

Pensávamos que o nosso esforço – porém não os resultados – era análogo ao esforço dispendido por Poulantzas na preparação de *Fascismo e Ditadura*; ou o esforço de Charles Bettelheim na preparação de *A Luta de Classes na URSS*. Nem Poulantzas, nem Bettelheim eram

historiadores de ofício; por isso, o esforço dispendido na preparação dessas obras resultou prioritariamente na instauração de novas problemáticas teóricas nos estudos, respectivamente, sobre o fascismo e sobre a União Soviética.

A partir, sobretudo, da publicação de nosso livro, envolvemo-nos em um trabalho de divulgação – através de palestras, seminários, comunicações, participações em mesas-redondas, etc. – das teses ali contidas. No biênio 1988-89 – anos de comemoração dos centenários, respectivamente, da abolição e da Proclamação da República – redigimos, sob encomenda, cinco artigos sobre o tema de nosso livro. Destes, até hoje, dois foram publicados e um terceiro foi aceito formalmente para publicação por uma editora. Se o fizemos por encomenda (isto é, compelidos por um impulso externo), é porque, continuando a sustentar as mesmas teses, não víamos nenhuma razão – salvo os imperativos da divulgação – para voltar por escrito ao tema.

Não podemos dizer que tais artigos apresentem novidades; eles reproduzem, no fundamental, as teses mais gerais contidas em nosso trabalho de livre-docência. Todavia, a reapresentação das mesmas ideias sempre permite que o autor agregue à exposição um ou outro elemento original, que dê maior clareza a certas formulações e explore novos ângulos de análise das questões já tratadas; e tudo isso, mesmo no caso de o autor se manter basicamente fiel às ideias iniciais. Essas possibilidades podem ser aproveitadas sobretudo quando os novos textos não se destinam basicamente a apresentar uma síntese das teses contidas no trabalho original, mas sim, a tratar de modo enfático – como foi o caso de nossos artigos – uma ideia particular constante desse trabalho.

Assim, no artigo A abolição como etapa fundamental da transformação burguesa do Estado no Brasil, sustentamos com mais ênfase a existência de uma unidade entre os processos históricos de abolição da escravidão, de Proclamação da República e de elaboração de uma constituição republicana, enquanto etapas do processo de substituição do Estado escravista pelo Estado burguês. Além disso, criticamos de modo mais insistente a tendência, por parte da bibliografia histórica, a tratar em separado a questão da abolição e a fazer uma análise compartimentada (que chega, no máximo, a apresentar razões casuais) do processo unitário, transcorrido entre 1888 e 1891, de transformação da “superestrutura”. (Esse artigo, escrito em 1988 para o Colóquio comemorativo dos 100 anos da Abolição, realizado na Unicamp, não foi publicado).

Já o artigo A Revolução Francesa e a formação do Estado burguês no Brasil, publicado em 1990 como parte do livro de Oswaldo Coggiola (org.), A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina, expõe uma operação analítica ausente em nosso trabalho de livre-docência: uma comparação sistemática – que vai além das breves sugestões nesse sentido, contidas em nosso livro – entre dois processos históricos de formação do Estado burguês, o francês e o brasileiro. Essa operação é um desdobramento puro de nossas posições teóricas iniciais; interessou-nos a sua realização, pois ela nos permite indicar a regularidade – pouco visível aos pesquisadores convencidos da singularidade absoluta do processo histórico brasileiro – da configuração dos fenômenos da Revolução Política Burguesa.

O ensaio A contestação à ordem monárquica, aceito para publicação como capítulo da obra coletiva Anatomia de uma terra dominada (Editora UNIUERTA), permitiu-nos dar algum desenvolvimento à análise de certas manifestações ideológicas do Brasil Império. Nele,

abordamos, com apoio no exame de documentos políticos da época, os significados conferidos por diferentes classes sociais à expressão “ordem monárquica”, bem como as diferenças (de classe) no modo de se contestar a “Monarquia”. A pequena intervenção, intitulada República, no debate por escrito sobre a Proclamação da República organizado pela revista Resgate (Centro de Memória da Unicamp), deu-nos a oportunidade de criticar as análises históricas que qualificam a Proclamação da República como um puro golpe militar, encarando-a como a primeira de uma série de intervenções do grupo militar na vida política brasileira. Nesse pequeno texto, rerepresentamos, talvez de um modo mais acessível (e mais resumido), as razões da participação militar no processo de derrubada do Estado escravista e de implantação do Estado burguês no Brasil.

Hoje, cremos que está encerrado o nosso ciclo de pesquisa sobre a formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891). Isso significa que deixamos de lado esse assunto em nossas pesquisas atuais e que não pensamos em retomá-lo em um futuro próximo. Essa decisão tem dois motivos. O primeiro, de ordem pessoal, resulta de um balanço da nossa evolução como pesquisadora de ciência política: continuar o trabalho sobre esse tema representaria um redimensionamento da nossa atividade de pesquisa, o que provavelmente causaria uma diminuição de nossa satisfação intelectual, gerando, conseqüentemente, obstáculos psicológicos ao aprofundamento do trabalho.

O segundo motivo, se não for uma mera “racionalização” da defesa dos nossos interesses pessoais (a busca pela satisfação psicológica), está relacionado com o estado da pesquisa em ciência política e em “sociologia histórica” no Brasil. Aqui, uma especialização excessiva – que implicaria uma dedicação permanente, isto é, por algumas décadas, de um pesquisador a um mesmo tema – seria socialmente contraproducente. A escassez de pesquisas acadêmicas sobre grandes temas políticos e históricos torna um desperdício toda atitude de “fidelidade” permanente do pesquisador ao “seu” tema. Se essa atitude é normal na via acadêmica inglesa, francesa ou norte-americana (onde se costuma estender a rede de pesquisadores para cobrir todos os grandes temas, e os pesquisadores de cada grande tema se contam às dezenas, quando não às centenas), ela implica mau aproveitamento dos recursos humanos em um contexto como o nosso.

Por esses dois motivos, a melhor opção, tanto do ponto de vista da satisfação individual quanto das exigências objetivas da produção intelectual no país, talvez seja, para cada pesquisador, a combinação de alguma especialização com a prática moderna do deslocamento para novos temas.

Desse modo, nosso empenho será de buscar a eficácia histórica da teoria poulantziana ao estudar o Estado capitalista, que nos últimos anos tem nos ajudado a buscar novos campos de provas e novos objetos. Em 1988, redigimos o artigo O processo político brasileiro, da 'abertura' à nova república: uma 'transição para a democracia' (burguesa)?, publicado na revista Teoria & Política, n. 9. Nesse texto, procuramos aplicar (com algumas modificações) as análises de Poulantzas sobre as formas do Estado capitalista (democracia, ditadura, fascismo) no estudo da forma assumida pelo Estado brasileiro no período de 1974 a 1988. No mesmo ano, escrevemos o artigo Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80, publicado em 1989 pelo IFCH da Unicamp como Caderno “Primeira versão”, n. 2. Nele, operamos com o esquema poulantziano de análise das relações do Estado capitalista com as classes sociais: o Estado

capitalista organiza politicamente as classes proprietárias, construindo a sua unidade e convertendo-as desse modo em um “bloco no poder”; e desorganiza politicamente as classes trabalhadoras, atomizando-as e reintegrando-as ideologicamente num coletivo alternativo, o “Povo-Nação”.

Na aplicação desse esquema teórico ao Estado brasileiro dos anos 70/80, chegamos a duas conclusões principais:

a) O Estado capitalista brasileiro desse período organiza o bloco no poder sob a hegemonia de uma fração particular da classe capitalista, o capital bancário;

b) Tal Estado desorganiza politicamente as classes trabalhadoras por três vias: a pura aplicação do direito capitalista (em si mesmo atomizador), a indução “pelo alto” à corporativização das classes trabalhadoras e a atração da atenção dessas para questões atinentes à esfera “local” do aparelho de Estado.

Quais são as perspectivas de desenvolvimento, daqui para frente, de nosso trabalho no campo da teoria do Estado capitalista? Para responder a essa pergunta, devemos fazer uma distinção entre o aspecto mais geral dessa teoria (o conceito de Estado capitalista) e um de seus aspectos particulares (o conceito de forma democrática de Estado capitalista). Após a livre-docência, procuramos, durante alguns anos, cumprir um programa de atualização científica sobre o aspecto mais geral da teoria do Estado capitalista. Nesse terreno, fizemos a leitura do derradeiro trabalho de Nicolas Poulantzas, *O Estado, o poder e o socialismo* (1977), bem como de textos dos marxistas anglo-saxões (como James O’Connor, Eric Olin Wright e John Urry) e da corrente marxista alemã (Claus Offe, Joachim Hirsch, Elmar Altvater). Tais leituras só nos fizeram avançar, do ponto de vista teórico, num sentido bem particular: elas nos convenceram, indiretamente, de que o conceito de Estado capitalista dotado de maior rigor e eficácia analítica era aquele apresentado por Poulantzas em *Pouvoir politique et classes sociales*. Ora, tal conceito ostentava elevado nível de formalização e acabamento, o que inviabilizava, num certo sentido, a emergência de propostas de desenvolvimento, nos limites fixados por esse conceito, da teoria poulantziana do Estado capitalista (Em nosso texto *O conceito de Estado burguês: direito, burocratismo e representação popular*, já citado, havíamos apenas proposto retificações de pequena monta).

De resto, os seguidores incondicionais de Poulantzas haviam sido desencorajados, pelas formulações do próprio Poulantzas em *O Estado, o poder e o socialismo*, de avançar nessa direção. Nesse texto, Poulantzas, embora não procedesse a nenhuma impugnação teórica explícita, abandonava, na prática, o seu primitivo conceito de Estado capitalista (o direito igualizador dos agentes da produção e o burocratismo como estruturas do Estado capitalista; o “isolamento” e a “representação da unidade” como suas características). Convencidos da justeza do conceito proposto por Poulantzas em *Pouvoir politique et classes sociales*, decidimos, entretanto, após esse programa de leituras, limitar o nosso trabalho nessa área à pura atualização científica. Seriam eventuais pequenos ganhos dessa atividade “desinteressada”, e não o cumprimento de um intenso programa de pesquisa. Fixando como objeto o conceito de Estado capitalista, que nos permitiria daqui por diante introduzir melhorias no esquema teórico poulantziano. Os cursos na Unicamp e as palestras em outras instituições nos forneceram ocasiões propícias à introdução de readequações nesse esquema.

Entre os aspectos particulares da teoria poulantziana do Estado capitalista, dois já atraíam a nossa atenção antes mesmo de iniciarmos nossa pesquisa de livre-docência. O primeiro deles era a teoria poulantziana do “bloco no poder”. Considerávamos que esse conceito era um dos aspectos fundamentais da teorização poulantziana, dada a imprecisão das análises marxistas clássicas, como, por exemplo, O 18 Brumário e As lutas de classes na França, sobre a questão do poder político. Ao mesmo tempo, constatávamos que o conceito de “bloco no poder” – um instrumento precioso para o aprofundamento da análise da dominação política de classe no capitalismo – era suscetível de ser desenvolvido e aperfeiçoado, sobretudo no que concerne a: a) o modo de manifestação concreta (configuração da relação de forças entre ramos do aparelho de Estado? Orientação geral da política de Estado?) da “hegemonia política” no seio do “bloco no poder”; b) a relação entre a “hegemonia política” no seio do “bloco no poder” e a “preponderância econômica” no seio das classes proprietárias; c) a relação entre a “hegemonia” de uma fração da classe dominante no seio do “bloco no poder” (hegemonia no sentido estrito) e a “hegemonia” da classe dominante sobre o conjunto das classes sociais (hegemonia no sentido amplo); d) a relação da variação na forma de Estado e no regime político com a redefinição da “hegemonia política” no seio do “bloco no poder”. A tarefa de enfrentar esses problemas da teorização poulantziana era tentadora; porém, logo compreendemos que ela nos lançaria, caso quiséssemos obter avanços efetivos, num vasto programa de pesquisa com implicações interdisciplinares. Sentimos que, para examinar sistematicamente a bibliografia sobre a estrutura econômica no modo de produção capitalista e sobre as classes sociais no modo de produção capitalista – sem falar da bibliografia sobre a história política do capitalismo –, não poderíamos dar qualquer contribuição efetiva à resolução daqueles problemas e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da teoria poulantziana do “bloco no poder”. É verdade que fizemos uma ou outra leitura em cada um desses terrenos, mas não se pode dizer que tenhamos implementado um verdadeiro programa de pesquisa sobre o tema. Não está descartada a possibilidade de, no futuro, estudarmos com mais profundidade esse tema, mas a concretização dessa possibilidade depende, basicamente, do andamento, daqui por diante, de nossas pesquisas em curso.

Já um segundo aspecto particular da teoria poulantziana do Estado capitalista – o conceito de “Forma democrática de Estado capitalista” – constituiu-se efetivamente para nós, desde o início da década de 1980, em objeto de pesquisa. Já mencionamos anteriormente alguns textos – um livro e um artigo teórico, um artigo voltado para a análise da forma do Estado capitalista brasileiro, na “Nova República”. Cabe agora mencionar o que estamos preparando nesse terreno particular. No campo do teste de eficácia histórica do conceito poulantziano de “Forma democrática de Estado capitalista”, redigimos, em 1990, a versão preliminar ou rascunho de um ensaio, mais próximo do formato de um pequeno livro (120 páginas) do que de um pequeno artigo, sobre “A questão da democracia burguesa no Brasil”.

Na introdução teórica, revisitamos com algumas modificações o conceito poulantziano de democracia e com ele articulamos as análises de T. H. Marshall, do conceito liberal clássico de “cidadania”. No segundo capítulo, apresentamos um esquema geral de evolução da “cidadania” (nos seus aspectos civil, político e social) sob o Estado capitalista brasileiro, desde as origens até a atualidade. No terceiro capítulo, analisamos a configuração dos sistemas partidários brasileiros nas fases democráticas (1889-1930, 1945-1964) e abordamos a questão da relação eventual entre a “fragilidade” de tais sistemas e a propalada instabilidade da democracia burguesa no Brasil. No

último capítulo, à guisa de prognóstico, estudamos a viabilidade da democracia burguesa no Brasil da atualidade e de um futuro próximo. Para torná-lo publicável, pretendemos aperfeiçoar esse ensaio; para tanto, devemos dar maior precisão a certas formulações, corrigir alguns novos dados que conferirão mais força à parte demonstrativa e introduzir mais menções à bibliografia disponível. Acreditamos que esse ensaio será nossa última incursão no terreno do teste de eficácia histórica do conceito poulantziano de “Forma democrática de Estado capitalista”.

Já a reflexão sobre o próprio conceito poulantziano de forma democrática de Estado capitalista deverá ter seguimento. Referimo-nos, anteriormente, ao caráter “aberto” e “abrangente” do esquema teórico poulantziano. Essas características estão claramente presentes na sua teoria das formas do Estado capitalista. Pode parecer um paradoxo a atribuição de tais características ao trabalho teórico de Poulantzas, quando se conhece seu nível de rigor, precisão e formalização (interpretados pelos seus adversários como manifestações de uma postura “escolástica”). O paradoxo, porém, inexistente. São os esquemas de análise “fluidos” que, em geral, configuram-se como sistemas gerais “fechados”, insuscetíveis de experimentar desenvolvimentos. Essa característica não resulta da vontade expressa dos seus criadores, mas do nível insuficiente de formalização dos problemas, que assim permanecem invisíveis aos olhos dos pesquisadores.

Com esse esquema de análise como a teoria poulantziana das formas do Estado capitalista, fixamos, justamente por seu rigoroso caráter, os seus problemas com clareza; e, desse modo, indica aos pesquisadores os caminhos por onde é possível avançar. É sobre alguns “pontos vazios” – claramente visíveis da teorização poulantziana sobre o Estado capitalista democrático que dedicamos, atualmente, uma parte de nosso tempo de trabalho. Nosso projeto de estudo envolve, entre outras coisas, a volta em profundidade a dois temas já tratados em um artigo anterior (A democracia burguesa e a luta proletária) O primeiro deles é papel das classes sociais antagônicas (capital e trabalho assalariado) na formação da democracia burguesa.

Para testarmos com rigor nossa tese acerca desse processo (a formação da democracia burguesa como um “processo sujeito”), estamos cumprindo, de modo regular, um programa de leituras sobre a história das lutas “democráticas” na Europa Ocidental, como o Movimento Cartista e as Revoluções de 1848 na França e na Alemanha (obras de Hobsbawm, E. Thompson, R. Palmer, G. Trevelyan, J. Godechot, F. Ponteil, M. Aguilon, entre outros). O segundo tema é a relação entre o funcionamento da democracia burguesa, já implantada, e os objetivos políticos das classes sociais antagônicas: que vantagens ou desvantagens o funcionamento da democracia burguesa traz para o cumprimento dos objetivos políticos de uma ou outra das classes sociais? Para apurarmos a justeza de nossa tese a esse respeito (as “duas possibilidades” da democracia burguesa), temos, de um lado, de fazer leituras históricas sobre a evolução dos partidos operários nos Estados capitalistas democráticos (trabalho ainda em fase inicial); de outro lado, devemos explorar a argumentação marxista sobre essa questão (textos ou passagens não só de Marx, como também de Lenin, Trotsky e dos austro-marxistas), continuando um trabalho já em curso.

Esse projeto de estudo abrange, também, o tratamento de um terceiro tema, não abordado no artigo já mencionado. Esse tema é: a relação existente entre a variação na forma do Estado capitalista (formação da democracia burguesa, derrubada da democracia burguesa) e o desenvolvimento do conflito entre as classes fundamentais. Será esse conflito ou o conflito no seio

das próprias classes dominantes o elemento determinante daquela variação? Responderemos a essa questão por meio da hipótese de uma articulação entre esses dois tipos de conflito? Para responder a tais perguntas, teremos de cumprir um programa de estudos sobre conjunturas de derrubada do Estado democrático (vale dizer, da implantação de um Estado fascista ou ditatorial) e de implantação do Estado democrático (ou seja, de derrubada de um Estado fascista ou ditatorial). Nossas leituras nesse terreno começaram na década de 1970, quando ainda não tínhamos a intenção de elaborar um trabalho específico sobre o Estado capitalista democrático. Isso se explica pelo fato de considerarmos que era uma obrigação de todo cientista político conhecer razoavelmente a história política contemporânea e, especialmente, conjunturas políticas marcantes como aquelas em que se processa uma mudança na forma do Estado e no regime político (para não falar, é claro, das conjunturas revolucionárias). Todavia, ainda restava muito por fazer; e, embora já tivéssemos adquirido algum conhecimento sobre o golpe fascista na Itália e sobre os golpes militares no Brasil, não podemos afirmar que esse estado da pesquisa decorresse de uma estratégia clara e consistente de excluir outras experiências históricas de nosso campo de provas. Sabemos que não podemos abarcar em nossa demonstração todas as experiências de mudança da forma de Estado e do regime político registradas nas formações sociais capitalistas; só o desenvolvimento da pesquisa dirá quais são as escolhas práticas a serem feitas nesse terreno.




PEQUENO DEPOIMENTO SOBRE O “GRUPO ALTHUSSERIANO”, LIDERADO PELO PROF. DÉCIO SAES


*Sérgio Soares Braga*¹

¹Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1989) e em Ciências Econômicas pela UFPR (2022), mestrado em Ciência Política (1996) e doutorado em Desenvolvimento Econômico (2008) pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Tem experiência na área de Ciência Política, tendo publicado trabalhos científicos nas seguintes áreas: internet e política, elites, instituições e tecnologias digitais, análise de processos decisórios e comportamento legislativo. Fez estágio pós-doutoral no Institute of Communication Studies da Universidade de Leeds (2013-2014) e no INCT-DD UFBA, com permanência no ICS-Lisboa, Financiamento Capes-Print (2022-2023).

¹ Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil.

E-mail: sssbraga@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

No contexto das comemorações dos 50 anos do PPCGP-IFCH, colegas pedem um pequeno depoimento sobre o “Grupo de Estudos sobre o Pensamento de Louis Althusser”, que funcionou no instituto, e do qual participei como sócio-fundador, de novembro de 1987 a aproximadamente dezembro de 1993, antes de ir para Curitiba, para fazer concurso para professor de ciência política na UFPR, cidade na qual permaneço até os dias de hoje. O grupo continuou depois sem a minha presença até não sei que data precisamente, pois, após ir a Curitiba, deixei de acompanhar os trabalhos do grupo com a mesma frequência, devido a outras atividades e afazeres.

Em primeiro lugar, gostaria de louvar a comissão de comemoração do cinquentenário por homenagear o professor Décio Saes. Na minha modesta opinião, Décio Saes é um dos grandes cientistas sociais e políticos brasileiros que tive a oportunidade de conhecer e de estudar a obra, do mesmo nível que outros grandes professores com os quais tive aula ou que passaram pelo IFCH, tais como José Murilo de Carvalho, Luciano Martins, Juarez Rubens Brandão Lopes, Bolívar Lamounier, dentre outros. Além do mais, nos anos 80 e 90, Décio Saes dedicou-se intensamente ao curso de graduação no IFCH-Unicamp, sendo, juntamente com o Prof. Armando Boito Júnior, um dos grandes pólos de atração para estudantes com vocação para a pesquisa séria em ciência política, que posteriormente se tornaram pesquisadores e pós-graduandos no instituto. Por isso, muitos pesquisadores que depois tiveram uma bem-sucedida trajetória acadêmica foram orientados de Décio Saes na graduação ou pós. Destaco, assim de memória, os hoje professores Adriano Codato, Angelita Matos Souza, Francisco Farias, Paulo Roberto Neves Costa, Renato Monseff Perissinotto, dentre outros. Portanto, são mais do que merecidas as homenagens, e faço votos para que elas se desdobrem em outras iniciativas visando a preservação da memória e do legado cientí-

fico deste grande professor e pesquisador. E ninguém mais qualificado para isso do que Francisco Farias que, além de ex-orientado de Décio Saes, produziu relevante obra desenvolvendo e aprofundando a problemática de análise da formação social brasileira por ele inaugurada.

Já falei algo sobre a gênese do grupo em meu memorial para a promoção para professor Titular, que está disponível na internet [[link aqui](#)]. Esse grupo surgiu num contexto em que eu estava elaborando meu projeto de IC/Iniciação Científica para a Fapesp, e fortemente envolvido na leitura das obras de Nicos Poulantzas, além de estar cursando o primeiro ano da graduação em ciências econômicas, já que naquele tempo era possível frequentar dois cursos de graduação simultaneamente. Como eu estava empolgado com a leitura de Poulantzas, sugeri a dois alunos que eram mais próximos a Décio Saes (de quem nunca fui muito próximo do ponto de vista pessoal, sempre mantendo uma relação de respeitosa deferência e distância para com nosso ilustre professor) para organizamos um grupo e nos aprofundarmos no estudo da obra de Poulantzas, pois considerava insuficientes as leituras que tínhamos da obra do autor nos cursos de graduação. Cerca de duas semanas depois, Pedro e Valdir (eram os nomes dos alunos) voltaram com a resposta positiva de Décio, mas reformulada: Décio sugeriu estudarmos o “pensamento althusseriano” (autor que teve grande influência sobre Poulantzas em sua produção inicial), desde os primeiros textos elaborados por Althusser, publicados em *Pour Marx*, com foco em seus textos e de seus colaboradores que tratavam de teoria da história e de materialismo histórico. Eu não me julgava com maturidade suficiente para empreender uma leitura sistemática de Althusser já no terceiro ano do curso, e tendo inúmeros outros afazeres simultâneos, mesmo assim embarquei na proposta, pois julgava uma oportunidade de exercer uma atividade intelectual extracurricular, fora das atividades regulares do curso, bem como ter a oportunidade de conviver com um pesquisador experiente que poderia nos orientar mais de perto em nossa formação acadêmica.

Eu mal imaginava que começava ali uma grande aventura intelectual, que seria minha principal atividade nos anos subsequentes. Fazíamos reuniões com frequência média de 15 dias e/ou três semanas a depender do período do ano e dos afazeres dos membros do grupo, e discutíamos os textos selecionados para leitura. Numa primeira fase do grupo, frequentavam as reuniões o Pedro e o Valdir e, posteriormente, a hoje professora Angelita Matos Souza veio incorporar-se ao grupo. Posteriormente, também participaram regularmente das reuniões Luciano Martorano, Francisco Farias, e, pasmem os senhores e as senhoras, o hoje “articulista” da *Folha de São Paulo* e celebridade jornalística, Celso de Barros, por um curto período, o que demonstra que o ambiente do grupo era sério, mas não sisudo. Desde o início das reuniões, eu gravava e transcrevia os textos, inclusive tenho a transcrição ou as notas resumidas de todas as reuniões e tinha as fitas gravadas, mas estas se perderam nas mudanças ou se deterioraram, o que é uma pena pois revelavam uma faceta pouco conhecida do Prof. Décio Saes que era seu senso de humor, que algumas vezes tinha como alvo alguns dos “althusserianos” mais ortodoxos, bem como alguns de seus críticos mais furibundos e notórios. Essas anotações estão contidas em seis cadernos manuscritos, que ainda hoje consulto, buscando inspiração para novas leituras ou interpretação de leituras.

Na verdade, embora fosse dedicado principalmente a estudar o pensamento dito “althusseriano” ou estrutural-marxista, como prefiro dizer, discutimos diversos outros autores, inclusive muito críticos ao pensamento de Althusser e seus epígonos (Balibar etc.), e mesmo ao marxismo em geral, tais como Raymond Aron, Edward Thompson, José Arthur Giannotti, Carlos Nelson Coutinho, Fernando Henrique Cardoso, Habermas, Perry Anderson, dentre outros, em função da posterior elaboração, pelo Décio, numa segunda fase de funcionamento do grupo, do artigo que foi publicado no volume 2 da *História do Marxismo no Brasil*, organizada pelo Prof. João Quartim de Moraes. Além de sua enorme paciência, me impressionava a facilidade com que Décio Saes destrinchava e analisava criticamente os fundamentos (e fragilidades lógicas) de textos clássicos de vários nomes consagrados das ciências humanas autóctones. Deixei devidamente consignada essa admiração pelo nosso grande mestre e professor da graduação na introdução de minha dissertação de mestrado, quando ela foi publicada.

Há vários episódios relacionados ao grupo e sobre os quais eu poderia discorrer com mais detalhe, mas é inviável fazê-lo aqui. Por exemplo, eu sempre quis “abrir” o grupo com vistas a incorporar mais gente nas discussões, mas Décio Saes sempre preferiu manter um grupo pequeno e pouco institucionalizado. Décio também sempre teve uma preferência por artigos teóricos, e gostaria que mantivéssemos esse padrão enviando artigos de alto coturno teórico para publicações acadêmicas, especialmente a revista *Crítica Marxista*. Eu sempre fui mais modesto, ou realista, e procurei iniciar minha trajetória publicando artigos empíricos ou comentários a autores (resenhas), onde os riscos de erros são menores e os retornos intelectuais de curto prazo são maiores. Décio também era mais “ortodoxo” em sua adesão e em seu compromisso com o “althusserianismo”, eu sempre fui mais flexível e influenciado por outras correntes. Sempre gostei muito de Bertrand Russell, em filosofia, dos sistêmicos e pluralistas em ciência política, Kelsen em Direito etc. e sempre achei que o estrutural-marxismo poderia se enriquecer do diálogo crítico com essas correntes, sem incorporar de contrabando nenhuma de suas limitações ou amarras ideológicas, como, por exemplo, a apologia das democracias capitalistas (ditas “poliarquias”) ou do imperialismo norte-americano ou dos Estados burocráticos-autoritários de tipo soviético como modelos ou formas de sociabilidade ideais e derradeiras de organização social humana, rompendo assim com o campo do pensamento crítico. Na época, eu também estava fortemente influenciado pela obra do economista Mário Possas e sua trilogia sobre a dinâmica das economias capitalistas, onde o autor buscava renovar a análise marxista do sistema econômico capitalista através da incorporação parcial das contribuições das tradições pós-keynesiana, schumpeteriana e outras correntes heterodoxas de teoria econômica. Ainda nos dias de hoje mantenho uma grande admiração pelos autores acima citados, dentre outros.

Salvo melhor juízo, Décio sempre percebeu estes “desvios” mas jamais fez nenhuma cobrança de fidelidade ou militância ideológica irrestrita a favor de uma suposta ortodoxia “althusseriana” (ou igreja acadêmica, diriam as más línguas) sempre me dando uma certa liberdade, assim como a outros de seus orientados, para seguirmos nossos rumos. Daí o respeito e a consideração que Décio Saes sempre mereceu de pesquisadores situados em outros campos teóricos, como inclusive pode ser verificado em depoimentos que constam da internet, sempre reconhecendo a integridade acadêmica e intelectual de Décio Saes, bem como sua exemplar atitude científica.

O grosso das discussões teóricas travadas no grupo estão nos artigos publicados pelo Décio no período, destacando-se alguns textos fundamentais como “*Marxismo e História*”, publicado no Vol. 1 da revista *Crítica Marxista*, e “*O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira*”, publicado no livro *História do marxismo no Brasil vol. 3* (Campinas, Hucitec/Ed. Unicamp), sob a organização do professor João Quartim de Moraes (IFCH/Unicamp), pp. 11-122. 1998. As discussões travadas no GT althusseriano também impactaram na minha produção intelectual do período, especialmente os primeiros artigos e resenhas que escrevi e livros que publiquei (cf. especialmente Braga, 1994, 1995, 1996, 2002), embora isso não transparecesse de maneira explícita. E, ainda hoje, me inquietam algumas questões que debatíamos no grupo, cujos debates influenciaram diretamente vários artigos que escrevi desde então, alguns dos quais referenciados no final deste artigo. Em meu memorial anteriormente citado, detalho alguns desdobramentos da frequência ao grupo em minha produção acadêmica, da época e posterior.

Enfim, os trabalhos de Décio Saes sobre a influência do campo althusseriano na teoria da história colocam uma ampla agenda de pesquisa e reflexão para os marxistas, que está longe de ter se esgotado. A agenda estabelecida em seus estudos de teoria da história e em seu trabalho de análise da formação social brasileira (Saes, 2024) e análises comparativas (Saes, 2007), ainda podem inspirar jovens pesquisadores brasileiros em suas investigações e propostas de políticas e intervenções no espaço público. É claro que se trata de um campo teórico aberto e em desenvolvimento, e que sempre haverá duas linhas em tensão em relação ao legado de Décio Saes: aquelas mais ortodoxas, para as quais “quase tudo está dito”, cabendo às novas gerações de pesquisadores se apropriar de suas contribuições aprofundando e aplicando esse esquema teórico, e aquelas visões mais heterodoxas, para as quais esse legado é um ponto de partida para novas investigações, e que deve ter suas teses sempre desenvolvidas e testadas num trabalho contínuo de novas análises e novos desenhos de pesquisas empíricos e históricos que “realizem” (para usar a expressão de Althusser no texto *Sobre o Trabalho Teórico*) as idéias fundamentais da ampla agenda de pesquisa e reflexão teórico-metodológica elaboradas pelo nosso grande mestre, procedimentos estes ainda em execução nos dias de hoje por vários de seus ex-orientados e interlocutores.

REFERENCIAS

BRAGA, S. Estado Oligárquico ou hegemonia de fração? O mecanismo de dominação de classe na República Velha. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, v. 3, p. 121-127, 1994. DOI: <https://doi.org/10.5380/rsocp.v0i03.39384>

BRAGA, S. Um passo em frente na reflexão marxista sobre o Estado. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba-PR**, v. 4/5, p. 202-206, 1995. DOI: <https://doi.org/10.5380/rsocp.v0i04-05.39374>

BRAGA, S. A Constituinte de 1946 e a nova ordem econômica e social do pós-II Guerra Mundial. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba-PR**, v. 6/7, p. 7-24, 1996. DOI: <https://doi.org/10.5380/rsocp.v0i06-07.39334>

BRAGA, S. Elites políticas e alternativas de desenvolvimento na redemocratização de 1945-1946. **História Econômica & História de Empresas (ABPHE)**, São Paulo: ABPHE/Suscite, v. 5, p. 75-106, 2002. DOI: <https://doi.org/10.29182/hehe.v5i2.150>

BRAGA, Sérgio.. Poder, formas de dominação e Estado no diálogo entre Nicos Poulantzas e a sociologia política norte-americana. *Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso)*, p. 109-137, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100005>

BRAGA, Sérgio.; MONTROSE, E. . Do questionamento da política econômica do governo Dilma à campanha pelo “*Impeachment Já*”: a ação política das frações empresariais brasileiras nas mídias sociais na conjuntura recente. In: Carlo José Napolitano, Maximiliano Martín Vicente e Murilo César Soares. (Org.). *Comunicação e Cidadania Política*. 1ed.São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, v. 1, p. 127-159. https://www.faac.unesp.br/Home/Utilidades/ebook_comunicacao-e-cidadania-politica.pdf [acesso em novembro de 2024].

BRAGA, Sérgio.. A questão da burguesia de Estado na teoria política marxista: uma revisão sistemática da literatura abrangendo o debate teórico e seus impactos na análise da política brasileira. In: 46 Encontro Nacional da Anpocs, 2022, Campinas. Anais do 46 Encontro Nacional da Anpocs, 2022. v. 46. Disponível em [Anais do 46 Encontro da Anpocs](#)

FARIAS, F.; SAES, D. **Reflexões sobre a teoria política do jovem Poulantzas (1968-1974)**. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

NUCCI JR, R.; MARTUSCELLI, D. Política e classes sociais no Brasil: reflexões sobre a obra de Décio Saes. In: Maciel, David; Costa Neto, Pedro Leão da; Gonçalves, Rodrigo Jurucê Mattos (Orgs.). **Intelectuais, política e conflitos sociais**. Goiânia: Edições Gárgula; Editora Kelps, 2020. Disponível em: <https://elahp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Renato-Nucci-Jr.-e-Danilo-Enrico-Martuscelli.-Politica-e-classes-sociais-no-Brasil-reflexoes-sobre-a-obra-de-Decio-Saes.pdf>

SAES, D. Monarquia e Capitalismo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 1, p. 43-50, 1993. DOI: <https://doi.org/10.5380/rsocp.v0i01.39392>

SAES, D. Marxismo e história. **Crítica Marxista**, v. 1, p. 39-60, 1994. In: <https://marxismo21.org/decio-saes/>

SAES, D. Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 6, n. 7, 1996. In: <https://marxismo21.org/decio-saes/>

SAES, D. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. *História do marxismo no Brasil*, v. 3, p. 11-122, 1998. In: <https://marxismo21.org/decio-saes/>

SAES, D. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil. São Paulo: Xamã, p. 155-172, 2007. In: <https://marxismo21.org/decio-saes/>

SAES, D. (2024). *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. Apresentação de Angelita Matos Souza e Danilo Enrico Martuscelli. São Paulo: Boitempo Editorial. 2 ed. [Ed. Original, 2001].

EMENTA DO CURSO DE LEITURA DIRIGIDA "TÓPICOS ESPECIAIS DE
CIÊNCIA POLÍTICA HS -"

PROFESSOR-RESPONSÁVEL : DÉCIO A.M. SAES

PERÍODO : 1º SEMESTRE DE 1990

ALUNOS INSCRITOS : SÉRGIO SOARES BRAGA E VALDIR CARNELOCCHI .

EMENTA : O PENSAMENTO DE ALTHUSSER

a) Explicação preliminar

Em dezembro de 1987 , formou-se um grupo de estudos no IFCH , voltado para a leitura e a discussão das obras de Louis Althusser e dos seus epígonos (Belibar , Rancière , Macherey , Estabiet) . Esse grupo era então integrado pelo prof. Décio Saes e pelos alunos Pedro da Silva , Sérgio Soares Braga e Valdir Carnelocchi (todos da graduação) ; a eles veio se agregar , em dezembro de 1988 , a aluna Angelita de Matos Souza , do mestrado de Ciência Política . De dezembro de 1987 a novembro de 1989 , esse grupo estudou e debateu o pensamento althusseriano , reunindo-se a cada três semanas ; cada uma das sessões , realizada nas salas da pós-graduação do IFCH , tinha a duração aproximada de três horas .

Nosso objetivo mais geral era , certamente , o conhecimento do conjunto do pensamento althusseriano ; mas nosso objetivo específico era o conhecimento aprofundado da teoria althusseriana da história , vale dizer , dos conceitos althusserianos de modo de produção em geral e de modo de produção capitalista em particular , bem como do conjunto das idéias althusserianas sobre a transição de um modo de produção para

outro . Orientados por esses objetivos , chegamos a ler e discutir detalhadamente , ao longo do período mencionado , os seguintes textos :

1. - Louis Althusser , Pour Marx , Ed.Maspero , Paris , 1965 .
2. - Louis Althusser / Etienne Balibar , Lire le Capital , vol. I , Ed.Maspero , Paris , 1973 .
3. - Louis Althusser / Etienne Balibar , Lire le Capital , vol. II , Ed. Maspero , Paris , 1973 .
4. - Jacques Rancière , Lire le Capital , vol. III , Ed. Maspero , Paris , 1973 .
5. - A.J.Creinas , "Estrutura e História" , in Problemas do estruturalismo (coletânea) ; Ed. Zahar , RJ , 1968 .
6. - Nicos Poulantzas , Pouvoir politique et classes sociales , Ed. Maspero , Paris , 1971 , Vol. 1 , Cap. I , item 2 , parte VI , "Structures et pratiques de classe : la lutte des classes".
7. - Etienne Balibar , "Sur la dialectique historique (quelques remarques critiques à propos de 'Lire le Capital')" , in Cinq études du matérialisme historique , Ed.Maspero , Paris , 1979.
8. - Jacques Rancière , "Modo de usar - para uma reedição de 'Lire le Capital' " , in Estudos Cebrap 7 , jan.-fev.-março 1974 .

b) Programa

A leitura dirigida do 1º semestre de 1980 é uma continuação desse trabalho . Orientados pelo objetivo geral de conhecer o pensamento de Althusser e pelo objetivo específico de conhecer a teoria althusseriana da História , e já munidos de dose razoável de informação sobre os temas althusserianos - chave - problemática , corte epistemológico , oposição "ciência x ideologia" , generalidades

I - II - III', modo de produção como totalidade com domi -
nante , determinação em última instância e dominância no
modo de produção - , faremos a discussão , em sessões quin -
zenais de 3 horas cada uma , da seguinte bibliografia :

A) Bibliografia althusseriana

- Louis Althusser , Réponse à John Lewis , Ed. Maspéro ,
Paris , 1972 .
- Roger Establiet / Pierre Macherey , Lire le Capital , Vol. IV ,
Ed. Maspéro , Paris , 1973 .
- Louis Althusser , Éléments d'autocritique , Ed. Hachette ,
Paris , 1974 .
- Althusser e Badiou , Materialismo histórico e materialismo
dialético , Ed. Global , São Paulo , 1979 .
- Louis Althusser , Lénine et la philosophie , Ed. Maspéro ,
Paris , 1969
- Maurice Godelier , "Sistema , estrutura e contradição em
'O Capital' " , in Problemas do estruturalismo (coletânea) ,
Ed. Zahar , Rj. , 1968 .

B) Textos de crítica ao pensamento althusseriano

- Raymond Aron , De uma sagrada família a outra / Ensaios
sobre os marxismos imaginários , Ed. Civilização Brasileira ,
RJ , 1970 , Capítulo "Althusser ou a leitura pseudo-estrutu -
ralista de Marx" .
- E.P. Thompson , A miséria da teoria .

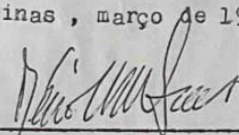
c) Aferição de aproveitamento

O aproveitamento será aferido através de : a)
exposições (em cada sessão , os dois alunos inscritos têm
a incumbência de realizar , cada um , uma pequena exposição
sobre o texto em questão) ; b) trabalho escrito final , re -

sumando as conclusões finais de cada um sobre todo o
trabalho de reflexão desenvolvido ao longo do semestre.

Campinas, março de 1990

ass.



Décio Azevedo Marques de Saes



AS CONTRIBUIÇÕES DE MAX WEBER SOBRE O SOCIALISMO E A POLÍTICA


*Rosilda da Rocha
Velo*¹

¹Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí, pesquisadora no Núcleo de Pesquisas e Estudos em Estado Democrático e Sociedade Contemporânea-NEPES

¹ Universidade Federal do Piauí, Piauí, Brasil.

E-mail: rochaveloso4@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Este estudo tem como objeto de análise a perspectiva de Max Weber em relação ao Socialismo, tratada na Conferência proferida em 1918; e com o intuito de ampliar seu entendimento, buscou-se apresentar o resultado de um ensaio proferido em uma conferência a estudantes da Universidade de Munique em janeiro de 1919 sobre a política como vocação. Considera-se esses textos complementares, uma vez que na discussão sobre o socialismo o autor fez menção ao mais antigo tipo de democracia, citando os cantões suíços de Uri, Schwyz, Unteewalden, Appenzell e Glarus.

Na conferência sobre o socialismo, realizada em 1918, Weber menciona a democracia antiga dos cantões suíços, onde o poder político era monopolizado por determinadas famílias. Ele enfatiza que o ocupante de um cargo público precisava ser "economicamente independente", pois a função pública inviabilizava o cuidado com os negócios privados (WEBER, p. 91-92, 2003). Na conferência de 1919, sobre a política como vocação, Weber explora o poder político, suas formas de legitimação e a burocratização inevitável na administração moderna. Ele discute a "separação entre o operário e o instrumento de produção", um conceito central do socialismo, que ele critica ao afirmar que tal separação persistirá enquanto houver grandes infraestruturas industriais, como minas e fábricas (WEBER, p. 97, 2003).

O autor não define o socialismo de forma concreta, mas afirma que ele se opõe à iniciativa privada. Ele critica a "anarquia da produção" capitalista, onde o interesse pelo lucro leva à desordem produtiva, defendendo que no socialismo, uma economia coletivista seria administrada por funcionários públicos, sem concorrência entre empresários (WEBER, p. 113, 2003). Weber também rejeita as profecias do Manifesto Comunista, como a ditadura do proletariado, embora reconheça que a socialização da produção está em curso.

Ele observa que o socialismo moderno é representado por partidos como o Partido Social-Democrata da Alemanha, cujos programas e estrutura organizacional refletem uma burocratização similar à do Estado (WEBER, p. 108, 2003).

Destaca que, apesar das críticas ao capitalismo, o socialismo em sua forma prática envolve uma burocracia que administra empresas estatais e comunais, o que pode levar à criação de uma sociedade livre de dominação empresarial, mas sob o controle de uma classe dirigente burocrática.

Os textos estudados exploram as contribuições de Max Weber sobre o socialismo e a política como vocação, discutindo a relação entre sindicatos e partidos socialistas. Weber observa que os sindicatos podem adotar tanto um caráter revolucionário quanto evolucionista. Já no contexto da guerra, ele argumenta, “uma revolução dificilmente levaria a uma sociedade socialista, mas talvez a um desenvolvimento superior à sociedade burguesa, mais próxima do socialismo” (WEBER, p. 127, 2003), embora não seja possível precisar a quão próxima. O autor compreende que, embora a fé no socialismo seja inextinguível, o problema é saber se esse socialismo é tolerável para o Estado e, especialmente, para os interesses militares. Vale ressaltar que na conferência de 1919, Weber discute que a política, inevitavelmente, envolve meios violentos e cita Trotsky, afirmando que: “Todo Estado se fundamenta na força” (WEBER, 2002, p. 60). Ele afirma que o Estado moderno

reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física dentro de seus limites territoriais. Definiu a política como “o conjunto de esforços feitos visando a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder” (WEBER, 2002, p. 60). Ele discute as formas de dominação política, incluindo o poder tradicional, o carismático e a legalidade, com ênfase no poder burocrático do Estado moderno, que monopoliza a violência legítima e expropria os meios de gestão (WEBER, 2002, p. 66).

Nessas discussões, também descreveu a ascensão dos “políticos profissionais”, que surgiram como aliados dos príncipes na luta contra as ordens tradicionais, e que evoluíram para ocupar posições de poder na administração estatal. Weber mencionou várias categorias de políticos profissionais ao longo da história, incluindo clérigos, letrados, nobreza de corte e juristas, todos determinantes na estrutura política ocidental (WEBER, 2002, p. 78-79). Ao explorar as duas formas de viver a política, esclarece que: “Pode-se viver ‘para’ a política ou pode-se viver ‘da’ política” (WEBER, 2002, p. 68). Viver “para” a política significa torná-la o objetivo de vida, imbuindo a existência de um sentido, enquanto viver “da” política refere-se à dependência econômica dela como fonte de rendas. Ele ressalta que viver “para” a política requer independência econômica, sem precisar unicamente das vantagens políticas para sobreviver, ou seja, o homem político deve ser “economicamente disponível”, este não estará obrigado a dedicar toda a sua capacidade de trabalho e de pensamento em prol da própria subsistência. O exemplo do capitalista, que recebe rendas sem trabalhar, é apontado como o mais disponível.

Weber menciona o "demagogo" como o chefe político típico no Ocidente e discute a importância da oratória moderna na política. Em volta da discussão sobre o problema do destino político reservado aos jornalistas, diz que os jornalistas são, na atualidade, os mais notáveis representantes da demagogia, e se veem compelidos a enfrentar exigências cruéis: "não é de qualquer modo surpreendente que numerosos jornalistas se hajam degradado [...], mas surpreendente é que, a despeito de todas as dificuldades, a corporação inclua tão grande número de homens de autêntico valor" (WEBER, 2002, p. 86). Ao analisar os partidos políticos, Weber destaca que os políticos profissionais buscam o poder por meio de votos e evitam alianças com organizações violentas. Ele questiona as alegrias da carreira política e afirma que ela confere um sentimento de poder. Três qualidades essenciais para o homem político são a paixão, o senso de responsabilidade e o senso de proporção: "paixão no sentido de 'propósito a realizar'" (WEBER, 2002, p. 107).

Weber considera que o pecado mortal da política é não defender causa alguma nem ter responsabilidade. Ele afirma que "a violência é o instrumento decisivo da política" (p. 115) e que a política está inevitavelmente ligada à violência legítima. Para Weber, a política exige tempo, paixão e um senso de proporções, finalizando com o conselho de que, quem deseja dedicar-se à política, deve estar preparado para enfrentar os paradoxos éticos que ela impõe: "Qualquer um que deseje dedicar-se à política [...] deve tomar consciência desses paradoxos éticos" (WEBER, 2002, p. 121). Isto é, "só possui vocação política aquele que reage a isso e é capaz de dizer: 'Apesar de tudo'" (Weber, 2003, p.110).

REFERENCIAS

WEBER, Max. **A política como vocação**; tradução de Mauricio Tragtenberg. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. Tradução de Luciano Cavalcanti. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. Conferência sobre o Socialismo. In: Max Weber: **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Editora Pioneira, 1994.



Este livro foi produzido por
©2024 **Revista Cadernos NEPEs**
Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras.
Campus Ministro Petrônio Portella, Ininga.
CEP: 64049550 - Teresina, PI - Brasil

